

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E FINANÇAS
MESTRADO EM ECONOMIA RURAL E REGIONAL

**POLÍTICA AGRÁRIA E O DESEMPENHO SOCIOECONÔMICO EM
ASSENTAMENTOS EMANCIPADOS – O CASO MUCATU**

NADINE GUALBERTO AGRA LEBSA

CAMPINA GRANDE – PB
2002

NADINE GUALBERTO AGRA LEBSA

**POLÍTICA AGRÁRIA E O DESEMPENHO ECONÔMICO EM
ASSENTAMENTOS EMANCIPADOS – O CASO MUCATU**

Dissertação apresentada ao Mestrado em
Economia Rural e Regional do Centro de
Humanidades da Universidade Federal da
Paraíba, Campus II, como um dos requisitos
para obtenção do título de Mestre em
Economia.

Orientador: Prof. Doutor Robério Ferreira dos Santos

CAMPINA GRANDE – PB
2002

Ó HOMEM, NÃO DESCANSES

Que estejas cansado ou não, ó, homem, não descanses, não te detenha na tua luta solitária, segue adiante, não descanses.

Caminharás por trilhas confusas e complicadas e apenas salvarás algumas vidas tristes. Ó, homem!, não percas a fé, não descanses.

Tua própria vida se esgotará e se desvanecerá, e haverá perigos crescentes pelo caminho. Ó, homem!, suporta tudo isso, não descanses. Salta por cima das dificuldades, ainda que sejam mais altas que as montanhas, e ainda que mais além só haja campos áridos e secos.

O mundo escurecerá e tu derramarás luz sobre ele e se dissiparão as trevas. Ó, homem!, ainda que perigue tua vida, não descanses. Busca descanso para os demais.

(Gandhi).

AGRADECIMENTOS

Pai do céu, fizeste-me acreditar que posso transpor todas as barreiras e superar todos os obstáculos tendo fé no teu amor. Agradeço a Ti e a Tua Mãe, Maria, por terem estado sempre presentes na minha vida durante os anos de curso, por poder ter sentido a força e a paz que vêm dos Seus Sagrados Corações e ter tido a certeza de que tudo iria passar, e passou.

Agradeço aos meus pais e irmãs, pela dedicação e por todo amor que sei que sentem por mim; ao meu marido Michael, pela companhia, compreensão, paciência e, principalmente, pelo amor com que me ampara; aos meus sogros, Curt e Vera, pelo incentivo; às minhas colegas de turma, por tudo que podemos aprender e sofrer juntas, sempre sendo a força umas das outras; ao prof. Robério, pelo profissionalismo e competência que lhe é peculiar; e aos colegas Nelma, Everaldo e Joalice, pela assistência prestada.

Em especial, agradeço aos pobres agricultores de Mucatu, que tantas vezes nos servem como objeto de estudo, mesmo sabendo como quase nada está ao nosso alcance para que suas vidas possam ser mais dignas.

SUMÁRIO

Introdução.....	01
Cap. 1 – O debate sobre a questão agrária no Brasil.....	04
1.1. Os anos 50 e 60: tese feudal X tese do subdesenvolvimento capitalista.....	04
1.2. Os anos 70 e 80.....	14
1.2.1. O enfoque técnico acerca da questão agrária brasileira.....	14
1.2.2. A ótica da dominação do capital sobre a realidade do campo brasileiro.....	17
1.3. O debate atual.....	20
1.4. Considerações finais.....	34
Cap. 2 – A questão agrária brasileira e o avanço do capitalismo no campo..	37
2.1. Breve histórico sobre a formação do latifúndio no campo brasileiro.....	39
2.1.1. 1930 – 1964: os anos do nacional-desenvolvimentismo e o surgimento da questão agrária brasileira.....	42
2.1.2. 1964 – 1985: a questão agrária no regime militar.....	46
2.2. A questão agrária na nova república.....	49
2.3. A questão agrária nos anos 90.....	55
2.3.1. O agravamento das distorções no campo brasileiro.....	61
2.4. As medidas recentes acerca da questão agrária.....	68
2.5. Considerações finais.....	83
Cap. 3 – O desempenho econômico no Projeto de Assentamento Dirigido Mucatu.....	86
3.1. Metodologia.....	86
3.2. Breve histórico da formação do espaço agrário paraibano e do Litoral Sul.....	90
3.2.1. A modernização da agricultura paraibana.....	94
3.3. A Zona da Mata Sul paraibana: características da região.....	100
3.4. O Projeto de Assentamento Dirigido Mucatu.....	103
3.4.1. Aspectos gerais.....	103
3.4.2. A luta pela terra e a implantação do projeto.....	104
3.4.3. Origem dos assentados.....	111
3.4.4. Indicadores econômicos.....	112
3.4.5. Tecnologia da produção.....	126
3.4.6. Qualidade de vida em Mucatu.....	130
3.5. Considerações finais.....	137
Considerações finais.....	140
Referências bibliográficas.....	146

RESUMO

A situação de pobreza do homem do campo brasileiro vem sendo configurada ao longo da história, e aparece como resultado da concentração fundiária e das políticas agrícolas voltadas, basicamente, para atender às necessidades de acumulação do capital no campo. Nesse cenário de desigualdades, os conflitos e a violência no campo vêm aumentando, levando à formação de projetos de assentamentos. Esse trabalho tem como objetivo analisar a capacidade de auto-sustentação do projeto de assentamento emancipado Mucatu, localizado no Litoral Sul paraibano. Chegou-se a conclusão que as políticas de reforma agrária não foram aplicadas corretamente pelo INCRA; como consequência, apenas alguns agricultores se encontram em condições de produzir e comercializar seus produtos; a grande maioria, contudo, enfrenta dificuldades como a falta de crédito, de assistência técnica, e de assistência médico-hospitalar, pragas nas lavouras, enfraquecimento da associação e queda da renda familiar, o que leva à afirmação que Mucatu foi emancipado sem as devidas condições de auto-sustentação.

ABSTRACT

The situation of poverty of the man of the Brazilian field comes being configured to the long one of history, and appears as resulted of the agrarian concentration and the come back agricultural politics, basically, to take care of to the necessities of accumulation of the capital in the field. In this scene of inequalities, the conflicts and the violence in the field come magnifying, leading to the formation of designs of nestings. This work has as objective to analyze the capacity of self-sustainment of the design of emancipated nesting Mucatu, located in the paraibano South Coast. It was arrived conclusion that the politics of agrarian reform had not been applied correctly by the INCRA; as consequence, only some agriculturists if find in conditions to produce and to commercialize its products; the great majority, however, faces difficulties as the lack of credit, assistance technique, and health care assistance, plagues in the farmings, weakness of the association and fall of the familiar income, what it leads to the affirmation that Mucatu was emancipated without the had conditions of self-sustainment.

INTRODUÇÃO

O que hoje é conhecido como a questão agrária brasileira é fruto de um processo histórico de concentração de terras iniciado desde a colonização do território nacional. O Brasil foi colonizado de acordo com os interesses comerciais da metrópole, servindo de colônia de exploração de Portugal, de onde era retirada a maior quantidade de bens exportáveis. Nesse sentido, as terras brasileiras foram tomadas pelas monoculturas de exportação, instaladas em grandes propriedades.

Tal tendência concentradora permaneceu ao longo de toda história brasileira, seja na época colonial, imperial ou republicana, quando se instalou a ditadura do latifúndio, uma vez que os grandes proprietários de terra detinham todo poder econômico e político do país.

O auge da concentração de terras vem ocorrer, no entanto, após 1964. Com o Golpe Militar, quando qualquer debate sobre reforma agrária foi proibido e a política de modernização dos neoclássicos se tornou predominante na orientação das políticas públicas, traçando os rumos da agricultura brasileira a partir de então. Nesse momento, além da expansão da área agrícola, o uso de adubos e defensivos químicos passou a determinar o aumento da produção agrícola, de acordo com os parâmetros da Revolução Verde, integrando, definitivamente, a indústria que produz para agricultura, a agricultura e a agroindústria.

Sendo guiada pelo pensamento neoclássico, bastante aceito entre os tecnocratas do governo militar, a modernização da agricultura se orientou para os médios e grandes proprietários, que tinham condições de responder mais rapidamente aos estímulos oferecidos pelo governo através das políticas agropecuárias.

O caráter seletivo dos benefícios governamentais fez com que a terra se tornasse um ativo econômico de grande rentabilidade, visto que essa era condição primordial de acesso ao crédito. O Estado promoveu a modernização agrícola voltada para os latifúndios, não utilizando, entretanto, em contrapartida, mecanismos que atenuassem seus impactos, gerando um processo de modernização heterogêneo, excludente, parcial, concentrado nas monoculturas de exportação e nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, conformando, dessa forma, uma massa populacional de miséria, pobreza, fome, desempregados, sub-empregados, sem-terra e até indigentes no campo brasileiro.

Após a ditadura militar, em meados dos anos 80, a situação do homem do campo brasileiro só se agravou, não obstante a implementação de programas e políticas de caráter emergencial. É na década de 90, quando se aceleram os conflitos sociais no campo, como uma forma de resistência dos trabalhadores rurais às péssimas condições de vida a que estão submetidos, e quando aumenta também o número de programas do governo federal relativos à chamada reforma agrária.

Esses programas, contudo, a exemplo dos lançados em décadas passadas, pelo que se pode perceber, não estão causando grandes mudanças na estrutura fundiária do país, uma vez que o avanço da pobreza e a concentração de terra continuam sendo realidades no mundo rural.

Considerando-se, então, todo o quadro de exclusão que vem se agravando ao longo do tempo no campo brasileiro; levando-se em consideração o novo enfoque de reforma agrária, associado a um projeto mais amplo de desenvolvimento rural, e face às grandes dificuldades enfrentadas pelos pequenos agricultores, desde a luta pela terra até a titulação, surge a grande questão de analisar se a política de reforma agrária dos assentamentos rurais se apresenta como uma saída para reverter o quadro de desequilíbrio socioeconômico

gerado no meio rural brasileiro, promovendo condições dignas de vida para o trabalhador rural após a emancipação dos assentamentos.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar a capacidade de auto-sustentação de projetos de assentamentos após sua emancipação, tomando como estudo de caso o assentamento emancipado Mucatu, localizado no Litoral Sul paraibano, no município de Alhandra.

O trabalho de dissertação foi dividido em três capítulos. No primeiro, são levantadas as principais obras acerca da questão agrária brasileira que, de certa forma, deram o suporte teórico para elaboração do trabalho; no segundo capítulo, são apresentados os aspectos históricos da formação do latifúndio no Brasil e os aspectos mais atuais da questão agrária, dando enfoque aos programas lançados no final dos anos 90; no último capítulo, discutem-se os aspectos específicos do estudo de caso, abordando a metodologia da pesquisa, os aspectos históricos da luta pela terra e os principais resultados da pesquisa, que mostram a situação do assentamento após sua emancipação. Por fim, nas considerações finais, são expostas as principais conclusões tiradas ao longo do trabalho, bem como levantados alguns questionamentos que sirvam de ponte para futuros estudos.

A escolha do tema justifica-se pela curiosidade em conhecer mais de perto a realidade do homem do campo brasileiro, sendo esse o motivo, também da opção por uma pesquisa de campo.

1 – O DEBATE SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Este primeiro capítulo da dissertação tem como objetivo mostrar a evolução do pensamento acerca da questão agrária brasileira, tendo em vista oferecer os devidos elementos teóricos para sua interpretação. Para tanto, partiu-se do primeiro grande debate sobre os problemas do campo, entre os defensores da tese feudal e da tese do subdesenvolvimento capitalista. Nessa primeira parte, levantam-se os pensamentos clássicos de autores como Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Jr., pontos de partida para qualquer estudo voltado ao rural brasileiro.

Dando continuidade à evolução histórica, na segunda parte, destaca-se o enfoque técnico dos anos 70, quando a discussão no âmbito mais de esquerda foi encerrada, só sendo retomada nos anos 80, mostrada, nesse capítulo, como a ótica da acumulação do capital no campo.

A terceira parte está dedicada ao debate mais atual: as diversas visões do conceito de reforma agrária, e, especialmente, o conceito de sustentabilidade na agricultura, compreendendo o que há de mais novo nas concepções de desenvolvimento rural.

1.1. Os anos 50 e 60: tese feudal x tese do subdesenvolvimento capitalista.

Ao longo dos anos 50 e 60, no período em que se consolidava a sociedade urbano-industrial brasileira, a intelectualidade estava envolvida em um debate acerca dos rumos do

desenvolvimento econômico brasileiro. Buscavam-se impulsos para um salto do processo de industrialização, em vistas do esgotamento do processo de substituição de importações.

Nesse contexto, as discussões se polarizavam em torno de duas linhas ideológicas. Uma corrente que defendia o crescimento da indústria em associação ao capital externo e outra que defendia a criação de um mercado interno pelas reformas estruturais promovidas pelo Estado.

Tal debate assume uma fundamental importância no contexto do presente trabalho, pelo fato da questão agrária e de sua reforma assumirem grande destaque no desenvolvimento nacional, ocupando tanto os intelectuais de esquerda quanto a ala mais conservadora.

As teses abordadas a seguir, colocavam a necessidade de profundas alterações no campo brasileiro, uma vez que viam na grande propriedade monocultora um entrave à formação de um mercado nacional, sendo essa a grande vilã do atraso da economia brasileira. O setor agrícola, dessa forma, também se comportava, no seu geral, como um entrave ao desenvolvimento econômico nacional.

Até 1962, o PCB (Partido Comunista Brasileiro) praticamente era quem representava a única expressão da esquerda brasileira, sendo responsável pela abordagem marxista sobre a realidade brasileira, segundo Mantega (1990), influenciada pelas idéias de Lênin e pelas teses da III Internacional, que ganharam consistência nos trabalhos de Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré¹.

Para esses autores, a sociedade brasileira era vista como semicolonial e semifeudal, e a dominação do latifúndio ligado ao imperialismo norte-americano como parasitas que apenas entregavam parte da riqueza nacional ao imperialismo. Essa ligação, latifúndio e

¹ Vide: SODRÉ, Nelson Werneck. *"Introdução à Revolução Brasileira"*, 1958; *"Formação Histórica do Brasil"*, 1962; *"História da Burguesia Brasileira"*, 1976. Apud MANTEGA, 1988: 172. GUIMARÃES, Alberto Passos. *"Quatro Séculos de Latifúndio"*, 1963. Apud MANTEGA, 1988: 173.

imperialismo, era o que freava o avanço das forças produtivas nacionais. Segundo os pensadores do PCB, o campo brasileiro não estava alcançando sua função de fornecedor de matéria-prima e alimentos para a indústria emergente, o que representava um entrave ao desenvolvimento desse setor.

O PCB tinha como meta máxima alcançar o socialismo, porém a industrialização capitalista representava a grande meta da estratégia de desenvolvimento dessa ala da esquerda brasileira. O que parece contraditório, na realidade, representa a idéia de que em estado pré-capitalista, ter-se-ia que alcançar o pleno avanço das forças capitalistas, a fim de alcançar uma sociedade socialista, ou seja, o caminho seria feudalismo – capitalismo – socialismo. Isso significa que o Brasil estaria passando pela transição do feudalismo para o capitalismo, como ocorreu na Europa.

Tal meta, então, seria alcançada através de uma revolução nacional democrática, com a burguesia nacional aliada à classe trabalhadora urbana e camponesa, lutando contra o latifúndio conservador, o grande vilão do atraso nacional, a fim de libertar o povo brasileiro da grande miséria; esse, mesmo explorado, teria que se manter ligado à burguesia nacional, uma vez que o atraso e a exploração imperialista representavam maiores danos que o desenvolvimento das forças capitalistas.

Além disso, seria necessária uma reforma agrária que elevasse o padrão de vida da população do campo, transformando-a num mercado consumidor para a produção industrial, visto que a deficiência do mercado interno era tida como principal obstáculo para a expansão industrial.

As estruturas feudais existentes no país, que emperravam o avanço industrial, segundo os representantes do PCB, foram trazidas por Portugal no ato da colonização, instalando no Brasil uma estrutura agrícola dual – a agricultura de exploração, baseada no

latifúndio, e a de subsistência, baseada na propriedade privada camponesa lutando contra a grande propriedade.

A tese feudal ganhou muitos adeptos na esquerda brasileira, tornando-se de grande influência até no meio governamental, o que não impediu que tal modelo fosse submetido a severas críticas vindas de outra ala da própria esquerda marxista nacional, que questionava os principais fundamentos teóricos do PCB.

Nesse momento, a ideologia desenvolvimentista começava a desabar, uma vez que as expectativas de desenvolvimento não foram alcançadas. A grande questão que passou a ser colocada foi: a quem caberia a responsabilidade pelo fracasso do desenvolvimento sócio-econômico do país?

Surge daí, uma nova corrente de interpretação da economia nacional, baseada no modelo de subdesenvolvimento capitalista. Os teóricos desse modelo descartavam, sumariamente, a existência de resquícios feudais na sociedade brasileira, sendo essa, unicamente, produto da expansão do capitalismo mundial. Esse modelo foi desenvolvido nos trabalhos de André Gunder Frank, Rui Mauro Marini e Caio Prado Jr.²

Caio Prado Jr., em sua obra *A Revolução Brasileira*, de 1962, foi um dos protagonistas do debate que se formou no seio da esquerda nos anos 50 e 60. Dedicado mais especificamente à questão agrária brasileira, Prado Jr. (1962) defendia a tese de que o Brasil nunca havia sido feudal, mas resultado da expansão mercantil dos países europeus no Séc.XVI, sempre fazendo parte do sistema capitalista mundial. Acusava, assim, a análise pré-capitalista de mera transposição mecânica do que ocorrera na Europa, cujo capitalismo havia surgido do feudalismo.

² FRANK, André Gunder. "A Agricultura Brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo", 1964; "Capitalismo e Subdesenvolvimento na América Latina", 1970. Apud MANTEGA, 1990: 213.

MARINI, Rui Mauro. "Contradições e Conflitos do Brasil Contemporâneo", 1968; "Subdesarrollo y Revolución", 1969. Apud MANTEGA, 1990: 261.

PRADO Jr., Caio. "A Revolução Brasileira", 1966. Apud MANTEGA, 1990: 237.

O estudo de Caio Prado Jr. foi baseado nas relações de produção no campo brasileiro, a fim de provar que essas não apresentavam características feudais, mas, ao contrário, consistiam em formas de produção capitalistas, mesmo que, em alguns casos, não ocorresse remuneração monetária, conforme prega os fundamentos capitalistas. A parceira, por exemplo, é, em sua essência, uma relação de trabalho capitalista, que assume formas de remuneração mais complexas (produtos in natura), de acordo com as conveniências de cada cultura, como no algodão, onde era muito comum essa forma de trabalho. Do mesmo modo, no cambão ou no barracão encontravam-se os fundamentos do capitalismo nas suas formas mais intensas de exploração da força de trabalho, sendo consideradas, no entanto, reminiscências do escravismo, jamais do feudalismo.

Os trabalhadores rurais brasileiros não seriam camponeses que detinham a posse dos meios de produção e estavam ligados aos senhores por meio de tradições e obrigações pessoais, mas, ao contrário, eram homens livres, detentores apenas da força de trabalho para vender e prover seu sustento e da sua família. Além disso, Prado Jr. procurava derrubar a tese-feudal contrastando a grande propriedade monocultora brasileira com a organização feudal, formada por pequenas unidades nas mãos de produtores-camponeses e não de grandes senhores de terras e escravos. Com isso, afirmava o predomínio absoluto do latifúndio e o caráter apenas residual, em algumas áreas específicas, da pequena propriedade camponesa.

Para Caio Prado Jr., a exemplo de Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães, a agricultura brasileira representava um entrave ao desenvolvimento nacional, uma vez que, diante da situação de exportador de produtos primários, o setor não estaria abastecendo o mercado interno, nem mesmo dos produtos mais elementares.

O principal obstáculo ao desenvolvimento nacional, portanto, são as estruturas econômicas coloniais e o baixo poder aquisitivo da população rural, incapaz de constituir

um mercado consumidor para os produtos industrializados. Baixo poder aquisitivo centrado nas próprias relações capitalistas vigentes na agricultura brasileira.

Estando os trabalhadores rurais situados como homens livres vendedores da força de trabalho e a miséria apresentada como decorrência das relações de trabalho do campo, a saída para a pauperização da população rural seria, segundo Caio Prado Jr., através da luta por maiores remunerações e melhores condições de trabalho, através de reformas na legislação trabalhista e não através da luta pela posse da terra.

Caio Prado Jr. tece ainda severas críticas ao tipo de revolução democrática-burguesia proposta pelo PCB. Defensor do desenvolvimento capitalista em bases nacionais, e não do socialismo, afirma que tal tipo de revolução não poderia acontecer, primeiro, pelo capitalismo já estar implantado no país; segundo, por não haver contradições entre a burguesia nacional e o latifúndio, sendo a classe dominante brasileira homogênea, sem maiores oposições entre si; finalmente, por não haver contradições entre a burguesia e as forças imperialistas.

Fora da esquerda, no mesmo período, outros teóricos de renome nacional também identificavam o setor agrícola brasileiro como um entrave ao desenvolvimento nacional, bem como o caráter dual da agricultura brasileira, a saber: Paul Singer, Jacques Lambert, Werner Baer, e os adeptos da tese estruturalista, com destaque para Celso Furtado³.

Fortemente influenciado pelas idéias da CEPAL, Furtado via o avanço tecnológico e a industrialização como as molas mestras do desenvolvimento nacional, no entanto, a industrialização via substituição de importação nos países periféricos, caso do Brasil, foi

³ SINGER, Paul. "Agricultura e Desenvolvimento Econômico". Apud GONÇALVES NETO, p. 55; Revista Brasileira de Estudos Políticos, out de 1961. Apud CASTRO, 1988:88.

LAMBERT, Jacques. "Os Dois Brasis". Apud CASTRO, 1988:83.

BAER, Werner. "Industrialization and Economic Development in Brazil". Apud CASTRO, 1988:89.

FURTADO, Celso. "Dialética do Desenvolvimento"; "Perspectivas da economia Brasileira"; "A Pré-Revolução Brasileira". Apud CASTRO, 1988: 88; "Análise do Modelo Brasileiro"; "Formação Econômica do Brasil", 1958. Apud KAGEYAMA, 1993: 12 e 13.

realizada sem se levar em consideração as peculiaridades do país, sendo utilizadas técnicas poupadoras de mão de obra e alta densidade de capital, em contraste absoluto com a grande oferta de mão-de-obra existente no país. Nesse caso, a indústria paga baixos salários e não é capaz de criar um mercado consumidor brasileiro, acentuando a concentração de renda.

Além disso, a estrutura agrária brasileira e a influência política da classe dos proprietários de terra reforçavam a estagnação da economia nacional, visto que operavam com técnicas rudimentares de baixa produtividade, reduzindo a oferta de alimentos e de matéria-prima, causando o alto custo dos produtos agrícolas e o baixo nível de vida da população, emperrando ainda mais a formação de um mercado consumidor.

Para corrigir o perfil da demanda brasileira, Furtado sugeria, então, reformas estruturais nas técnicas adotadas na agricultura, de forma que passasse a utilizar mais mão-de-obra, pagando maiores salários e ampliando o mercado consumidor, o que estimularia a industrialização nacional. Ainda sugeria uma reforma agrária que elevasse a produtividade agrícola, melhorasse o aproveitamento das terras e reduzisse a miséria da população rural, de modo que esta passasse a ter condições para consumir os produtos industriais.

Apesar de ver o setor agrícola como um entrave ao desenvolvimento econômico, a exemplo de Sodré e Guimarães, Furtado considerava a ocupação brasileira com base na empresa agromercantil, sendo o Brasil, desde o início, criado pelo capitalismo mercantil, seguindo as idéias de Caio Prado Jr.

Ainda entre os anos 50 e 60, havia uma corrente mais conservadora que não via a agricultura como um entrave ao desenvolvimento econômico e que defendia a funcionalidade desse setor, defendendo a tese de que a agricultura cumpria seu papel no desenvolvimento, respondendo satisfatoriamente à demanda industrial, sem pressionar seus custos.

Dentre os defensores da funcionalidade da agricultura, André Gunder Frank, fortemente influenciado pela esquerda norte-americana (Paul Swezy, Paul Baron, Leo Huberman, etc.), via o atraso dos países periféricos como decorrência do desenvolvimento capitalista dos países centrais e não em virtude da falta de relações puramente capitalistas, o que, em outras palavras, representa a expropriação da periferia.

Nesse sentido, o grande latifúndio brasileiro, ao contrário do pensamento dos autores anteriormente citados, não representava um entrave ao avanço das forças produtivas nacionais, mas sim, uma das principais fontes de desenvolvimento, ao ceder seu excedente, via exportação, para os países centrais. Assim, as raízes do problema brasileiro estavam no interior do próprio capitalismo - na expropriação do excedente.

Delfim Netto⁴, um dos principais defensores da funcionalidade da agricultura brasileira, analisou toda evolução da produção agrícola e dos seus preços, comparando-os com os preços do setor industrial, para daí afirmar que o custo da alimentação não cresce mais depressa que os outros preços em consequência de uma deficiência da oferta de produtos agrícolas. Dessa forma, segundo Delfim Netto, a agricultura sempre cresceu num ritmo ditado pelas necessidades de mercado - não representando um entrave ao desenvolvimento econômico, mas apenas um mecanismo de auto-defesa dos produtores rurais.

Assim, a agricultura cumpriu, e continua cumprindo, seu papel de capitalizadora da economia, através da transferência dos seus ganhos. Discordando das teses defendidas pela esquerda, não via a estrutura agrária como a grande vilã do desenvolvimento nacional, impedindo uma maior produtividade da agricultura brasileira.

⁴ NETO, Antonio Delfim. *"Agricultura e Desenvolvimento no Brasil"*, 1966. Apud CASTRO, 1988: 93; *"Notas Sobre Alguns Aspectos do Problema Agrário"*; *"As Informações sobre a Agricultura num Programa de Desenvolvimento Econômico"*. Apud GONÇALVES NETO, p. 68 e 69.

O problema da baixa produtividade estava, então, na base técnica utilizada na agricultura, pouco mecanizada e utilizando de forma incipiente práticas modernas, como o uso de adubos e fertilizantes químicos. Para a agricultura continuar realizando seu papel era necessário uma modernização das práticas agrícolas e não uma reforma agrária.

Ruy Miller Paiva⁵ também não via na reforma agrária uma saída para os problemas da agricultura, uma vez que eram os grandes proprietários que mais vinham investindo em métodos modernos e em novas tecnologias.

Dentro dessa corrente conservadora ainda se destacam os estudos de Ignácio Rangel (*A questão agrária brasileira*, 1962). Para esse, a crise agrária brasileira era caracterizada por duas ordens de problemas: os próprios e os impróprios. Os problemas próprios, ou propriamente agrários, são a superprodução agrícola, resultando problemas no comércio exterior e a superpopulação rural, causando o desemprego urbano. Ao lado da superprodução agrícola havia, no entanto, uma escassez de certos bens agrícolas e, ao lado da superpopulação rural, escassez sazonal de mão-de-obra em algumas culturas, representando os problemas impróprios, definidos como problemas agrícolas.

Rangel⁶ via a necessidade da utilização de tecnologias cada vez mais avançadas na agricultura, utilizando contingentes menores de mão-de-obra. Nessa visão, eram as grandes propriedades capitalistas as unidades produtoras capazes de adotar essas técnicas modernizantes. Sendo assim, Rangel (1962) era contra uma reforma agrária que multiplicasse os pequenos produtores.

Considerava que não havia condições políticas para atuar em torno dos problemas agrários e que o governo não poderia intervir com expropriações no mercado de terra, para posteriores distribuições, uma vez que iria causar um acréscimo no valor das terras.

⁵ PAIVA, Ruy Miller. "Problemas da Agricultura Brasileira": "Reflexões sobre as Tendências da Produção, da Produtividade e dos Preços no Setor Agrícola no Brasil", 1966. Apud CASTRO, 1988: 93; "Estágios do Desenvolvimento Técnico da Agricultura Brasileira", 1965. Apud GONÇALVES NETO, p. 70.

⁶ RANGEL, Ignácio. "A Questão Agrária Brasileira", 1962. Apud GONÇALVES NETO, p.66.

Afastados dos debates teóricos e utilizando-se de dados estatísticos, os autores de cunho mais conservador conseguiram produzir resultados mais concretos que os intermináveis debates promovidos pela esquerda, tendo uma possível utilização como referencial das políticas econômicas.

"(...) Independente do acerto de todas as tendências, não se pode deixar de reconhecer a sua importância para o avanço dos estudos sobre a realidade agrária brasileira. A intensidade do debate, o volume e a qualidade das contribuições, se não conseguiram aprofundar o processo até os limites que se colocavam reforma agrária, transformações nas relações de produção, etc. – não permitiram mais que a questão agrária retornasse ao limbo das decisões políticas postergáveis". (Wenceslau Gonçalves Neto, P.65)

Segundo Santos (1986:50), com a instalação do regime militar, em março de 1964, o debate sobre a questão agrária brasileira que vinha se desenvolvendo desde os anos 50 praticamente foi encerrado, haja vista a grande repressão instalada pela ditadura, principalmente, no seio da intelectualidade nacional.

1.2.Os anos 70 e 80.

1.2.1. O enfoque técnico acerca da questão agrária brasileira.

A partir da segunda metade dos anos 60, os pontos defendidos pelos teóricos da modernização da agricultura passaram a predominar nas políticas públicas, orientando as mudanças no panorama do campo, com a implementação de novas técnicas agrícolas, as facilidades de crédito e os subsídios governamentais. Diante dessa nova realidade, não fazia mais sentido discutir sobre a funcionalidade ou não da agricultura brasileira, pois essa estava respondendo às necessidades da nova fase da industrialização, ou ainda discutir sobre a existência ou não de resquícios feudais no campo, revoluções, etc. O debate sobre a questão agrária realizado nas décadas passadas se torna obsoleto, assumindo um novo enfoque.

Dá-se início a uma nova fase de estudos sobre o meio rural brasileiro, à medida que iam se aprimorando as análises em torno da modernização da agricultura, assumindo formas mais complexas e repleta de cálculos econométricos.

Nessa nova fase da discussão sobre a questão agrária, o trabalho de Ruy Miller Paiva (*“Modernização e Dualismo tecnológico na Agricultura”*, 1971) foi de grande relevância. Baseado no que chamou de mecanismo de auto controle, Paiva levantou três tipos de preocupações básicas nos seus trabalhos. Primeiro, procurou demonstrar que muitos países não possuíam as condições necessárias para o sucesso da teoria da modernização, que as áreas agronomicamente adequadas à modernização eram escassas

nos países subdesenvolvidos, por conta de deficiência de solo, clima, etc, que nem sempre podiam ser corrigidas.

Dessa forma, não aceitava o otimismo exagerado dos economistas que defendiam a contribuição da modernização agrícola para o desenvolvimento do país como um todo. Para Paiva, o mecanismo de autocontrole impedia que a agricultura impulsionasse a economia de um país, respondendo apenas às necessidades do aumento da produção e produtividade.

Uma segunda preocupação, constante nos seus estudos, defendia a funcionalidade da agricultura brasileira, porém atribuía um caráter secundário ao campo, no tocante ao desenvolvimento nacional. Por fim, procurou mostrar que a difusão de técnicas modernas não dependia apenas de fatores como nível de conhecimento, recursos, preços, etc., mas, também do desenvolvimento do setor não-agrícola e/ou de exportações. Baseava sua explicação para tal fato também no mecanismo de autocontrole, que impedia que a difusão técnica se expandisse além do grau máximo de modernização. Forçar, no entanto, a modernização além desse limite, por meio de políticas públicas, geraria uma situação artificial e prejuízos à agricultura tradicional. Somente o crescimento das exportações poderia elevar o grau máximo de modernização. O dualismo tecnológico na agricultura é, para esse autor, uma característica própria do processo de desenvolvimento agrícola.

Após a crise de 1973, com o desequilíbrio das contas externas e a crescente necessidade de aumento das exportações, alguns estudiosos passaram a se preocupar com o desempenho comercial da agricultura. O centro da questão passou a ser a produção de produtos para o mercado interno e a produção para exportação.

O primeiro trabalho centrado nessa nova questão coube a José Roberto Mendonça de Barros e Douglas H. Graham, em 1978⁷, onde constataram que a produção agrícola brasileira vinha crescendo mais entre os produtos exportáveis que entre os domésticos, com o aumento da produção concentrado na região Centro-Sul do país. Os ganhos de produtividade também estavam concentrados nos produtos exportáveis e no estado de São Paulo. E, nos anos 70, à medida que se elevou o grau de abertura da agricultura brasileira para o exterior, reduziu-se, relativamente, a disponibilidade no mercado local.

Além dos autores já citados, Maurício Barata de Paula Pinto, Afonso Celso Pastore e Fernando Homem de Melo apresentaram importantes estudos sobre a produção para exportação e para o mercado interno⁸. Tidos como conservadores, apresentavam em comum a preocupação com o mercado externo, a formulação de políticas econômicas e o fato de apontarem a exportação como grande incentivo para modernização. Admitiam, assim, os problemas da produção de alimentos no país, vendo como um sacrifício necessário ao andamento do desenvolvimento como um todo, não apontando propostas alternativas como uma reforma agrária, apoio à pequena produção, etc.

Esses estudos, contudo, tiveram como vantagem uma nova análise da agricultura, que passou a ser vista dividida entre as culturas do mercado interno e de exportação, separadas por um grande hiato tecnológico; porém, no que tange aos estudos sobre a questão agrária, o pensamento crítico alcançou maior sucesso nas suas interpretações.

⁷ vide: MENDONÇA, J. R. & GRAHAM, D. H. "Agricultura Brasileira e o Problema da Produção de Alimentos", 1978. Apud NETO, p. 86.

⁸ PINTO, M.B.P. & BARROS, J.R.M. de. "A Agricultura Brasileira e o Problema da Produção de Alimentos: uma exposição gráfica", Apud NETO, p. 89.

PASTORE, A. C. & BARROS, J.R.M. de. "Absorção de Mão-de-obra e os Efeitos Distributivos do Progresso Tecnológico na Agricultura"; "A Mobilidade de Fatores e os Aspectos Distributivos do Progresso Tecnológico: um adendo", 1978. Apud NETO, p. 90.

MELO, F.H. & ZOCKUN, M. H. "Exportações Agrícolas, Balanço de Pagamentos e Abastecimento do Mercado Interno", 1977. Apud NETO, p. 91; MELO, F.H. & ACCARINI, J. H. "A Política Econômica e o Setor Agrícola no Brasil do Pós-Guerra", 1979. Apud NETO, p. 91.

"(...) se na década anterior o pensamento conservador se manteve mais próximo à realidade e conseguiu conclusões com certa propriedade, a maior contribuição na década de 70, sem desprezar os avanços conseguidos pelos propugnadores da modernização, virá do pensamento de esquerda, concretizado num novo estudo ao agro brasileiro na ótica do capital". (Wenceslau Neto, P. 79)

1.2.2. A ótica da dominação do capital sobre a realidade do campo brasileiro.

O grande crescimento da economia nos anos 70, sem contrapartida de uma reforma agrária no campo, a modernização da agricultura e a resposta desse setor às necessidades da indústria contribuíram para modificar a postura da esquerda brasileira. As discussões saíram do âmbito teórico sobre a existência ou não de resquícios feudais no campo, revolução democrático-burguesa, etc. e se aproximaram mais da realidade brasileira, passando a construir modelos mais explicativos não só do campo, mas da realidade nacional. Os teóricos de esquerda passaram a reconhecer a dominação plena do capital sobre a realidade brasileira e suas relações como fato concreto no campo.

Como trabalho referencial dessa nova concepção, pode-se citar *"A economia brasileira: crítica à razão dualista"* (1972), de Francisco de Oliveira. Analisando a economia brasileira no pós-30, as atenções do estudo são voltadas para a recriação das condições de expansão do capitalismo no campo. Como centro do estudo, Oliveira tece severas críticas à concepção dualista da CEPAL. Para ele, a convivência do moderno com o atrasado consistia numa falsa oposição; o que há, na realidade, é uma unidade de contrários, em que o moderno cresce e se alimenta da existência do atrasado.

Assumindo o capital como realidade no campo brasileiro, passa-se, então, a discutir as condições para sua realização, quando surgem os primeiros estudos sobre as relações de trabalho que surgiram no campo, como os bóias-frias.

Na tese defendida em 1974, *"O Bóia-fria: acumulação e miséria"*, Maria da Conceição D'Incao e Mello analisou as condições de vida dos bóias-frias numa região do estado de São Paulo, colocando-os como fruto do processo de modernização da agricultura e de acumulação do capital, que deixa à margem do processo produtivo uma grande parcela da população rural, sendo, assim, uma variável representativa no processo de acumulação do capital, uma vez que a eles são pagos menores salários, o que garante maior lucratividade para os proprietários.

Estudos como os de Maria Rita Garcia Loureiro, Sérgio Silva e, principalmente, os do sociólogo José de Souza Martins⁹ se dedicaram à permanência das relações de trabalho consideradas não-capitalistas no interior de fazendas totalmente capitalistas, como a parceria, que foi explicada por Martins como uma necessidade da reprodução do capital, que, ao se expandir, redefine antigas relações e até engendra relações não-capitalistas, se necessário. O que leva Sérgio Silva a afirmar que o capitalismo não elimina as antigas relações, mas as subordina, fazendo com que o velho não desapareça com o novo, mas que ambos coexistam, dando um grande passo na análise do que de novo surgiu no campo brasileiro com todas as modificações realizadas pelas políticas do regime militar.

Nos anos 80, a esquerda começa a estudar, basicamente, as bases do desenvolvimento do capitalismo no campo. Muitos foram os pesquisadores que se

⁹ LOUREIRO, M. R. *"Parceria e Capitalismo"*. 1975. Aoud NETO. p. 99.

SILVA, S. *"Agricultura e Capitalismo no Brasil"*; *"Formas de Acumulação e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo"*; *"Valor e Renda da Terra: o movimento do capital no campo"*, 1981. Apud NETO. p. 103.

MARTINS, J.S. de. *"A Sujeição da Renda da Terra ao Capital e o Novo Sentido da Luta pela Reforma Agrária"*. IN: *"Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político"*, 1981. Apud NETO. p. 103.

dedicaram a tal linha de estudo, com destaque, aqui, para as obras de José Graziano da Silva¹⁰.

Silva, em 1979, levantou alguns reflexos futuros das transformações ocorridas na agricultura brasileira, quais sejam: fechamento da fronteira agrícola; aceleração de processo de modernização agrícola no centro-sul; crescente presença de grandes empresas industriais na agricultura. Em outras palavras, com o fechamento das fronteiras agrícolas, a única maneira de aumentar a produção será através da modernização agrícola, que, estimulada pelo capital, ficará concentrada onde puder obter maiores rendimentos.

Após a instalação das indústrias de insumos agrícolas, a agricultura passa a representar um mercado consumidor dessas indústrias, aumentando seu grau de dependência em relação aos insumos modernos e, conseqüentemente, à oferta das indústrias produtoras – processo denominado de *industrialização da agricultura brasileira*. Assim, à medida que esse processo ia avançando, o homem subordinava a natureza às necessidades do capital, não estando mais esse condicionado aos limites naturais.

Juntamente a autores como Geraldo Muller e Bernardo Sorj, Silva¹¹ também trabalhava com a questão da formação dos complexos agroindustriais, analisando as pressões dos CAI's e dos latifundiários sobre as políticas públicas, colocando o Estado como grande beneficiador do capital, atuando de forma que mantivesse as altas taxas de lucro do setor.

Os impactos da modernização e o ressurgimento dos conflitos no campo, o agravamento da questão da moradia, do emprego, da miséria e da violência nas cidades, trouxe para o debate sobre a questão agrária novos atores como os sindicatos, os partidos

¹⁰ SILVA, J. G. "Para Onde Vai a Agricultura", 1979; "Estrutura Fundiária e Relações de Produção"; "Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura", 1980. Apud NETO, p. 105.

¹¹ MULLER, G. "a Industrialização do Campo no Brasil: algumas notas"; "Estado, Estrutura Agrária e População", 1980; "O Complexo Agroindustrial Brasileiro", 1981. Apud NETO, p. 107.
SORJ, B. "Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira"; "Camponeses e Agroindústria: transformação social e representação política na avicultura brasileira", 1982. Apud NETO, p. 10.

políticos e a Igreja Católica e, também, novas questões, como a pobreza no campo e o novo perfil da reforma agrária.

O documento lançado pela CNBB – “*A Igreja e os Problemas da Terra*” – em 1980, lançou as bases para esse novo debate. Nesse documento, os bispos do Brasil diferenciaram o que seria terra de exploração e terra de trabalho. A primeira, aquele pedaço de chão apropriado pelo capital e, a segunda, a terra possuída por quem nela trabalha. A CNBB colocou-se, claramente, a favor da terra de trabalho.

“Foi, de certa forma, um avanço em relação a tudo que já havia sido pensado dentro da esquerda brasileira até essa época, porque recuperou a principal idéia que somente tem direito à terra quem trabalha nela, sem ficar com grandes milongas de que “que nós vamos aliar com a burguesia, contra o latifúndio” de “os latifundiários são feudais...” que foram as grandes discussões dos anos 60”. (Stédile, 1994: 331-312)

Paralelo aos estudos sobre a industrialização da agricultura, o documento da Igreja católica foi importante para a compreensão mais concreta dos efeitos da penetração do capitalismo no campo, levantando a situação real da miséria e da violência a que foram submetidos os trabalhadores rurais. (Wenceslau Netto, p. 110)

1.3. O debate atual.

À medida que as transformações no mundo rural iam se aprofundando, o debate sobre a questão agrária nacional ia se mesclando com uma série de questões. No final dos anos 80 e no decorrer dos anos 90, discute-se: globalização da agricultura brasileira,

biotecnologia, novo rural brasileiro, urbanização do campo, conflitos sociais, reforma agrária, etc.¹²

Sobre a importância e a necessidade da reforma agrária o único ponto em comum é a consideração da existência de alarmante pobreza rural, porém, grandes são as divergências no debate dentro da esquerda brasileira sobre os objetivos e a forma dessa reforma agrária, partindo-se da reforma agrária como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar até uma visão da reforma agrária como início de uma transformação da sociedade capitalista.

Nessa primeira perspectiva, José Eli da Veiga (*"Fundamentos do Agreoreformismo"*, 1994¹³) critica o pensamento predominante na atualidade, de que a reforma agrária não mais constitui um instrumento importante de política econômica, como era falado nos anos 60, mas com uma importância social e política.

Eli da Veiga afirma que a passagem da sociedade brasileira para formas socialmente mais justas dificilmente será atingida sem a aplicação de um conjunto de políticas públicas que venha fortalecer a agricultura familiar, sendo, exatamente, esse o sentido econômico da reforma agrária.

"Precisamos de uma reforma agrária que desafogue os minifúndios, oferecendo-lhes a oportunidade de se tornarem agricultores familiares viáveis; uma reforma agrária que transforme arrendatários em proprietários; uma reforma agrária que ofereça terra aos filhos dos pequenos proprietários; enfim, uma reforma agrária cuja diretriz central seja o fomento e o apoio a nossa agricultura familiar". (Veiga, 1991: 91 In: Stédile, 1994)

¹² Acerca dos temas citados, ver: SILVA, J. G. da. "Urbanização e pobreza no campo". In: RAMOS E REYDON. "Agricultura e agroindústria no Brasil", 1995; SILVA, J. G. da. "O Novo Rural brasileiro", 1996; CASTRO, C. de M. & MARTINE, G. "Introdução: o que o Brasil tem haver com biotecnologia?", 1985; DEMBO, D. & DIAS, C. "Impactos sociais da privatização da biotecnologia nos países em desenvolvimento", 1985; SILVA, J. G. da. "A Globalização da agricultura", 1999.

¹³ In STÉDILE, J. P. "A Questão Agrária Hoje", 1994.

Ademar Ribeiro Romeiro (*"Reforma Agrária e Distribuição de Renda"*, 1990) levanta a importância do emprego rural na definição do perfil da distribuição de renda. Para tanto, mostra como o amplo acesso a terra foi importante na realização do crescimento econômico com razoável distribuição de renda, usando os exemplos das agriculturas norte-americanas e japonesas.

Assim, no Brasil, a história mostra que a estrutura agrária concentrada não foi obstáculo ao crescimento econômico, mas sim, à melhoria da qualidade de vida da população em geral. Uma vez que o contínuo êxodo rural gerou excedentes demográficos nas cidades, influenciando negativamente o nível salarial. (Romeiro, 1990:124 In: Stédile, 1994)

"(...) se o êxodo rural não for contido, a pressão da oferta de mão-de-obra sobre a demanda, no setor urbano-industrial, continuará suficientemente forte, de modo a evitar um processo de redistribuição dinâmica da renda que finalmente incorpore ao mercado a grande massa da população brasileira". (Romeiro, 1990:130 In: Stédile, 1994)

Para Romeiro (1990: 136), esse é o atual sentido da reforma agrária no Brasil: ampliar as oportunidades de emprego no campo de modo que reduza a pressão da oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho urbano-industrial elevando, assim, o nível de salário e a qualidade de vida. É preciso, então, que o setor agrícola brasileiro cumpra o papel de "buffer" regulador da oferta de mão-de-obra.

Também preocupado com a questão da geração de emprego no campo, José Gomes da Silva destaca a reforma agrária como um "criadouro" de unidades não apenas como uma questão rural, mas como uma questão urbana, pois, à medida que contingentes rurais são transferidos para as cidades, transfere-se também para o setor urbano uma carga dos

problemas do campo. Assim, a agricultura e a reforma agrária assumem importância fundamental em programas de geração de emprego e renda.

“O aumento de oportunidades na agricultura aliviaria enormemente a pressão por postos de trabalho nas fábricas e nos serviços. E mais, daria a oportunidade de volta ao campo para milhões de desempregados que vieram para as cidades e que manifestam ainda disposição para trabalhar na terra”. (José Gomes da Silva, 1997: 186-187)

Representando os autores que defendem a visão predominante na atualidade, segundo Veiga. Silva (1988)¹⁴ vê a reforma agrária como uma necessidade dos trabalhadores rurais, sendo a questão principal não a luta pela terra, mas a luta contra a luperização, ou seja, contra a pobreza no campo. Nessa visão, a reforma agrária seria fruto da luta dos trabalhadores rurais pela sua terra, não havendo nisso nada de revolucionário. Pode-se dizer que é apenas a luta pela própria sobrevivência que vem da terra.

A proposta de reforma agrária do Partido dos Trabalhadores, nessa perspectiva, dá prioridade à reforma agrária como política social, para: propiciar emprego, democratizar a posse da terra; oferecer melhores condições de saúde, moradia, justiça e previdência social; eliminar a violência no campo; conter a devastação ecológica ocasionada pelo latifúndio; assegurar as condições sócio-político-econômicas para que os sem-terra e os agricultores possam exercer sua cidadania; diminuir o êxodo rural e seus impactos sobre o meio urbano.

Afastando-se das visões anteriores, Maria Emília Lisboa Pacheco (*“O Joio e o Trigo na Defesa da Reforma Agrária”*, 1993)¹⁵ faz uma crítica à visão da reforma agrária como política social. Para ela, um projeto político de reforma agrária deve representar o

¹⁴ In: STÉDILE, J.P. *“A Questão Agrária Hoje”*, 1994.

¹⁵ In: STÉDILE, J.P. *“A Questão Agrária Hoje”*, 1994.

questionamento do próprio modelo de desenvolvimento vigente, e não colocá-lo como uma mera política de amparo aos excluídos.

Assim, à medida que os defensores da reforma agrária insistem na existência de uma questão agrária e não mais de uma questão agrícola, sustentam a idéia da reforma agrária como política econômica sendo algo ultrapassado, bem como sendo o atual modelo de desenvolvimento agrícola inevitável.

Para Maria Emília:

“Em termos do conhecimento, reconhecer que a pesquisa científico-tecnológica precisa avançar no campo da informática, genética, ótica, etc. é desconhecer também que há áreas do conhecimento que se relacionam com outro padrão de desenvolvimento como a engenharia ecológica, a agroecologia, energia alternativa, etc., que estarão em pauta como áreas essenciais para pensar um novo padrão de desenvolvimento da agricultura com equidade social e sustentável”. (1993:218 in: Stédile, 1994)

Avançando no debate da esquerda sobre o caráter da reforma agrária e sua importância, alguns autores vão além do projeto de reforma agrária como indutor de um novo padrão de desenvolvimento rural, propondo uma reforma agrária como base para uma nova sociedade $\neq$ uma sociedade socialista.

Indicando uma reforma agrária socialista, Claus Gerner (“O Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro e a Reforma Agrária”, 1988) ¹⁶defende que a questão da reforma agrária como proposta não se esgotou, o que se esgotou foi o antigo projeto de reforma agrária baseado na aliança burguesia-trabalhadores.

Um novo projeto de reforma agrária só será possível quando os trabalhadores voltarem a “pensar por suas próprias cabeças”, defendendo seus interesses, sendo o

¹⁶ In: STÉDILE, J. “A Questão Agrária Hoje”, 1994.

principal interesse dos trabalhadores rurais se libertar da exploração. Para isso, é preciso apontar o caminho, pois há uma luta ideológica que controla as decisões tomadas pelos trabalhadores rurais. Faz-se necessário, então, estratégias que mostrem aos pequenos agricultores quais as perspectivas futuras sob o capitalismo: os pequenos produtores e a pequena produção agrícola desaparecerão, em mais ou menos tempo.

A única saída para o fim da exploração e a continuidade da pequena produção, nesse caso, é uma sociedade além da sociedade capitalista – o caminho da socialização dos meios de produção. Um projeto de reforma agrária deve interessar, então, apenas aos trabalhadores:

"Nosso objetivo não é salvar um pedacinho de terra, com um casebre em cima, um par de vacas no curral, um casazinho de cavalos no outro. O nosso objetivo é salvar o cidadão que vive em cima daquilo – o agricultor. E o que o regime de trabalhadores se compromete, fundamentalmente, não é salvar a pequena produção, mas salvar o pequeno produtor, colocando-o num contexto econômico em que ele vá sobreviver dignamente – ele, seus filhos, sua família, etc." (Gerner, 1988:151 In: Stédile, 1994)

Sandroni (*"A Questão Agrária e o Socialismo: notas sobre os problemas econômicos e políticos"*, 1984)¹⁷, por sua vez, diz que para o socialismo a questão agrária, antes de representar a transformação da agricultura capitalista em socialista, significa uma aliança operária-camponesa, o que implica no enfrentamento com o capital agrário; no entanto, a luta pela terra, nos moldes que se dá, não se opõe à propriedade privada, apenas à grande propriedade territorial, podendo se esgotar uma vez conquistada a terra. Seu desfecho pode enfraquecer o grande proprietário, mas fortalece o pequeno, criando uma

¹⁷ In: STÉDILE, J. P. *"A Questão Agrária Hoje"*, 1994.

base social muito mais ampla em defesa da propriedade privada, continuando, assim, um obstáculo à agricultura socialista.

Então, a luta pela terra não deve se limitar à conquista do latifúndio improdutivo. Se for uma reforma socialista, deve-se estender às propriedades produtivas, bem como à conquista dos meios de produção, isto é, uma reforma agrária que vá além da distribuição de terras. No plano político, a luta pela terra coincide com os interesses do proletariado e das massas populares das cidades no sentido de que contribui para a conquista da democracia. A luta pela terra apresenta, dessa forma, um caráter democrático e progressista e é, nesse sentido que contribui para o desenvolvimento da luta pelo socialismo.

Mostrando a visão dos movimentos sociais que se fortaleceram nos anos 80 e 90, em especial o MST, destaca-se o modelo de reforma agrária proposto por João Pedro Stédile (*"A Questão Agrária e o Socialismo"*, 1991)¹⁸, um dos principais líderes do movimento. Para Stédile, a burguesia não vê sentido algum na reforma agrária, visto que está satisfeita com o modelo agrícola brasileiro: está produzindo, exportando e acumulando, então, não há nenhum problema agrário. Os conflitos de terra que vêm se avolumando são, dessa forma, meros problemas políticos. Além disso, a burguesia agrária além de acumular, passou a centralizar. O proprietário rural começa a atuar em outros setores da economia como o comércio, indústria e, principalmente, frente ao capital financeiro. Em função disso, hoje, não há uma burguesia puramente agrária, mas as grandes propriedades brasileiras estão nas mãos de grupos econômicos, sejam industriais ou financeiros.

Sendo assim, uma reforma agrária terá que ser, necessariamente, socialista, de forma que afete a burguesia como um todo, organizando a produção de acordo com o que o povo deseja comer e não visando o que dá mais lucro. O ponto de partida da reforma

¹⁸ In: STÉDILE, J. P. *"A Questão Agrária Hoje"*, 1994.

agrária socialista seria, então, a descentralização da propriedade, com a organização coletiva dos meios de produção, pois, não basta ter a terra, mas tratores, equipamentos, armazéns, etc. que conduzam a produção de maneira produtiva.

Ainda precisa devolver a cidadania e os direitos mínimos dos trabalhadores rurais, o que não se consegue no capitalismo. Direito à educação, saúde e até mesmo o direito de votar sem o cabresto do patrão. Uma reforma agrária também precisa atingir os complexos agroindustriais, pois, nessa visão, é impossível um produtor ganhar mais pelo seu produto sem que essas indústrias percam.

Por fim, para alcançar esses objetivos, deve-se desenvolver a consciência política dos trabalhadores, visto que todo processo irá depender da organização desses. As mudanças desejadas não se dão pelo voto, mas apenas pela luta consciente e organizada dos trabalhadores. De maneira geral, para Stédile:

"A reforma agrária interessa a toda a classe trabalhadora e deixou de ser apenas uma questão econômica para resolver o problema dos sem-terra que estão passando fome. Ela passou a adquirir um caráter revolucionário – se é que se pode dizer assim – porque ela, de um lado interessa a toda classe trabalhadora, e por outro lado, ela atinge toda a classe que está no poder". (Stédile, 1991:321 In: Stédile, 1994)

Mesmo com toda miséria do campo brasileiro e o agravamento dos conflitos sociais e aumento da violência no campo, o pensamento pró-reforma não é o único existente na atualidade, como em outras épocas, a crítica à reforma agrária continua¹⁹.

¹⁹ Sobre a crítica à reforma agrária ver: MULLER, Geraldo. "São Paulo: o núcleo do padrão agrário moderno". 1988; NETO, Francisco Graziano. "Recolocando a Questão Agrária". 1990. In: STÉDILE. "A Questão Agrária Hoje". 1994.

1.3.1. O conceito de sustentabilidade.

Fugindo um pouco do debate acerca da reforma agrária, o debate atual sobre a questão agrária brasileira expande-se no sentido de discutir novas práticas agrícolas, bem como novas alternativas de desenvolvimento para o mundo rural brasileiro. Após a consciência de que o setor agrícola está tomado pelo modo de produção capitalista, um grande enfoque passa a ser dado aos efeitos perversos das práticas modernas adotadas pela agricultura, principalmente, os danos causados ao meio ambiente.

Em meados da década de 80, os impactos da agricultura moderna: a dilapidação das florestas tropicais, as chuvas ácidas, a destruição da camada atmosférica de ozônio, o aquecimento global e o efeito estufa, tornaram-se temas familiares nos debates científicos, principalmente, nos países ricos. O principal questionamento levantado era até que ponto os recursos naturais suportariam o ritmo de crescimento econômico imposto. Além disso, crescia a pressão da opinião pública, com a participação de entidades ambientalistas e de proteção ao consumidor.

Ao mesmo tempo que se estudava os efeitos da agricultura convencional, despertava-se a atenção para práticas agrícolas orgânicas, tidas, até então, como um atraso – “uma volta ao passado”. Já em 1980, nos EUA, criou-se um grupo de pesquisa para estudar a agricultura orgânica nos EUA e na Europa. Dessa pesquisa resultou o relatório “Recomendações sobre agricultura orgânica”. Anos depois, em 1989, foi publicado pelo Conselho Nacional de Pesquisa dos EUA, o documento “Agricultura Alternativa”, que apontou os principais problemas ambientais dos Estados Unidos, com destaque para erosão dos solos e contaminação dos recursos hídricos, analisando, em contrapartida, o desempenho de quatorze propriedades alternativas do país.

Os autores do referido documento foram bastante favoráveis aos métodos alternativos, concluindo que são viáveis do ponto de vista econômico, garantem bons níveis de produtividade e minimizam os danos ambientais, ajudando a difundir, mais ainda, as preocupações com o meio ambiente no meio científico; no entanto, um novo paradigma consolidou-se como resposta aos questionamentos levantados sobre os problemas causados pela agricultura convencional: a sustentabilidade.

Para autores como Jalcione Almeida e Ehlers (1996), a noção de sustentabilidade que desponta indica o desejo de um novo paradigma tecnológico que não agrida o meio ambiente, uma vez que mostra uma insatisfação com os métodos da agricultura convencional ou moderna. Representa, então, o reconhecimento da “insustentabilidade” ou inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento vigente. Essa noção nasce da compreensão que os recursos naturais são finitos. Por mais que a agricultura moderna tenha avançado em técnicas que, de certa forma, superem os recursos naturais, a agricultura continua dependendo de processos e recursos naturais.

Por isso, reforça-se a idéia de que a dilapidação dos recursos naturais poderia inviabilizar os atuais sistemas de produção agrícola, bem como a possibilidade de uso desses por gerações futuras. Mesmo tal idéia representando um senso comum, a noção de sustentabilidade ainda tramita num campo emergente. À medida que o debate se amplia, surge uma série de definições e concepções de agricultura e desenvolvimento sustentável.

A maioria das definições inclui a redução do uso de agroquímicos e de fertilizantes, o controle da erosão, a rotação de culturas, a integração lavoura-pecuária e a busca de novas fontes de energia.

Para Altieri (apud Almeida, p. 47), sustentabilidade consiste na habilidade de um agroecossistema manter a produção através do tempo, face a distúrbios ecológicos e pressões socioeconômicas de longo prazo. O objetivo da agricultura sustentável, assim, é a

manutenção da produtividade agrícola com o mínimo de impactos ambientais e com retornos financeiro-econômicos adequados, que permitam diminuir a pobreza e atender às necessidades sociais da população.

Na Europa, em 1991, um grupo de especialistas reunidos pela FAO elaborou a “Declaração de Den Bosh”, onde agricultura e desenvolvimento sustentável estão definidos da seguinte forma:

“O manejo e a conservação da base de recursos naturais, e a orientação da mudança tecnológica e institucional, de maneira a assegurar a obtenção e a satisfação contínua das necessidades humanas para as gerações presentes e futuras. Tal desenvolvimento sustentável (na agricultura, na exploração florestal, na pesca) resulta na conservação do solo, da água e dos recursos genéticos animais e vegetais, além de não degradar o meio ambiente, ser tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceitável” (Apud Ehlers, 1996:115).

Já o “Tratado Alternativo sobre Agricultura Sustentável”, resultado do fórum global de organizações não-governamentais realizado em 1993, traz agricultura sustentável como:

“um modelo de organização social e econômica baseado em um desenvolvimento eqüitativo e participativo (...) a agricultura é sustentável quando é ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e fundamentada em um conhecimento holístico” (Apud Ehlers, 1996:117).

Alguns ressaltam a importância da conciliação da produtividade elevada com a conservação dos recursos naturais, tendo o conceito de sustentabilidade como um novo condicionante de competitividade e eficiência. Para Murilo Flores et. al. (apud Almeida, p. 48), no conceito de agricultura sustentável reside a idéia do uso de tecnologias adequadas

às condições do ambiente regional e mesmo local, e da previsão e prevenção dos impactos negativos, sejam eles sociais, econômicos e ambientais. O objetivo final é a garantia de que os agroecossistemas sejam produtivos e rentáveis ao longo do tempo. A agricultura sustentável é, então, uma resposta aos problemas ambientais decorrentes das chamadas tecnologias modernas.

Pode-se então observar que a noção de sustentabilidade permanece cercada por duas correntes: 1) a corrente que considera a generalização das práticas alternativas; 2) a corrente que objetiva mudanças na agricultura convencional que combine as vantagens das duas vertentes. Para Ehlers:

“As discussões naturais tem-se sobreposto às questões sociais, impedindo transformações mais profundas na estrutura da produção. E é esta suposta superficialidade das mudanças embutidas na noção de sustentabilidade que explica sua ampla aceitação nos segmentos mais conservadores da sociedade” (1996: 120-121).

A agricultura sustentável, no entanto, é um termo e não uma prática em andamento e todas as contradições em cima do termo refletem a existência de disputas ideológicas e de interesses distintos. Para Almeida (p. 52), o grande desafio para efetivação de uma agricultura sustentável está, justamente, na capacidade das forças sociais de influenciar as políticas públicas, para que essas venham firmar política, econômica e socialmente a opção pela agricultura familiar, forma social de uso da terra que melhor responde à noção de sustentabilidade e às necessidades locais, regionais e do país.

No caso da noção de desenvolvimento sustentável, as contradições são semelhantes àquelas da agricultura sustentável. A concepção econômica do desenvolvimento sustentável aponta os novos mecanismos de mercado como solução para condicionar a produção à capacidade de suporte dos recursos naturais, inclusive aqueles de taxaço da

poluição. A concepção política, por outro lado, propõe o deslocamento da racionalidade econômica para o campo da ética, propondo um desenvolvimento sustentável que garanta a diversidade democrática.

A definição de desenvolvimento sustentável que mais se aproxima do consenso almejado é a do Relatório de Brundtland (1987).

“O atendimento das necessidades básicas requer não só uma nova era de crescimento para as nações cuja maioria da população é pobre, como a garantia de que esses pobres receberão uma parcela justa dos recursos necessários para manter esse crescimento. (...). para que haja hoje um desenvolvimento sustentável é necessário que os mais ricos adotem estilos de vida compatíveis com os recursos ecológicos do planeta, quanto ao consumo de energia, por exemplo (...). o desenvolvimento sustentável não é um estado de harmonia, mas um processo de mudanças no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras” (Apud Almeida p.42).

O que há em comum é a idéia do desenvolvimento sustentável como aquele capaz de garantir as necessidades das gerações futuras, contemplando dimensões sociais, ambientais, políticas, econômicas, culturais, baseado no tripé eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica, sendo assim, um conceito multidimensional. Além dos consensos mostrados a seguir:

- 1) O desenvolvimento sustentável deve ser endógeno;
- 2) É uma via possível para melhoria da qualidade de vida das populações. Qualidade de vida entendida como resultante de um conjunto de fatores que envolve economia, educação, saúde, segurança alimentar e nutricional, o meio ambiente natural e social, segurança pública, lazer, cultura, etc. Podendo gerar novas soluções

para geração de emprego e renda com as oportunidades que venham a surgir no local;

- 3) Para alcançar o desenvolvimento sustentável, novas condições políticas e institucionais que abranjam as necessidades desse novo paradigma de desenvolvimento. Um novo sistema de gestão das políticas implementadas de baixo para cima, estando as diversas instâncias do governo articuladas;
- 4) A participação do Estado como promotor do desenvolvimento é de fundamental importância; porém, uma atuação transparente e de forma compartilhada com a sociedade;
- 5) O desenvolvimento sustentável requer a parceria entre o Estado, o mercado e a sociedade civil;
- 6) Ainda requer a construção de uma nova dinâmica econômica, que não pode ficar ao sabor do mercado. Com a formação de uma comunidade econômica de base, de uma cadeia de iniciativas que se complementam, maximizando as potencialidades de cada região. Trata-se, então, de exercer sua interdependência como sujeito, mantendo relações de forma competitiva e vantajosa. Além disso, é fundamental a adoção de técnicas adequadas a cada realidade;
- 7) Quanto ao financiamento, é consenso que o desenvolvimento sustentável exige a transferência de recursos exógenos, mas também, uma grande mobilização de recursos endógenos, seja público ou privado;
- 8) Iniciativas de desenvolvimento sustentável ainda requerem a presença de agentes de desenvolvimento governamentais, empresariais e da sociedade civil, voluntários e remunerados, com experiência em termos de planejamento e execução;
- 9) Também é necessário uma nova base de informações desagregada, que permita uma análise mais profunda de cada realidade. Bem como, precisa-se de novos

indicadores de desenvolvimento capazes de medir níveis de qualidade de vida e sustentabilidade;

- 10) Finalizando, para efetivação do desenvolvimento sustentável, os sistemas de informação devem ser ágeis e descentralizados, fazendo propagandas de rádio e televisão que despertem a população para as possibilidades e vantagens de um novo padrão de desenvolvimento, aumentando o respaldo social das iniciativas.

Mesmo sem dispor de alicerces conceituais e operacionais bem definidos, a noção de desenvolvimento sustentável tem servido para dar suporte e para orientar um grande número de projetos nas mais diversas áreas, o que indica uma mudança em curso (Ehlers, 1996).

1.4. Considerações finais.

Ao longo do capítulo foi visto que a questão agrária vem assumindo grande destaque no debate mais amplo sobre o desenvolvimento nacional, desde os anos 50. Nesse período, o debate girava em torno daqueles que viam a agricultura como um entrave ao desenvolvimento nacional e dos que defendiam sua funcionalidade.

Assim, o primeiro grande debate acerca dos problemas do campo brasileiro ocorreu na perspectiva de explicar as causas para o atraso da agricultura. Os estudiosos dessa questão dividiram-se entre os defensores da tese feudal, que viam o atraso em decorrência dos resquícios feudais no campo e, por outro lado, os defensores da tese do subdesenvolvimento capitalista, que atacavam veementemente a tese feudal, afirmando que

as causas do atraso estavam no baixo poder aquisitivo da população rural, o que emperrava a formação de um mercado interno, bem como o desenvolvimento nacional como um todo.

Por sua vez, os defensores da funcionalidade da agricultura procuravam mostrar que essa cumpria satisfatoriamente suas funções frente à indústria, sempre crescendo nos níveis determinados pelo mercado. Para esses, o latifúndio não representava um entrave ao desenvolvimento do campo, mas até uma fonte de desenvolvimento, por conta das exportações que realizavam. O problema estava, então, na base técnica atrasada da agricultura brasileira, que impedia melhores níveis de produtividade.

*Nessa época, a linha conservadora, ligada à teoria da modernização, alcançou resultados mais concretos, por terem focalizado suas discussões mais próximo da realidade; porém, o debate promovido pela esquerda foi de grande relevância por colocar a questão agrária no centro das discussões nacionais, sendo deixado como legado para gerações futuras.

Com o golpe militar, qualquer debate que enfocasse mudanças nas bases sociais foi abafado e as abordagens técnicas passaram a predominar. De acordo com a nova conjuntura que se instalou no país, novas preocupações surgiram nos estudos sobre a questão agrária, a saber: condições necessárias para modernização; difusão das tecnologias modernas; desempenho comercial da agricultura; produção para o mercado interno e para o mercado externo.

Os estudos críticos só voltaram a ser realizados nos anos 80. Fugindo dos debates anteriores, dedicaram-se ao avanço do capitalismo no campo e seus impactos. Estando mais próximos da realidade, muito contribuíram para o entendimento das modificações ocorridas no mundo rural brasileiro.

Na atualidade, o debate é extenso e se diversifica à medida que a realidade do mundo rural se torna mais complexa. Fala-se em globalização da agricultura, biotecnologia, urbanização e pobreza no campo, novo rural brasileiro, reforma agrária, etc.

A constatação da pobreza e da miséria a que está submetida a população rural é consenso, bem como a necessidade de uma reforma agrária; porém, os objetivos da reforma vão desde o fortalecimento da agricultura familiar até a transformação da sociedade capitalista, passando por uma mudança no padrão de desenvolvimento dentro do próprio capitalismo.

As preocupações com os impactos da modernização e com os danos que esses vêm causando na realidade do campo, levaram à difusão do conceito de sustentabilidade em todo mundo, como desejo de novos padrões de desenvolvimento. Vários foram as definições e os conceitos dados à sustentabilidade desde os anos 80; contudo, percebe-se que a agricultura sustentável ou mesmo o desenvolvimento sustentável ainda está no âmbito do discurso e não da prática.

O conceito de sustentabilidade vem sendo amplamente difundido e aceito, seja na intelectualidade ou entre técnicos do governo, apontado como saída para os problemas do campo mas, cada vez mais, torna-se difícil aplicá-lo, como poderá ser visto nos capítulos seguintes, principalmente, no estudo de caso do terceiro capítulo, onde se constata o quanto a sustentabilidade e seus pressupostos estão afastados da prática. Talvez seja esse o motivo da sua grande aceitabilidade, inclusive nas políticas públicas, por representar um desejo de mudança, mas, por outro lado, pelos desafios de sua implementação ainda serem muitos.

2 – A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E O AVANÇO DO CAPITALISMO NO CAMPO

O capitalismo, segundo o marxismo clássico, é o sistema de produção que tem como objetivo maximizar o lucro. Para alcançar tal objetivo, o sistema adota como premissa básica a separação do homem dos meios de produção, tornando-o “livre” para o trabalho assalariado que gerará a mais-valia, ou o trabalho não-pago, materializado como lucro do capitalista.

No caso específico da agricultura, o desenvolvimento capitalista apresenta uma peculiaridade em relação à indústria, qual seja: o principal meio de produção da agricultura – a terra – não pode ser multiplicado ou reproduzido ao livre arbítrio do homem, como são as máquinas e os equipamentos industriais. Dessa forma, a propriedade fundiária constitui o elemento fundamental que separa os trabalhadores dos meios de produção na agricultura, abrindo espaço para acumulação capitalista e para a formação da questão agrária.

O presente capítulo tem como objetivo levantar os principais aspectos relativos à questão agrária brasileira; porém, antes de levantar tal assunto, faz-se necessário deixar bem claro o que seja questão agrária, questão fundiária, bem como a questão agrícola.

Para Silva (1996), os aspectos fundiários são aqueles relacionados à estrutura de posse e uso da terra: dizendo respeito ao tamanho das propriedades rurais. O agrário associa os adjetivos fundiários às formas de organização do trabalho. A questão agrária, então, está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz e de que forma se organiza o trabalho e a produção, o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais, a produtividade no campo, são alguns dos indicadores de uma questão agrária.

Para Stédile (1994), a questão agrária ou o problema agrário estão ligados à existência de problemas basicamente na forma de propriedade e posse da terra.

Em uma perspectiva mais sociológica, Lourenço (2000) compreende a questão agrária como uma questão social de múltiplas dimensões.

A questão agrária expressa-se tanto na miséria, na infelicidade e no sofrimento cotidiano dos trabalhadores do campo, como também nas mais variadas formas de luta travadas por estes mesmos trabalhadores em busca do pleno reconhecimento da sua cidadania. A questão agrária também se traduz na histórica penalização dos movimentos populares e na decapitação das lideranças camponesas. A questão agrária aparece também nas abismais desigualdades sociais e raciais da sociedade brasileira, legadas, é certo, pela experiência da escravidão, que nunca devemos esquecer, sem jamais menosprezar as novas formas de domínio e iniquidade, insidiosamente repostas por modelos que sempre se autojustificam em nome de uma modernidade cada dia mais postergada. A questão agrária também se manifesta nos intoleráveis índices de concentração da terra e da riqueza cada vez mais oligárquica. Manifesta-se ainda enquanto questão agro-alimentar, através da permanência da fome e da destruição, e enquanto questão agro-ambiental, através de uma agricultura extenuativa que dilapida e contamina os solos, as águas, os homens, as mulheres e as crianças.

A questão agrícola que, por sua vez, é mais restrita que a agrária e diz respeito às mudanças na produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quando se produz, tendo como variáveis importantes as quantidades e os preços dos bens produzidos.

Um encaminhamento distorcido da questão agrícola pode gerar ou agravar a questão agrária, bem como a questão agrária pode ter como pano de fundo uma questão fundiária.

Tomando como exemplo o caso brasileiro, a questão agrária vai surgindo e se agravando à medida que a ocupação capitalista penetra no campo, dando à propriedade territorial uma importância fundamental na formação da economia e da sociedade; permitindo a afirmação de que a questão agrária brasileira é fruto de um processo histórico, das condições específicas aqui geradas durante cinco séculos, como será visto no decorrer do capítulo.

2.1. Breve histórico sobre a formação do latifúndio no campo brasileiro

Como é sabido, o Brasil foi descoberto sob os interesses dominantes do capitalismo mercantil, fato que irá marcar toda formação econômica brasileira.

Logo nos primeiros séculos da colonização, temendo a invasão e a tomada do território, a Coroa portuguesa dividiu o território brasileiro em capitanias hereditárias e instituiu o sistema de sesmarias.

Como a metrópole estava sob o domínio do capital mercantil, a propriedade era distribuída mediante condicionamento de sua exploração mercantil. O sesmeiro não detinha o domínio da sesmaria, pois esta era de domínio público, cabendo-o apenas cultivá-la e pagar à coroa a sexta parte dos frutos, chamada de sesma. O Rei, então, defendia seus interesses fiscais, mercantis e ganhava controle político sobre a classe proprietária. Nesse contexto, o candidato à sesmaria precisava ser pessoa abonada, capaz de dirigir e administrar, com recursos próprios, um engenho de açúcar ou uma fazenda de gado. A sesmaria implantou uma administração de terras caracterizada pelo latifúndio e já nas mãos de pessoas de posse. Iniciou-se a concentração da posse das terras brasileiras.

Estando Portugal sob a lógica mercantil, o Brasil já nasceu submetido a tal lógica. O colonialismo e o mercantilismo determinaram a orientação de toda economia da fase colonial, funcionando como um reflexo dos interesses externos, reagindo sempre aos estímulos vindos de fora e dedicando-se à exportação da produção mais rentável em determinada conjuntura.

À medida que setores da sociedade colonial passaram a ter interesses distintos da metrópole e que essa passou a ser vista como a causa dos seus problemas, as estruturas coloniais vigentes passaram a ser questionadas, culminando na Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822.

O século XIX foi também palco de importantes mudanças relativas à terra. Em 17 de julho de 1822, o regime de sesmaria é cancelado, iniciando-se, assim, o Regime de Posse das Terras Devolutas, até a Lei de Terras de 1850, um dos marcos fundamentais para a consolidação do latifúndio no país.

A posse, nos três primeiros séculos da colonização, foi a única forma de acesso à pequena propriedade, praticada por posseiros levados pela necessidade, que se instalavam em terras devolutas com a finalidade de praticar culturas de subsistência, com base no trabalho familiar. Após 1822, posse passa a ser um expediente de ricos proprietários, que sem restrições de área e de número de propriedade, passam a apossar-se das terras de ninguém, acumulando mais propriedades.

O Regime das Terras Devolutas foi substituído, em 1850, pela Lei de Terras, a primeira legislação agrária no Brasil. Essa Lei dispõe sobre as terras devolutas¹ do Império e sobre as que são possuídas por título de sesmaria, sem preenchimento de condições legais. De acordo com a lei, passa a ser proibido qualquer forma de aquisição de terras devolutas que não seja a compra.

A terra deixou de ser privilégio e passou a ser mercadoria, dando início a garantia da propriedade privada pelo Estado. Para Alves (1995:69), a Lei de Terras se tornou uma arma contra os pobres, que com o altos preços cobrados, perderam o acesso à terra. A promulgação da citada lei foi demarcatória do rompimento das principais barreiras mercantilistas para o capitalismo no Brasil.

(...) quando a mão-de-obra se torna formalmente livre, todas as terras tem que ser escravizadas pelo regime de propriedade privada. Quer

¹ De acordo com a Lei de 1850 são terras devolutas: as que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal; as que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo; as que não se acharem dadas por sesmaria ou outras concessões do governo; as que não se acharem ocupadas por posse legítima por esta lei.

dizer, se houvesse homem “livre” com terra “livre”, ninguém iria ser trabalhador do latifúndio (Silva, 1996:28).

Se, de um lado, a Lei de Terras preocupou-se em manter as bases da concentração fundiária firmadas desde o período colonial, por outro lado, já prevendo uma abolição da escravatura, o governo tomou as providências para suprir a demanda por mão-de-obra nas lavouras de café, estimulando a contratação de imigrantes estrangeiros como parceiros e assalariados, uma vez que só a terra não basta para se obter lucro.

No final do século XIX, em 1889, proclamou-se a República no Brasil. O senhor de escravo se transformou em senhor de terra – implantou-se a “ditadura do latifúndio” – em torno dos interesses do café se passou a orientar a vida brasileira e o intercâmbio internacional.

A República Velha foi um dos momentos de pico de formação de latifúndios a partir do patrimônio público. Tal processo teve, no entanto, como ponto de partida a Constituição de 1891, que garantiu a transferência de terras devolutas da União para os estados e municípios. Calcada nos princípios do federalismo, também determinou que cada estado adotaria uma política fundiária própria. Ainda mantinha o direito de propriedade em toda sua plenitude, ressalvada a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, porém, mediante prévia indenização.

Ora, numa época em que o poder na nação estava dividido localmente entre os coronéis, tais medidas, na realidade, possibilitavam o controle total das terras do país pelas oligarquias rurais. Iniciava-se, dessa forma, a transferência maciça de propriedades fundiárias para grandes fazendeiros.

2.1.1. 1930 – 1964: Os anos do nacional-desenvolvimentismo e o surgimento da questão agrária brasileira.

Viveu-se, no início dos anos 30, o desenrolar de um novo padrão de desenvolvimento. Pela primeira vez na história do país, hegemonia agrário-exportadora e monocultura passam a ser vistas como principais causas da fragilidade e da dependência externa da economia nacional, o que punha em risco a soberania do país. Começa-se a pensar em projetos modernizantes para a economia nacional, calcados em programas de industrialização e modernização.

O campo brasileiro, que era visto como atividade natural e a única possível no país, em crise desde a queda do preço do café, passa a ser visto como um problema. Aquela que seria, até então, a atividade natural e única possível no país, passa a fazer parte de um programa de desenvolvimento nacional mais amplo, que não se restringia apenas à políticas agrícolas ou monetárias (Linhares e Teixeira, 1999).

A partir de 1930, a agricultura assume funções determinadas, com o objetivo de servir de base ao processo de industrialização, quais sejam: abastecer a população; financiar as importações; baratear o preço da produção industrial nascente; gerar empregos e ocupar o território nacional.

Dai, surge uma questão: como fazer o campo brasileiro ajudar a participar do desenvolvimento nacional? . Em outras palavras, como levar a agricultura atrasada a realizar tais funções? Segundo Linhares e Teixeira (1999), do ponto de vista político e do imaginário nacional, nascia, aí, a questão agrária.

Estando, agora, a agricultura subordinada ao atendimento das necessidades da industrialização nacional, o governo passa a tomar medidas no sentido de habilitar o campo

para a realização das suas funções. Surge, aí, uma nova fase de preocupação do Estado quanto ao mundo rural: promover a colonização interna do país e expandir as fronteiras agrícolas, incorporando os amplos espaços vazios ainda existentes no país ao processo produtivo - o chamado processo de ocupação dos sertões. Algumas medidas de acesso à terra são implementadas:

Em 1934, a Constituição Federal introduziu na legislação agrária a doutrina de função social da propriedade e, em 1941, a União reassumiu completamente o patrimônio das terras públicas que, desde a Constituição de 1891, havia passado para os estados da federação.

O governo do Estado Novo não promoveu uma acentuada concentração de terras a partir das terras públicas como fizeram os coronéis da república, mas, também, não mexeu nos interesses da aristocracia rural, nem no seu “sagrado” direito de propriedade. Para responder às necessidades da indústria nascente, o Estado Novo optou por uma ação mais enérgica no campo da colonização, utilizando pouco o decreto que permitia a expropriação. Neste caso, a atuação do Estado dirigiu-se, principalmente, para o desvio de excesso populacional de estados como Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba para as áreas de extrativismo da borracha, na Amazônia.

Segundo Alves (1995), finalmente, se pode afirmar que o processo político que vai de 1930 a 1945, caracterizado pela transição de uma sociedade predominantemente agroexportadora para uma sociedade urbana-industrial, ocorre sem que se modifique a estrutura fundiária do país.

O período que segue de 1945 a 1963 representa, segundo Linhares e Teixeira (1999), a fase da questão agrária como óbice ao desenvolvimento nacional, ou seja, os problemas restritos do campo invadem a cidade, passando a questão agrária a ser identificada como uma questão nacional.

A partir de 1945, além do encerramento da fase autoritária do Estado Novo, o país vivia um período de crise econômica, com tendência à concentração de renda; queda do salário real; queda da taxa de acumulação do setor industrial; deterioração dos termos de intercâmbio internacional e, conseqüentemente, escassez de divisas.

Com a deposição de Vargas, os projetos de colonização foram abandonados, gerando mal-estar e insegurança no campo. A Constituição de 1946 eliminou toda legislação agrária varguista, facilitando o retorno da aristocracia rural ao cenário político.

A precariedade da vida no campo, a falta de oportunidade de emprego no setor agrícola asfixiavam o pequeno produtor, obrigando-o a partir para a cidade, acelerando o intenso processo de êxodo rural do período.

Somada ao êxodo rural, a baixa produtividade agrícola gerava impactos negativos na vida urbana. A falta dos itens que compunham a cesta básica do operariado e a redução da oferta de matéria-prima, resultavam no aumento dos custos de produção da indústria. Era a questão agrária desdobrando-se sobre as grandes cidades e popularizando-se nos meios urbanos. Tornava-se, dessa forma, urgente uma solução via política nacional.

A partir de 1955, Juscelino Kubstchech, com seu projeto desenvolvimentista, dá início a uma nova fase do desenvolvimento econômico brasileiro, voltada para produção de bens de consumo duráveis, associada ao capital monopolista das grandes multinacionais. Entre 1956 e 1960, houve um acelerado crescimento da produção industrial do país, porém, com desempenho medíocre das atividades agrícolas. No referido período, mesmo com a questão agrária estando no centro dos debates nacionais, as ações do governo estavam voltadas, exclusivamente, para a consolidação do parque industrial.

Encerrando a fase de acelerado crescimento econômico, assegurada pelo capital internacional, o Brasil entra na década de 60 envolto numa profunda crise sócioeconômica e política.

A questão agrária continuava em torno dos empecilhos que a agricultura impunha para o desenvolvimento do país. As propostas do governo João Goulart em pauta visavam desbloquear o desenvolvimento capitalista, promover melhor distribuição de renda e eliminar uma série de injustiças sociais. Com o lançamento das Reformas de Base, o governo começava o conjunto de medidas necessárias à superação do atraso histórico do país. Ao contrário do Plano de Metas, a reforma agrária fazia parte das reformas de base – visando promover a desapropriação de terras inaproveitadas, principalmente os latifúndios, com longos prazos de pagamento, ação essa acompanhada de apoio aos marginalizados do campo.

Diante de tais diretrizes do governo, a força e o peso da aristocracia rural, bem como do capital internacional e de seus aliados nacionais, força que dominava no país, logo se faz sentir, aliando-se contra as Reformas de Base que procuravam varrer do país toda herança colonial, impedindo, dessa forma, qualquer mudança no *status quo* fundiário.

O presidente João Goulart foi deposto em 31 de março de 1964, pelo golpe militar. poucos dias após seu comício histórico da Central do Brasil, onde prometeu enviar ao Congresso Nacional proposta de reforma agrária, afirmando que não era lícito manter terra improdutiva por força do direito de propriedade e de propor erradicar do país a estrutura econômica superada, injusta e desumana existente.

Inicia-se a ditadura militar no Brasil, abrindo caminho para expansão capitalista e para novos instrumentos de dominação do trabalhador rural, marcando uma nova fase da questão agrária brasileira.

2.1.2. 1964 – 1985: A questão agrária no regime militar.

Com o início da ditadura militar, encerrou-se o período de euforia política e de debates sobre reforma agrária que vinha ocorrendo desde o início da década de 50. A partir desse momento, qualquer forma de organização dos trabalhadores rural é considerada subversão.

A partir de 1964, dá-se início, então, uma nova fase de fortalecimento do latifúndio nacional. Ancorados nas políticas agrícolas da ditadura, grandes empresas pecuaristas e grandes projetos agroflorestais puderam se apoderar de terras e explorar, livremente, o trabalhador rural.

A agricultura foi convertida num setor de peso da acumulação industrial, não apenas como fornecedora de matéria-prima, mas também como consumidora de máquinas e insumos agrícolas que passaram a ser produzidos no país (era a fase de industrialização via bens de capital), ampliando-se o mercado dos bens industriais com o fornecimento ao campo.

Assim, as principais ações do governo militar visaram colocar à disposição dos grandes produtores rurais dinheiro fácil e barato, através de mecanismos bancários e financeiros voltados para agricultura.

A nova política de desenvolvimento agropecuário do regime militar, baseada na modernização da agricultura, deu-se amparada em modificações na legislação que, aparentemente sensível ao clamor social, acobertava interesses que nem de longe contemplavam os excluídos. Esses só eram lembrados nos casos de ameaça à ordem nacional.

A principal legislação agrária do país, desde a Lei de Terras de 1850, foi sancionada em 30 de novembro de 1964, a Lei nº 4.504 ou o Estatuto da Terra.

Entendendo por reforma agrária *o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender*

aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade (art 1º§1º), o Estatuto da Terra estabelece o que vem a ser função social da terra:

Art 2º

§ 1º a propriedade da terra desempenha integralmente sua função social quando simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;*
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;*
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;*
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam.*

A Lei fala da desapropriação por interesse social da terra, porém nenhuma alusão faz àquelas propriedades que não cumprem sua função social (Alves, 1995). Bem como, no art 19, isenta de desapropriação para fins de reforma agrária as empresas rurais, os imóveis em via de se tornarem empresas rurais e os imóveis que não excederem três vezes o módulo rural.

Isso, porque, o Estatuto da Terra não era uma lei que regia a reforma agrária, mas sim uma lei de desenvolvimento rural. Abriam-se os caminhos necessários para a industrialização do campo brasileiro, com a formação dos complexos agroindustriais.

Como no Estado Novo, voltou-se a atuar no campo em prol da indústria. Se antes promovendo a produção de alimentos básicos e matérias-primas via colônias nas fronteiras agrícolas, agora, financiando as empresas rurais, consumidoras dos produtos industrializados, estando sempre o campo como um suporte ou complemento para acumulação capitalista industrial.

Por outro lado, o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), transformado em INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), em 1970, atuou sempre de forma morosa, com falta de recursos humanos e financeiros e total indisposição para

desapropriar. A legislação pertinente a tal Instituto foi raríssimamente aplicada e, mesmo assim, em áreas onde não eram contrariados os interesses do latifúndio.

Da mesma forma, o Estatuto da terra só foi acionado nos casos de conflitos entre camponeses e latifundiários ou de grave tensão social. Nesses casos, a questão agrária tornava-se alvo importante do governo federal.

Mais uma vez, ao longo da história, o latifúndio sai vitorioso, impedindo através da lei e do poder executivo que a propriedade rural se transformasse num instrumento de função social. Transformando a desapropriação por interesse social em mais uma modalidade de compra e venda de terras. O próprio INCRA assim conclui a implementação da reforma agrária via Estatuto da Terra:

Transcorridos 21 anos de vigência do Estatuto da Terra, constata-se que em pouco ou quase nada ele concorreu para a desejável modificação da estrutura agrária no Brasil. A desapropriação de terras por interesse social para sua ulterior distribuição processou-se em escala ínfima.

Conclui-se, assim, que sob o ponto de vista do capitalista rural, o Estatuto da Terra e a política agrícola do regime militar foram um sucesso, pois, apontam entre tantos outros, como um dos seus resultados mais perversos, o agravamento da concentração fundiária; mas, sob o ponto de vista do trabalhador rural, o Estatuto da Terra se resume em fome, aumento da miséria e, de uma forma geral, condições desumanas de vida. No final da ditadura militar, a questão agrária avoluma-se como um dos mais complexos problemas nacionais

2.2. A questão agrária na Nova República.

A retomada do processo “democrático” no país, com o início da chamada “Nova República”, em 1985, marcou o desenrolar de uma nova fase de políticas voltadas para o campo brasileiro.

Após longos debates entre opositores e defensores da reforma agrária, em 10 de outubro de 1985, o presidente assinou o Decreto nº 91.766/85 aprovando o PNRA, para o período de 1985/1989.

Numa primeira parte, são apresentadas as fundamentações do Plano, levantando questões como dificuldades de acesso à terra, êxodo rural, terras ociosas e promoção da justiça social. Em seu art 1º, reafirma a vigência do Estatuto da Terra, para revogá-lo no seu art 2º§ 2º, in verbis:

Art 2º

§2º o poder público evitará, sempre que conveniente, a desapropriação dos imóveis rurais que observem os requisitos estabelecidos no §1º do art 2º do Estatuto da Terra, mesmo quando classificados de acordo com o inciso V, do art 4º, do referido diploma legal. (Alves, 1995:221)

Em outras palavras, o poder público evitará a desapropriação dos imóveis rurais que desempenhem a função social da terra (art 2º§1º), mesmo quando classificados como latifúndio por dimensão ou por exploração, ou seja, basta que se tenha uma função econômica, como manter níveis satisfatórios de produtividade, para não se questionar a função social da terra.

O Decreto 91.766/85 (Art. 2º§3º) também assegurava a intocabilidade dos latifúndios que exploram o trabalho de arrendatários e parceiros, consagrando e reforçando esse tipo de relação de trabalho reconhecida como altamente exploradora.

Na segunda parte, que trata de sua formulação estratégica, estabelece o seguinte objetivo:

Promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, adequando-se às exigências de desenvolvimento do país através da eliminação progressiva ao latifúndio e do minifúndio, de modo a permitir o incremento da produção e produtividade, atendendo, em consequência, os princípios de justiça social e o direito de cidadania do trabalhador rural. (Estatuto da Terra, 1999:312)

Como meta, o PNRA estabeleceu o assentamento de 1,4 milhões de famílias de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra, num horizonte de tempo de 4 anos, 1985/1989, numa área de 430.900 KM² (dados Estatuto da Terra, 1999:316). Até novembro de 1988, foram assentadas 70.164 famílias, 8% da meta prevista no Plano.

POLÍTICA DE ASSENTAMENTO

Na estratégia de ação adotada pelo PNRA, o processo de execução da reforma agrária deverá ser orientado de acordo com um conjunto de programas que assumem funções e graus hierárquicos diferentes, mas que apresentam complementariedade e interdependência.

Nesse conjunto, o programa básico, definidor e configurador do processo de transformação das relações de propriedade e das melhorias de condições de acesso à terra, é o programa de assentamento dos trabalhadores rurais. Como programas complementares, situam-se os programas de regularização fundiária, colonização e tributação; e como apoio

aos demais, programas de cadastro rural, estudos e pesquisas, apoio jurídico e desenvolvimento de recursos humanos.

Em 1987, para consolidação do PNRA, o governo federal lança através do MIRAD (Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário) e do INCRA, a Política de Assentamento.

No seu 1º item, a Política de Assentamento elaborada pelo MIRAD/INCRA, relaciona alguns aspectos considerados como a base para sua formulação, em outras palavras, os fatores que levaram à necessidade da sua elaboração:

a) colonização:

O documento ressalta que até o advento da Nova República, deu-se ênfase às atividades de colonização. Nesse processo, o INCRA adotou práticas que vieram a causar sérios problemas: os 61 projetos de colonização existentes em 1987 apresentavam graves deficiências, não apresentando possibilidades de emancipação; os critérios paternalistas, com os financiamentos a fundo perdido; a insuficiência quantitativa e qualitativa de créditos, extensão rural, apoio à comercialização, saúde e educação; a falta de participação dos parceiros nas decisões referentes aos assentamentos, foram algumas das principais falhas do INCRA apontadas no documento.

b) as expectativas do PNRA:

A expectativa insatisfeita de obtenção de terra tem gerado o surgimento de manifestações dos agricultores, que passaram a adotar a sistemática do acampamento, como forma de luta pela terra.

c) as limitações do INCRA:

Segundo o documento, tal órgão dispõe de recursos humanos e, principalmente, financeiros comprometidos com atividades de colonização e de regulamentação fundiária, anteriores ao PNRA.

De acordo com a nova Política de Assentamento, todo projeto de assentamento deve ser pautado nos seguintes princípios:

- Racionalidade: programar e utilizar os recursos materiais, humanos e financeiros com a adequação e parcimônia, advindo a obtenção do máximo de proveito;
- Objetividade: beneficiários e instituições devem orientar suas ações considerando as condições objetivas do país e, ao mesmo tempo, da comunidade assentada e suas unidades produtivas;
- Participação: os parceiros devem ser convidados a participarem das decisões e da execução de atividades do assentamento, desenvolvendo a capacidade de organização e de participação do grupo de parceiros que possibilitará a auto-gestão.

Entre os fatores apontados como a base para elaboração da Política de Assentamento, o de maior peso é aquele relativo ao surgimento de manifestações de trabalhadores rurais e aumento do número de acampamentos, uma vez que seus princípios nada mais representam que menos responsabilidade para o INCRA, ou ainda, reforma agrária com poucos recursos, tendo a situação financeira do país como álibe. Como instalar agricultores sem-terra e sem qualquer outro meio de sobrevivência em assentamentos com poucos recursos? Pessoas desprovidas de tudo, com muitas necessidades básicas a serem atendidas.

Sempre buscando considerar a situação sócioeconômica do país, os assentamentos devem obedecer a uma sequência de fases (MIRAD/INCRA;1987):

- a) Obtenção dos recursos: fase que se caracteriza por garantir as provisões necessárias à constituição e execução de um projeto de assentamento, assinalada por atividades como obtenção da área, identificação e seleção dos beneficiários, obtenção da adesão de instituições de ação complementar, reunião de recursos materiais, financeiros e humanos;

- b) Constituição do projeto e conhecimento dos recursos: a partir dos recursos obtidos na fase anterior, inicia-se o processo de ocupação da área. O INCRA se imite na posse da área, onde os agricultores e suas famílias são instalados, bem como a equipe funcional do INCRA e também as demais entidades de ação complementar. Obras de uso comum e trabalhos de conhecimento da área passam a ser realizados, quando se faz o levantamento do quadro natural, o diagnóstico do estado de saúde, do nível educacional e do preparo profissional dos agricultores. Ao mesmo tempo, são realizadas algumas atividades tais como a demarcação do perímetro, levantamento das cercas, abertura de estradas internas, provisionamento de água e saneamento, etc. Essa fase deve compreender um período de seis meses;
- c) Habilitação de recursos: conhecidos os recursos disponíveis, seguem-se ações que além de habilitá-los, orientem seu aproveitamento e uso racional: preparo do solo, construção de barreiras, açudes, cacimbas, etc, atividades voltadas para a educação, obras de infra-estrutura como estradas, armazéns. Todo esse desempenho deve ocorrer entre seis e dezoito meses da implantação do projeto;
- d) Consolidação do assentamento: nessa fase, empreendem-se os trabalhos que conduzirão o assentamento à suficiência, permitindo que o aparelho produtivo seja estruturado e o conjunto disponha de infra-estrutura básica devidamente consolidada. Esta fase abrange dos dezoito meses aos sessenta meses, quando se obtêm as condições de emancipação. Nesse momento, subentende-se que o assentamento está dotado de toda estrutura para começar a “caminhar com as próprias pernas”.

Se na apresentação do documento falava-se em dez a sessenta anos de projetos de colonização, nas novas fases da política de assentamento estabelece-se até sessenta meses para emancipação do assentamento. Com isso, a dependência passa a ter tempo determinado, diminuindo, consideravelmente, os encargos da Instituição responsável pelos projetos, ataca-

se de frente o paternalismo, citado, anteriormente, como uma das falhas do INCRA, pois esse não é mais interesse do Estado, voltado para o latifúndio e para o capital financeiro internacional.

A emancipação de um projeto de assentamento, porém, não significa que todas as fases tenham sido cumpridas e que os assentamentos estejam, realmente, em condições de auto-gestão e, ainda, que os agricultores estejam orientados o suficiente para gerir o assentamento, organizados através de associações ou cooperativas, como será demonstrado no estudo de caso da presente dissertação.

Os antigos projetos de colonização, considerados projetos de assentamento dirigidos após a Política de Assentamento de 1987, foram emancipados levando-se em consideração apenas o tempo de vida do projeto e não o cumprimento das etapas estabelecidas pela política que rege os projetos. O INCRA não consegue seguir nem as normas por ele mesmo criadas.

Após o PNRA e a Política de Assentamento, as ações e intenções do primeiro governo da fase de redemocratização do país no tocante à questão agrária consolidam-se com a elaboração da Constituição de 1988, já fonte de muitas discussões e até de muitos livros publicados. É importante apenas deixar claro o verdadeiro sentido da reforma agrária na atual Constituição brasileira.

A Constituição Federal de 1988 deu um tratamento diferenciado à questão agrária em relação às outras Constituições, uma vez que a reforma agrária passou a ser parte do Título VII, da Ordem Econômica e Financeira, constituindo um capítulo próprio, mas, inviabilizou a reforma agrária. Nos debates travados entre os grupos anti e a favor da reforma, desde a elaboração do PNRA, saíram vitoriosas as forças da UDR, da bancada ruralista e, mais uma vez, da aristocracia rural.

(...) a nova Constituição Federal não diminuiu o terrível fosso que separa o sem-terra acampado debaixo de uma lona do seu algoz da UDR. Pelo

contrário, a carta de 1988 aprofundou o buraco da desigualdade, impedindo, definitivamente, que a questão agrária brasileira pudesse ser resolvida por via pacífica. Ao manter o malfadado inciso que isenta de desapropriação a chamada "propriedade produtiva", a Assembleia Nacional Constituinte retrocedeu aos idos de 1946, renunciou às conquistas da Emenda Constitucional nº 10, de 10 de novembro de 1964 e do Estatuto da Terra e desdorou-se quando comparada à Carta outorgada pelos três ministros militares de 17 de outubro de 1969 (Silva, 1989:199).

2.3. A questão agrária nos anos 90.

Após a modernização conservadora da agricultura brasileira, o setor agrícola está sendo marcado pelo processo de globalização, que vem consolidar a transnacionalização da agricultura e sua inserção definitiva na Divisão Internacional do trabalho.

Se, nos anos 60 e 70, houve a formação dos complexos agroindustriais, em tempos de globalização, ocorre o fortalecimento e a internacionalização dos complexos, especialmente, o de carnes e grãos e alimentos, com a padronização dos padrões de produção e consumo.

Outro fato novo é o aumento dos excedentes comercializados no mercado internacional. O que, na realidade, é a intensificação do comércio entre os departamentos de uma mesma empresa, o que explica o fato do Brasil, país tropical, importar coco da Suíça, ou seja, a matriz da empresa Nestlé vende coco à sua filial brasileira. Concorrência desleal que leva à desestruturação produtiva do país.

Aparecem ainda indícios de uma Nova Divisão Internacional do Trabalho. Segundo Silva (1999), a Nova Divisão Internacional do Trabalho ainda não está clara, mas aponta para

que a produção de grãos e alimentos duráveis seja repassada à periferia, ficando os países centrais com o acabamento dos produtos, que agrega mais valor.

Na atual situação, destaca-se ainda o que vem sendo chamado do “novo rural brasileiro” – o mundo rural brasileiro não é mais caracterizado apenas como o local das atividades agrícolas, ao contrário, a agricultura vem perdendo participação relativa no valor final dos produtos, no PIB setorial e na População Economicamente Ativa – PEA – do país.

Tal queda do PEA agrícola em relação ao rural deve-se às novas atividades que vêm sendo desenvolvidas no meio rural, como resultado da entrada do capitalismo no campo, a saber: moradia; sítios de recreio; turismo; lazer; atividades relacionadas à preservação ambiental; atividades intensivas: olericultura, floricultura, psicultura; atividades provenientes dos complexos agroindustriais: serviços de distribuição, técnico, administrativo; serviço público, etc. – a urbanização do espaço rural brasileiro.

Ocorre, assim, uma tendência ao encurtamento das atividades “porteira para dentro” e o alargamento do conjunto de atividades “porteira para fora”. Em especial, os serviços, que vêm ganhando importância desde a constituição dos complexos agroindustriais e, atualmente, são fatores determinantes da diferenciação dos produtos.

Como não poderia deixar de ser, o Estado brasileiro começou a reestruturar a economia do país de modo a prepará-la para atender a nova fase de acumulação do capital internacional, reestruturação válida também para o setor agrícola.

A partir de 1990, ocorreu a adesão do Brasil aos postulados do neoliberalismo, recém-consolidados no Consenso de Washington. As ações governamentais do novo presidente eleito pelo voto popular, Fernando Collor de Mello, esboçavam-se num novo projeto nacional embasado na abertura da economia e na redefinição do papel do Estado.

Quanto ao setor agrícola, uma das suas primeiras medidas foi determinar a correção das dívidas dos agricultores por um índice superior a 80%, enquanto corrigia o preço dos

produtos agrícolas por uma taxa apenas um pouco acima de 40%. Em agosto de 1990, lançou-se a “Nova Política Agrícola”, talhada no melhor figurino neoliberal, apresentando entre as principais diretrizes: (Brum, 1998:539)

- *Diminuir a presença do governo nas funções de financiamento e comercialização da produção agrícola, deixando os agentes atuarem segundo as regras do mercado;*
- *Incentivar a verticalização da atividade agrícola, através da interiorização da agroindústria;*
- *Basear a agricultura na empresa moderna e eficiente, superando a fase do discurso demagógico e inconseqüente em prol do pequeno agricultor. Nessa linha, a reforma agrária, nos padrões em que vem se realizando e levando em conta os limitados resultados econômicos e sociais dos assentamentos existentes, apenas mascara a questão social, mas não resolve o problema;*
- *Acelerar a modernização rumo ao novo patamar mais qualificado, que supere formas antiquadas e antieconômicas de produção que só subsistem graças aos subsídios oficiais, cada vez mais questionados pela sociedade urbana;*

Essa abrupta mudança na política, antecedida pelo confisco da poupança e das contas correntes, agravou os problemas da agricultura. A maioria dos produtores rurais entrou em processo de descapitalização e endividamento, abrindo precedentes para uma nova fase de acumulação no meio rural.

Com uma política agrícola voltada para o mercado e baseada na empresa moderna e eficiente, é obvio que o governo Collor seguiu a regra dos seus antecessores, no que diz respeito à questão fundiária e aos pobres trabalhadores rurais do nosso país. Mesmo situando a reforma agrária como ação prioritária, essa nunca o foi. Os programas de reforma agrária foram, totalmente, paralisados nesse período, não havendo nenhuma desapropriação de terra por interesse social (Doc: Presidência da República, Reforma Agrária Compromisso de Todos, 1997).

Após o Impeachment do presidente, no final de 1992, assume Itamar Franco para completar o mandato do titular afastado.

Nesse período, os problemas do setor primário se agravaram com a chamada âncora verde; os preços no mercado interno ficaram baixos, para conter os custos da cesta básica, enquanto o câmbio sobrevalorizado manteve baixos os preços dos produtos exportáveis. Além do endividamento anterior e da descapitalização, os agricultores passaram a sofrer os efeitos dos juros altos e da concorrência dos produtos importados, uma vez que as tarifas alfandegárias foram reduzidas sem que a economia brasileira estivesse preparada para concorrer no mesmo patamar de produtividade internacional.

Em 25 de fevereiro de 1993, após quatro anos de promulgação da Constituição Federal, o governo Itamar Franco sancionou a Lei nº 8.629 – A Lei Agrária – da qual pode-se destacar os seguintes aspectos para análise.

O Art 2º, combinado com o Art 9º, estabelece que a propriedade rural que não cumprir a função social é passível de desapropriação. No Art 6º, estatui o que vem a ser propriedade produtiva.

Art 6º

Considera-se propriedade produtiva aquela que, explorada economicamente e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo os índices fixados pelos órgãos federais competentes² (Estatuto da Terra, 1999:409).

Segundo Alves (1995:251), a propriedade produtiva substitui integralmente a empresa rural da Lei nº 4.504/64.

² O grau de utilização da terra fixado deverá ser igual ou superior a 80% (Art 6º § 1º); o grau de eficiência na exploração da terra deverá ser igual ou superior a 100% (Art 6º § 2º).

No Parágrafo único do Art 4º, a referida Lei estabelece a insuscetibilidade de desapropriação para fins de reforma agrária às pequenas e médias propriedades que estiverem compreendidas entre um e quatro módulos fiscais e superiores a quatro e até quinze módulos fiscais, respectivamente. De acordo com os comentários de Alves (1995:252), no Brasil, os módulos fiscais variam de dois a cem hectares, a depender da região do país, nesse caso, em determinadas regiões, haverá propriedades de até 1.500 hectares que não poderão ser desapropriadas.

No Art. 5º, estabelece prévia e justa indenização para os imóveis rurais que não estejam cumprindo sua função social. Deixa-se bem claro, no Art. 12, qual deve ser o preço justo.

Art 12

Considera-se justa a indenização que reflita o preço atual de mercado do imóvel em sua totalidade, aí incluídas as terras e acessões naturais, matas e florestas e as benfeitorias indenizáveis (Estatuto da Terra, 1999:412).

Em outras palavras, a propriedade privada não poderá sofrer nenhuma penalização por não utilizar os bens de acordo com os interesses sociais ou por privar milhares de trabalhadores rurais de um pedaço de chão que lhe dê trabalho e condições de sobrevivência.

O Art 19 (inciso I) aumenta a premiação do proprietário ao permitir que o beneficiado fique com uma parcela do imóvel expropriado, podendo optar pela melhor parcela, a sede do imóvel, onde normalmente se encontram a maior parte das benfeitorias.

Outro aspecto peculiar dessa Lei encontra-se no Art 7º, que acrescenta ao Art 185 da Constituição outra modalidade de imóvel rural imune à desapropriação para fins de reforma agrária: a propriedade improdutiva que apresente expectativa de poder produzir, desde que

apresente como requisito projeto técnico de implantação. Abrem-se os caminhos para as fraudes e elaboração de projetos frios.

Em contrapartida, o Art 20 proíbe a distribuição de terras a quem já tenha sido contemplado anteriormente com parcelas em programas de reforma agrária. Mesmo para aqueles que foram vítimas dos programas de colonização oficiais ou privados implantados na Amazônia é negada uma nova chance.

Alves (1995:251) assim conclui sobre a Lei Agrária do governo Itamar Franco:

“(...) de maneira quase que unânime, as diversas correntes pró-reforma agrária reconhece-na como pior que a legislação anterior, sobretudo o Estatuto da Terra, protegendo mais os interesses dos proprietários e dificultando sobremaneira a desapropriação por interesse social dos imóveis rurais. Para eles, não basta uma lei reguladora dos Artigos 184, 185 e 186 da Constituição, mas é necessário que ela se torne viável, ou que, pelo menos, não inviabilize a reforma agrária”.

No mesmo ano da Lei Agrária, foi lançado o “Programa Emergencial de Reforma Agrária”, onde o governo toma como meta assentar 120 mil famílias, com o objetivo de democratizar o acesso à terra. No período, foram assentadas apenas 23 mil famílias (dados Presidência da República, doc. Reforma Agrária Compromisso de Todos, 1997).

O enquadramento da economia brasileira aos postulados neoliberais, a globalização da agricultura e a tímida atuação no campo das políticas fundiárias, relegando o setor agrícola ao segundo plano das ações do governo, só vieram a agravar a pobreza e a miséria da população rural brasileira, conforme o exposto no seguinte item.

2.3.1. O agravamento das distorções do campo brasileiro.

Em tempos de globalização, com os interesses voltados apenas para aquilo que é atrativo, no sentido de fornecer lucro, os ricos continuam ficando mais ricos e os pobres, por sua vez, estão ficando mais pobres.

Com a chamada redefinição do papel do Estado e a adoção das leis de mercado, o que ocorre, na realidade, é o agravamento das distorções já existentes na economia brasileira, inclusive, e principalmente, no mundo rural, por ser esse mais vulnerável aos investimentos do grande capital transnacional. Nesse sentido, a nova onda de modernização no campo, assentada na informática, na microeletrônica e na biotecnologia tende a ser ainda mais excludente que as anteriores, como pode ser observado nos dados que se seguem.

Já é possível se observar um aumento da concentração fundiária e da subutilização das terras nos anos 90. Em 1985, as propriedades de 1 mil a 10 mil hectares perfaziam um total de 47.931 e somavam 108 milhões de hectares. Em 1992, diminuíram para 33 mil, mas aumentaram para 223 milhões de hectares. Por sua vez, o total de estabelecimentos com mais de 10 mil hectares era de 2.174, em 1985, diminuindo para 1.547 em 1992, aumentando de 56 para 65 milhões de hectares a área dessas propriedades – aumento do tamanho médio, portanto, aumento da concentração fundiária (Stédile, 1997:21).

Um estudo da FAO (Organismo das Nações Unidas responsável pela agricultura e alimentação) comparando a situação da propriedade da terra em vários países, indicou que, para o ano de 1990, o Brasil é o segundo país do mundo em nível de concentração de terra, com o Índice de Gini de 0,86, perdendo apenas para o Paraguai, com o Índice de 0,94.

A forma como as terras são utilizadas no Brasil também reflete o alto grau de concentração da propriedade: 30% das terras estão ocupadas com pastagem natural, 18% com

pastagem cultivada e apenas 14% são utilizadas para agricultura e ainda 42% das terras brasileiras são ociosas. Desses 42%, 88,7% estão em latifúndios e 11,3% das terras improdutivas se localizam nas pequenas e médias propriedades (dados: IBGE e INCRA, 1985 apud Stédile, 1997:26).

Agora, levando-se em consideração o modelo bimodal da agricultura brasileira, se houve concentração, conseqüentemente, agravaram-se os efeitos dela decorrentes, como mostram os seguintes dados.

Acompanhando as tendências da economia mundial, a flexibilização das relações de trabalho, característica da chamada sociedade pós-industrial, atinge o mundo rural, refletida no aumento do número de trabalhadores sub-ocupados, aqueles que trabalham menos de 15 horas por semana, geralmente, trabalhadores sem qualificação.

Esses subempregados são aqueles trabalhadores que vêm perdendo seus postos na agricultura com a mecanização e, agora, estão sendo afastados das terras que passam a ser utilizadas por novas atividades. Atraídos pelas luzes da cidade grande nas décadas passadas, lá alguns conseguiam emprego na indústria em expansão ou na construção civil, por exemplo. Na atual conjuntura, os trabalhadores expulsos de suas terras não mais encontram colocação no mercado de trabalho urbano, que exige cada vez mais qualificação, e as favelas, onde costumavam refugiar-se, estão tomadas pelo crime organizado. Ficam sem perspectivas, restando-lhes a marginalidade – criminal ou não – ou o alistamento ao MST. Representam, assim, a verdadeira situação do mundo rural brasileiro, aquela predominante – a pobreza.

Estudos do FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – colocam o Brasil no 6º lugar do “ranking” mundial, com 73% da população rural com renda inferior à linha de pobreza e com tendência a aumentar, visto que pulou de 65% em 1965 para 73% em 1988.

Utilizando-se o critério da renda total, pode-se observar que os pobres do campo nos anos 90 são, na sua grande maioria, os trabalhadores temporários sem vínculo empregatício, pequenos produtores não modernizados, trabalhadores com renda agrícola, que vivem no meio rural e ocupam, principalmente, a região Nordeste do país (Silva, 1996).

Não apenas a pobreza, mas a fome é uma realidade do mundo rural brasileiro. O Mapa da Fome do Brasil divulgado pelo IPEA, em 1993, revela a existência de 32 milhões de pessoas que passam fome todos os dias, das quais há 4 milhões de famílias que vivem no meio rural, equivalendo a, aproximadamente, 16 milhões de pessoas. Além disso, há também um contingente significativo de pessoas que se alimentam mal, muito aquém das necessidades protéico-calóricas básicas, perfazendo um total de 65 milhões de pessoas famintas e mal-alimentadas. (apud Stédile, 1997:29)

Assim, tudo leva a crer que no “novo mundo rural” – da globalização, da biotecnologia e do emprego não agrícola, mas também da concentração fundiária e da fome – o homem do campo fica cada vez mais sem espaço, marginalizado, excluído do atual quadro que se desenrola no final do século. Excluídas também continuam as regiões Norte e Nordeste, bem como as culturas alimentares típicas da mesa dos brasileiros, revelando que não é toda agricultura que está globalizada, mas, apenas os setores agrícolas que tem as condições de se integrarem, ou seja, aquelas regiões mais ricas, que foram beneficiadas pelos incentivos do Estado nas décadas de 60 e 70, que estão voltadas para monoculturas de exportação, onde se encontram os complexos agroindustriais e os latifúndios.

Se a modernização agrícola apresentou como principal impacto a formação de um mundo rural dividido entre a agricultura moderna e a atrasada, com o movimento de globalização da economia, a tendência é o agravamento das distorções no campo brasileiro. Isso porque, estando a globalização ligada ao movimento do capital internacional, seus resultados não podem ser outros que não a concentração e a centralização de capitais, o que,

somados à ideologia neoliberal, apresenta como resultado maior o agravamento das disparidades regionais, a exclusão social e o aumento da pobreza – fato que vem ocorrendo no Brasil.

“Em 1990, 27,7% das famílias rurais brasileiras tinham o seu chefe com renda inferior ao salário mínimo, enquanto na região metropolitana de São Paulo era apenas 9,9%. Por outro lado, entre 114 países, o Brasil ocupa o 6º lugar em termos de pobreza rural, mostrando 73% da população com renda inferior à linha de pobreza, abaixo apenas da Bolívia (97%), Malouli (90%), Bangladesh (86%), Zâmbia (80%) e Peru (75%), com o agravante de que, no nosso caso, a pobreza vem aumentando (65% em 1985; 73% em 1988), enquanto naqueles países a tendência é para a diminuição” (Silva, 1995:184).

As injustiças ocorridas no rural brasileiro se refletiram no aumento dos conflitos sociais e da violência no campo. Toda paralisia do governo e até mesmo descaso de anos com relação às condições de vida dos trabalhadores rurais levaram esses a se organizarem na luta pela terra e pela reforma agrária. Nesse panorama, surge como movimento de representação dos injustiçados do campo o MST³ – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – que, formado em 1984, vem, na década de 90, concretizar-se como entidade de maior oposição às políticas do governo e ao modelo neoliberal.

Os trabalhadores rurais expulsos pela modernização da agricultura, que nos anos 80 viram suas saídas de sobrevivência se esgotando, viram-se obrigados a resistir de alguma maneira, buscando novas formas de luta pela terra nas suas próprias regiões.

Stédile (1999:17), mostra que o MST foi fundado em 1984, justamente na região Sul do país, em Cascavel/PR, onde a modernização da agricultura foi mais intensa.

Assim, segundo a definição de um dos principais líderes do movimento:

³ Como o MST, em outros períodos da história da luta pela terra no Brasil, importantes movimentos populares se formaram, como por exemplo, Canudos (1896-1897); Contestado (1912-1916); O Cangaço. As ligas Camponesas, entre tantos outros.

"O MST é um movimento camponês de agricultores acostumados com o trabalho familiar e que resolveram lutar pela terra e pela reforma agrária, uma vez que não lutam apenas pela terra, mas por crédito, assistência técnica, etc., além dessas lutas que formam a base do movimento, apresentam um caráter político, lutando contra o latifúndio, o Estado neoliberal e a sociedade burguesa" (João Pedro Stédile, 1999: 31).

A forma de conquista da terra é o que o MST apresenta de novo em relação aos tantos movimentos sociais já surgidos no campo brasileiro, promovendo a chamada "Territorialização da luta pela terra", ou seja, ocupa áreas tidas como improdutivas obrigando o governo a desapropriá-las.

A partir de 1985, iniciou-se uma grande onda de ocupações de terra em todo país. Em apenas uma semana foram invadidas 18 fazendas no estado de Santa Catarina, com 5.000 famílias de trabalhadores rurais envolvidas. Entre 1990 e 1994, o número de famílias envolvidas em ocupações aumentou de 11.484 para 16.860, segundo os dados do MST, de 1999 (Site: www.mst.org.br).

"Os espaços de luta e resistência são materializados na ocupação da terra. A ocupação é condição da territorialização. A terra conquistada é uma fração do território onde os sem-terra se organizam para promoverem um novo grupo de famílias que irá realizar uma nova ocupação, conquistando outras frações do território. Assim, a luta se renova e se amplia, territorializando-a. Dessa forma, os sem-terra migram por todo território nacional, plantando as raízes da luta e minando a concentração da estrutura fundiária" (Fernandes. In: ABRA, 1999: 09).

Silva (1997:112), defendendo o direito de propriedade da terra como única fonte de produzir o pão dos trabalhadores rurais, acima do direito da propriedade sobre qualquer outra

coisa, mostra a diferença do que seja “Ocupação” e “invasão” de terras, seguindo alguns juristas como Luiz Edson Fachi e Régis de Oliveira.

“(...) segundo essas autoridades, invadir significa um ato de força para tomar coisa de alguém, ocupar diz respeito, simplesmente, a preencher um vazio – no caso, terras que não cumprem sua função social” (1999: 112-113).

Para Silva, a ocupação de terras ociosas ganha compreensão e legitimidade se considerado que ela é sempre realizada em agudo estado de necessidades, com gente que não está com a propriedade e sim com a vida em risco. Com isso, porém, Silva não defende formas violentas de luta, apenas tenta mostrar a questão pelo lado dos trabalhadores rurais.

Em 1994, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República e a adoção mais agressiva dos postulados neoliberais no país, a crise na agricultura e no campo brasileiro só vieram a se agravar, principalmente, com o aumento da violência no campo, quando vários conflitos envolvendo trabalhadores rurais e fazendeiros aconteceram.

Logo no primeiro ano do mandato de FHC aconteceu o primeiro grande conflito, quando 500 famílias ocuparam uma fazenda no município de Corumbiara, em Rondônia. Por ordem da justiça, 300 policiais realizaram o despejo das famílias, resultando na chacina de 11 trabalhadores sem-terra e dezenas de feridos e desaparecidos. No mesmo ano, houve outro conflito de grande repercussão nacional, no Pontal do Paranapanema, em São Paulo.

Um ano depois, em 17 de abril de 1996, aconteceu outro massacre contra os trabalhadores rurais, o que veio a se tornar o símbolo da impunidade e da violência contra os trabalhadores rurais. Em Eldorado dos Carajás, no Pará, a ação violenta da polícia contra as famílias acampadas causou 19 mortes e dezenas de feridos. O MST instituiu esse dia, 17 de abril, como o dia internacional da luta camponesa.

Tais episódios colocaram a questão agrária na ordem do dia. Formalizou-se o “Fórum Nacional pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo”, que passou a reunir movimentos sociais, partidos políticos e personalidades decididos a lutar contra a violência no campo. O MST encaminhou carta aberta ao Presidente mostrando fatos e criticando a sua atuação referente à reforma agrária. A cúpula do PT também teve audiência com o Presidente para fazer críticas ao andamento da questão agrária e reiterar o “Memorial contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária”.

Toda essa efervescência culminou, em 1997, com a “Marcha Nacional por Terra, Emprego e Justiça” ou, simplesmente, a Marcha para Brasília. A caminhada reuniu 30 mil pessoas, que vieram de várias partes do país até Brasília, chegando ao destino em 17 de abril, para relembrar o massacre de Eldorado dos Carajás.

Ao contrário da matança indiscriminada de décadas anteriores, na década de 90, passou-se a atingir os alvos certos: líderes sindicais, sacerdotes ou advogados trabalhistas envolvidos com os trabalhadores sem-terra.

Entre 1990 e 1997, segundo os dados do MST e CPT (2000), foram assassinados 51 trabalhadores rurais do MST, desses, 37 entre os anos de 1996 e 1997, quando estiveram mais graves as tensões no campo brasileiro.

A violência é legalizada, não havendo mais expulsão por jagunços ou capangas, mas o despejo judicial ou a prisão de trabalhadores rurais, além disso, a impunidade vira regra:

“(...) a justiça, entretanto, tem se mostrado rápida em reprimir o MST. Juizes e delegados locais, muitos grandes proprietários eles próprios, emitem alvarás de reintegração de posse, ordenando que a polícia cumpra as decisões da justiça, gerando atos de extrema violência com cobertura jurídica. Assim, as autoridades locais, vinculadas aos grandes proprietários, agem rapidamente na repressão às lideranças sindicais, levando para cadeia líderes como José Rainha e sua esposa Deolinda

Alves de Souza, por duas vezes internada no infernal presídio do Carandiru” (Linhares, 1999:200).

A questão social no campo ainda passa a ser tratada como “caso de polícia”.

“(…) no dia do trabalhador rural, em 25 de julho de 1997, o ministro da justiça advertia para o fato de que a área militar estava atenta aos movimentos camponeses e, ao mesmo tempo, colocava os exércitos à disposição dos governos estaduais, num claro retorno ao clima pós-64. O porta-voz da presidência, por sua vez, afirma que “a ordem pública será mantida a todo custo, contra as tentativas de desordem sem motivo claramente definido” (o Globo, 25 de julho de 1997, apud Linhares, 1999:202).

Numa reunião, em 1997, a UDR anunciou a criação de uma milícia e a invasão de escritórios e acampamentos dos sem-terra. Quanto a isso, o ministro da agricultura declara:

“Eu lamento que tenham de haver manifestações de produtores para conter as invasões. Espero que os líderes dos sem-terra entendam e respeitem a propriedade privada. Mas, se isso não acontecer, acho que o setor tem de se mobilizar. Acho legítimo” (Folha de São Paulo, 15 de agosto de 1997, apud Linhares, 1999:203).

2.4.As medidas recentes acerca da questão agrária.

Logo no início do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso foi estipulado como meta o assentamento de 280 mil famílias, em quatro anos, dividido da seguinte forma: 40 mil, em 1995; 60 mil, em 1996; 80 mil, em 1997 e 100 mil, em 1998. Diante das pressões

dos trabalhadores rurais, o governo FHC se viu obrigado a tomar algumas medidas com relação à questão agrária e fundiária do campo brasileiro. Não era mais possível ignorar os movimentos sociais.

Já em 1996, o governo retirou a questão fundiária do âmbito do ministério da agricultura, vinculando-a ao Ministério Extraordinário de Política Fundiária, ao qual o INCRA ficou subordinado.

O documento intitulado “Reforma Agrária: compromisso de todos”, de 1997, mostra como objetivo da reforma agrária a criação de empregos produtivos e rentáveis para os brasileiros do campo. “*A questão agrária não é portanto apenas econômica. Ela é sobretudo social e moral*” (Fernando Henrique Cardoso, 1997: 05).

Nesse documento, foram traçadas as diretrizes que deveriam guiar as ações do governo nessa questão (1997:04):

- *A reforma agrária deve estar vinculada ao fortalecimento da agricultura familiar, no objetivo de alcançar um desenvolvimento rural mais amplo;*
- *O processo de reforma agrária exige ações mais articuladas dos diversos órgãos e níveis de governo, bem como dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;*
- *A realização de uma reforma agrária exige a liberação e a alocação oportuna de recursos orçamentários e financeiros, para o cumprimento das metas fixadas pelo governo;*
- *A legislação agrária brasileira precisa ser atualizada;*
- *O desenvolvimento sustentável nos assentamentos é condição imprescindível para o sucesso da reforma agrária;*
- *Todo processo exige parceria entre atores governamentais e não-governamentais.*

A nova visão de reforma agrária está associada a um conjunto articulado de medidas que, além da terra, apóie o fortalecimento da agricultura familiar, sintonizadas com as exigências dos novos tempos. Nesse sentido, vários programas de apoio à agricultura familiar e à reforma

agrária foram criados. Aqui, dar-se-á destaque aos programas de maior repercussão e tidos como de grande importância pelo próprio governo federal.

O PROCERA – programa de crédito especial para reforma agrária. Trata de recursos para financiar o custeio da produção. De acordo com as regras do programa, cada família de assentado poderia receber até 16 mil Reais com prazo de pagamento de sete anos, dos quais, dois anos são de carência, com um abatimento de 50% do valor do financiamento.

Além do apoio financeiro, para dar suporte técnico aos assentados e orientar o desenvolvimento autônomo dos assentamentos, foi elaborado o PROJETO LUMIAR. Participariam desse projeto os agricultores assentados, através das suas organizações; o INCRA; empresas públicas e privadas prestadoras de serviços de assistência técnica; universidades; institutos de pesquisa; bancos oficiais; governos estaduais e municipais e ONG's.

Para cada grupo de 300 famílias caberia uma equipe local permanente, composta por quatro profissionais de formações diversas, como: agrônomos, veterinários, economistas, sociólogos, psicólogos, técnicos agrícolas, etc. Esta equipe tem como objetivo construir um plano de desenvolvimento do assentamento, procurando consolidá-lo e integrá-lo à região onde está localizado. Nessa mesma linha de procurar dar auto-sustentação aos assentamentos, o governo também lançou o PROJETO EMANCIPAR, que procura emancipar o maior número possível dos antigos projetos de colonização que, segundo ele, estava atrelado a uma espécie de paternalismo causador de vários custos à sociedade.

“Os assentamentos serão considerados em condições de emancipação quando a sua capacidade de receber famílias estiver esgotada, sua situação dominical definida, seus serviços e obras básicas executadas ou em execução e a comunidade integrada, social e economicamente, às economias local e regional” (Reforma agrária: compromisso de todos, 1997: 21).

Até então, não havia nenhum projeto que tratasse, especificamente, da emancipação de assentamentos rurais; porém, os projetos que causaram maior impacto foram os relacionados às novas formas de aquisição da terra – O CÉDULA DA TERRA e o BANCO DA TERRA.

O CÉDULA DA TERRA foi implantado, com apoio do Banco Mundial, em novembro de 1997, como uma experiência piloto de um novo modelo de política fundiária integrado ao mercado. De início, foram escolhidos os estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco, como palco das experiências.

O novo modelo funciona nos moldes de uma carta de crédito: um grupo de agricultores sem-terra identifica a área que deseja, faz um processo sumário para aquisição da terra e apresenta-o à unidade técnica de estudo. Se aprovado, o grupo receberá o financiamento para compra da terra, tendo 20 anos para pagar o empréstimo.

Segundo o discurso do governo federal, na apresentação do programa, trata-se de uma alternativa descentralizada de aquisição de terras para reforma agrária, o que promete aumentar a velocidade de implementação da reforma agrária, ampliando o retorno econômico e a renda dos beneficiários, reduzindo os custos por família assentada.

O BANCO DA TERRA, criado pela portaria No. 93 de 04 de fevereiro de 1998 e regulamentado pelo Decreto No. 3.027 de 1998, a exemplo da cédula da terra, apresenta como caráter inovador a descentralização do processo de aquisição de terras, atribuindo aos beneficiários organizados o poder efetivo para seleção, negociação da terra e a forma de utilização dos imóveis adquiridos.

Tal programa tem como público-alvo os trabalhadores rurais que comprovem anos de experiência em atividades agropecuárias, preferencialmente, parceiros, posseiros, arrendatários e agricultores familiares. Trabalhadores já beneficiados com esses recursos, contemplados em assentamentos ou que exerçam alguma função pública são considerados inelegíveis pelo programa.

O Banco da Terra tem como objetivo financiar a compra do imóvel rural e a implantação comunitária indispensável ao desenvolvimento das atividades rurais. Com um financiamento máximo de R\$ 40.000,00 por família, a ser pago em 20 anos, sendo três anos de carência. A taxa de juros varia de acordo com o financiamento: até R\$ 15.000,00, juros de 4% a .a.; acima de R\$ 15.000,00 até R\$ 30.000,00, 5%; acima de R\$ 30.000,00 até R\$ 40.000,00 juros de 6% a .a . Os rebates, por sua vez, variam de acordo com as regiões: 50% de desconto nas regiões mais pobres; 30% nas regiões intermediárias e 10% nas demais regiões.

Além dos programas já citados, outro de grande repercussão e fonte de muitas análises, bem como de mídia por parte do governo vem sendo o PRONAF – um programa de desenvolvimento da agricultura familiar e desenvolvimento local de pequenos municípios. A exemplo do Prodera, o Pronaf tem como base o fornecimento de crédito aos pequenos agricultores organizados em associação ou cooperativa. O financiamento individual varia entre R\$ 5.000,00, para custeio, com prazo de pagamento de dois anos, a R\$ 15.000,00, para investimento, com prazo de pagamento de dezoito anos, sendo 18 meses de carência.

Infra-estrutura e serviços; financiamento da produção; capacitação e profissionalização e negociação de políticas públicas com órgãos setoriais são as principais linhas de ação apresentadas pelo programa. De acordo com sua metodologia, só pode pleitear os benefícios aqueles municípios que tenham elaborado um “Plano Municipal de Desenvolvimento Rural” – PMDR, através do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Após elaborado o PMDR, são estabelecidos contratos com a Caixa Econômica Federal, que fiscaliza o desembolso dos recursos e o andamento das obras e também sobre a documentação necessária.

A seleção dos municípios a serem beneficiados se dá com base na distribuição fundiária (mais pulverizada); na taxa de urbanização (menores) e produtividade agrícola (menores no âmbito de estado), dando prioridade aos municípios contemplados pelo

Programa Comunidade Solidária e que tiverem maior número de famílias assentadas e/ou pescadores artesanais.

Outros projetos como o CASULO, que visa criar no entorno das cidades espaços para produção rural; o PROGER RURAL; a PREVIDÊNCIA SOCIAL, aumentando o benefício mensal para um salário-mínimo e estendendo-o às mulheres trabalhadoras rurais; o PRONERA, Programa para Educação nos Assentamentos Rurais, foram lançados pelo governo de Fernando Henrique Cardoso no seu primeiro mandato.

Prosseguindo com as medidas de amparo à questão fundiária, algumas providências de caráter legal também foram tomadas, segundo o governo, para agilizar o processo de aquisição de terras e de reforma agrária como um todo. Dentre elas, destaca-se o NOVO ITR, o chamado RITO SUMÁRIO e a NOVA LEI AGRÁRIA.

A Lei nº 9.393 de 19 de dezembro de 1996, conhecida como o Novo ITR, tem como premissa corrigir algumas grandes distorções do antigo ITR. De acordo com os problemas apontados na introdução da presente Lei: a) o valor da terra nua – VTN – é sempre muito inferior ao do mercado; b) a área declarada aproveitável é muito menor do que a real; c) a declaração de produtividade é irreal. Como resultado, os grandes sempre vêm encontrando formas de não pagar o ITR, os pequenos, assim, pagam, proporcionalmente mais impostos que os grandes – não é nenhum fato novo que a inadimplência é maior nos grandes estabelecimentos.

A mudança no sistema de cálculo do ITR aumentou a alíquota dos impostos de 4,5%, para propriedade acima de 15.000 hectares, para 20% sobre propriedades acima de 5 mil hectares. Além disso, o valor declarado pelo proprietário, para efeito do ITR, passou a ser levado em conta pelo INCRA para eventual desapropriação.

A Lei nº 88 – o Rito Sumário – por sua vez, trata de uma alteração à Lei Complementar 76/93, que rege sobre o processo de desapropriação rural por interesse social

para fins de reforma agrária. Na lei de 1993, o juiz autorizava o depósito judicial correspondente ao preço oferecido, mas não fazia a emissão de posse. Em Rito Sumário, esse depósito acompanha a petição inicial e a emissão de posse é determinada de imediato ou no prazo de 24 horas. Dessa forma, pretende-se acelerar o processo de desapropriação e evitar que os proprietários sustentem a desapropriação.

Uma nova Lei Agrária, de 11 de junho de 1997, modifica a Lei nº 8.629/93. Como ponto de destaque dessa lei, pode ser citado o fato de autorizar o INCRA a participar de leilões de terras (ao invés do INCRA procurar as terras são os proprietários que as oferecem) e, principalmente, a redução dos prazos de pagamento dos títulos da dívida agrária.

A Nova Lei Agrária, no seu artigo 12, considera como justa a indenização que reflita o preço de mercado do imóvel em sua totalidade, incluindo as terras e acessões naturais, matas florestais e as benfeitorias indenizáveis.

Dos programas apresentados, no entanto, pode-se apresentar resultados expressivos apenas no que diz respeito ao número dos assentamentos efetivados entre 1995 e 1998, lembrando que a meta de campanha do Presidente era assentar 280 mil famílias em quatro anos. No total, o governo assentou 287.539 famílias nos anos citados, ultrapassando a meta em todos os anos. Comparando esse número com anos anteriores, pode-se observar que foi feito muito mais do que havia sido realizado em toda história: entre 1964 e 1985 foram assentadas 77.465 famílias; entre 1985 e 1989: 83.687; entre 1990 e 1992: 42.516 e entre 1993-1994: 14.365 famílias, perfazendo um total de 218.033 famílias assentadas em 30 anos.

Será que baseado apenas nesses dados o governo pode afirmar que “está fazendo a maior reforma agrária da história do Brasil”? Antes da resposta, é necessário analisar alguns outros aspectos dos programas de política agrária e fundiária já apresentados.

Iniciando pela questão do crédito para pequenos agricultores do campo brasileiro, tanto o crédito para custeio como o crédito para investimento. Uma das medidas tomadas no

final dos anos 90, pelo governo, foi a extinção do Procerá, inserindo os trabalhadores assentados no âmbito do Pronaf.

Como primeiro impacto dessa mudança, os assentados perderam os juros diferenciados de Procerá – 6,5% a .a ., com rebate de 50% no ato de pagamento da dívida. Inseridos como público-alvo do Pronaf, os assentados passam a pagar juros de 9,42% a .a ., sem nenhum desconto.

Há quem diga que os assentados são agricultores como os demais e devem estar submetidos às mesmas linhas de crédito; porém, é preciso levar em consideração que os assentados eram trabalhadores desprovidos de qualquer meio de produção, sem nenhum aparato que lhes possa colocar na mesma situação dos demais agricultores, que mesmo pobres e desprovidos tinham, no mínimo, um pedaço de terra para produzir.

Também é importante se levar em consideração as exigências administrativas do Pronaf, a questão do PMDR, dos pré-requisitos colocados para seleção dos municípios, a exigência de garantias reais, contrapartida e avalistas. Para os assentados e aqueles municípios mais pobres, que estão menos organizados, e até mesmo despreparados para elaborar um plano, fica mais difícil serem beneficiados com tais recursos.

O próprio governo aponta que “as exigências contidas no formato institucional do Pronaf infra-estrutura e serviços respondem pelo fato de menos da metade das verbas previstas para este item tenha sido desembolsada” (Pronaf, 1998: 36). Por essa razão, dos 1.249 planos de trabalho apresentados, que resultaram em 1.116 contratos firmados com a CEF, apenas 440 foram efetivamente pagos, em 1999 (Pronaf, 1998:32). Além disso, os recursos ficaram concentrados no Sul do país, onde a maioria dos municípios já possuía um PMDR.

“(...) no Nordeste, apenas 14 dos planos apresentados foram efetivamente pagos. Já no Sul, o total atinge quase a metade do planejado. No Sudeste,

no Norte e no Centro-oeste, pouco mais de 1/3 dos municípios conseguiu obter os recursos que lhes eram determinados” (Pronaf, 1998:32).

Dos recursos do Pronaf custeio, a região Sul recebeu, em volume de recursos R\$ 271.568,95; o Nordeste R\$48.889,08 e o Sudeste apenas R\$ 19.125,79.

Essa concentração dos recursos nas regiões com agricultura mais organizada, como no Sul, evidencia aquilo que o governo afirma no seu programa, *“que o crédito só pode ser destinado a agricultores que tenham condições de obter uma renda capaz de garantir a manutenção da família e o reembolso de empréstimo” (Pronaf, 1998: 40).*

“(...) o programa não é destinado a pequenos produtores com expressão econômica praticamente nula, mas a agricultores familiares que tem, ou podem vir a ter participação nos mercados mais dinâmicos e nas melhores oportunidades de geração de renda” (Pronaf, 1998:12).

O Pronaf ainda se restringe da responsabilidade por estabelecimentos cuja situação de pobreza total é tanta que o grosso da produção familiar depende do trabalho realizado fora da unidade produtiva.

“(...) o Pronaf crédito não é um programa de assistência social, mas um conjunto de mecanismos destinados a remover obstáculos que impedem o acesso dos agricultores ao mercado” (Pronaf, 1998:40-41).

Na realidade, o governo tirou dos assentados os benefícios do PROCERA e os incluiu no público alvo do Pronaf, que não tem como objetivo financiar atividade dos agricultores sem o devido respaldo econômico que garanta o pagamento do financiamento, como os assentados, que, ao contrário, estão precisando de recursos para financiar desde sua moradia e da sua família até uma mera enxada.

Segundo as conclusões contidas no próprio programa apresentado pelo governo:

"A política de crédito do Pronaf responde, fundamentalmente, aos princípios do mercado e não a uma intervenção de caráter paternalista. Não se trata de dar crédito à população vivendo em situação de pobreza, mas de melhorar as condições que permitam o estabelecimento de relações de confiança entre os agricultores e o sistema bancários" (Pronaf, 1998: 51).

Tal realidade leva Vilela (1997) a afirmar que o Pronaf está diretamente ligado à visão do Banco Mundial baseado na retirada do Estado na função de suporte às atividades agrícolas e com a implantação da reforma agrária via mercado.

"(...) tudo leva a indicar que o Pronaf está profundamente influenciado pela concepção do Banco Mundial de uma agricultura de terceiro mundo, em geral, e brasileira, em particular, no contexto da nova divisão internacional do trabalho que vem sendo desenhado nos últimos anos. A concepção de um novo modelo para a agricultura brasileira, baseada na agricultura familiar, não parece supor uma agricultura protagonista do desenvolvimento econômico, inserida de maneira competitiva no cenário internacional e sim uma política de desenvolvimento rural que se propõe a reduzir os drásticos níveis de pobreza que tem caracterizado, tornando o novo cenário da acumulação do capital menos desumano e mais verde" (Vilela, 1997: 15).

No que diz respeito ao crédito agrícola, de maneira geral, o governo brasileiro vem marcando seu total afastamento do setor, passando para a iniciativa privada o controle da comercialização e até mesmo do financiamento da atividade agrícola. Não só o crédito mas também o orçamento do INCRA, que se encontra em estado de sucateamento, apresentou queda entre os anos de 1997 e 2000: de 2,6 bilhões para 937 milhões, respectivamente. Desse total, 50% do orçamento são gastos com pessoal. Como pode o órgão executor da questão

fundiária realizar a “maior reforma agrária do mundo” com tão baixo nível de recursos, fator primordial para qualquer reforma?

Nesse corte de orçamento de INCRA entraram programas como o Lumiar, que foi extinto por falta de recursos, o Pronera e o Proger.

“relembrando o que o governo tem feito no socorro aos bancos falidos (caso Banco Marka e Fonte Cindam, por exemplo), o que se pode concluir é que não existe prioridade para reforma agrária e a agricultura familiar” (Carvalho Filho In: Leite, 2000:220).

É, porém, com as políticas adotadas nos Projetos Emancipar, Cédula da Terra e Banco da Terra que o governo mostra toda relação da sua política agrária com o modelo neoliberal vigente.

Com a prerrogativa de que *“os assentados são funcionários públicos, vivem do dinheiro público”*, causando prejuízos à sociedade, o governo ataca o paternalismo que existe nos assentamentos, agilizando sua emancipação. Na maioria das vezes, como será mostrado no estudo de caso do último capítulo, saem da tutela do INCRA sem as devidas condições de auto-sustentação, ficando entregues à própria sorte. Os antigos Projetos de Colonização foram emancipados de acordo com os anos que foram criados e não de acordo com as etapas de investimentos previstas na Política de Assentamento, uma vez que muitos dos que assumiram a condição de assentamento, após 1987, foram “deixados de lado” e não emancipados.

Na realidade, emancipando, o governo não precisa financiar mais qualquer atividade no assentamento. Pretende, com isso, diminuir o ônus que os assentamentos trazem para seu orçamento, desviando os recursos para pagamento dos juros da dívida e não, como diz, para diminuir os custos que os assentados (tidos como funcionários públicos, que vivem do dinheiro público) causam à sociedade. Devendo, ainda, ser esclarecido até que ponto há esse custo social, uma vez que os assentados recebem empréstimos e não doações do governo.

Quanto ao suposto “paternalismo” nos assentamentos, o governo despreza as condições de vida dos assentados, bem como as falhas da política governamental em dar condições aos assentados, a má qualidade das terras, o atraso da liberação do crédito, deficiências na infra-estrutura e problemas com assistência técnica e comercialização, entre tantos outros (Carvalho Filho In: Leite, 2000).

É, no entanto, ao anunciar as mudanças no sistema de aquisição de terras para fins de reforma agrária que o governo adota, totalmente, os pressupostos neoliberais na política agrária brasileira. Com o Banco da Terra, bem como com a Nova Lei Agrária, a desapropriação deixa de ser o principal instrumento de reforma agrária dando lugar à venda direta e aos leilões.

Em tempos de baixos preços da terra, essa medida beneficia diretamente os proprietários de terra, que vêem, agora, o INCRA como principal comprador das suas terras e a preço de mercado, conforme determina a nova lei.

“(...) o Banco da Terra beneficia o proprietário de terras que ignora a exigência constitucional do cumprimento da função social da propriedade rural. Ou seja, retira o caráter punitivo da legislação sobre o latifúndio e desqualifica uma importante conquista social dos trabalhadores. Além disso, também possibilita manipulações nos empréstimos beneficiando o latifundiário” (Carvalho Filho In: Leite, 2000: 217).

Além disso, Oswaldo Russo (in: www.mst.org.br) aponta os seguintes motivos pelos quais o Banco da terra conta com total apoio dos latifundiários:

- a) Nas desapropriações por interesse social, a terra é indenizada e os Títulos da Dívida Agrária negociáveis no prazo de 20 anos, enquanto que nas operações de financiamento da terra, o proprietário recebe em dinheiro e à vista;

- b) As desapropriações são atos unilaterais do governo, enquanto as compras são negociadas entre o vendedor (proprietário) e o comprador (associação de agricultores), com o governo financiando o empréstimo;
- c) Os movimentos representativos dos trabalhadores rurais sem-terra, como o MST e a CONTAG, ficam enfraquecidos, como meio de reivindicação e luta pela terra.

De acordo com essa visão, pergunta-se: será que um programa baseado no mercado tem sustentabilidade na realidade agrária brasileira, onde predominam a miséria e a pobreza? Pode, realmente, reverter essa situação?

“O fato é que o Banco da Terra tem o objetivo estratégico de desqualificar os movimentos sociais organizados – especialmente, deslegitimar o MST – atuando diretamente no âmbito econômico dos trabalhadores desorganizados. Assim, provocaria mudanças na correlação de forças políticas e ideológicas envolvidas na luta pela terra, beneficiando os interesses dos latifundiários e subordinando os trabalhadores rurais. As invasões seriam retiradas, os latifundiários receberiam dinheiro à vista por terra e benfeitorias e os trabalhadores ficariam sob domínio das oligarquias locais, liberados do respeito à função social da propriedade rural” (Carvalho Filho In: Leite, 2000:223).

Para Stédile (1999), com o Banco da Terra, o governo capta dinheiro no mercado internacional – do Banco Mundial – para ativar o mercado de compra de terra no Brasil. Com isso, os resultados sociais tendem a ser mínimos.

É assim que, passados mais de cinco anos de adoção de políticas neoliberais em todos os setores da economia brasileira, inclusive no campo, o número total de famílias assentadas foi maior que nos períodos anteriores, mas, por outro lado, a pobreza e o desemprego rural vêm aumentando sensivelmente. Nesse período, pode-se ter assentado muito, mas também,

400 mil famílias perderam suas terras e 1,2 milhões de trabalhadores rurais seus empregos (MST, 2000).

O que o governo Fernando Henrique vem fazendo é apenas uma política de assentamento rural, respondendo aos conflitos sociais, como os dados do governo mostram:

“(...) o governo procurou atender às demandas dos principais movimentos sociais organizados em defesa da posse da terra. Assim, das 226 áreas indicadas para reforma agrária pela CONTAG, 28 mostraram-se inviáveis e, dos 198 restantes, 100 foram desapropriadas ou adquiridas. O MST, por sua vez, indicou 196 áreas, 15 foram consideradas inviáveis para fins de reforma agrária e 126 das 181 restantes, compradas ou desapropriadas” (Reforma Agrária: compromisso de todos, 1997:27).

Tudo leva a crer que se não houver conflito não há assentamento. Além disso, programa de assentamento não significa programa de reforma agrária, pois assentar não significa que esteja havendo mudanças na estrutura de posse da terra, como aqui no Brasil não foi modificada até os dias atuais. Para Stédile (1999:160), a política de assentamento:

“É uma política de assistência social, apenas para se livrar do problema dos sem-terra e não para resolver o problema da concentração fundiária da propriedade e da terra no Brasil”.

Somadas essas características já citadas com as medidas tidas como de “ordem pública”, no caso da criação da “Divisão especial de Conflitos Agrários e Fundiários” da Polícia Federal, ainda, pode-se apontar o caráter extremamente autoritário do governo no tocante à política agrária e aos problemas do campo. Como resultado, a violência no campo continua, os agricultores familiares aniquilados vendem suas terras, entregando o mercado de alimentos aos CAI's e às multinacionais. De maneira geral, milhões de brasileiros

trabalhadores rurais não cabem no modelo neoliberal vigente, continuam marginalizados e empobrecidos, como mostra um estudo do Ministério da Agricultura (In: www.mst.org.br) feito por Eliseu Alves e Elísio Contini, da Embrapa e Mauro Lopes, da FGV, em 1999. Nesse estudo, traçaram a seguinte situação do campo brasileiro:

- a) Propriedades com menos de 50 hectares têm uma renda mensal inferior a um salário-mínimo para cada trabalhador adulto;
- b) De 1986 a 1996 desapareceram 942 mil estabelecimentos com área inferior a 100 hectares;
- c) No Nordeste, onde vive 46% da população rural, a agricultura é atrasada;
- d) O nível de mecanização é insuficiente, especialmente nos estabelecimentos com menos de 50 hectares, dos quais apenas 10% usam tratores.

Tais dados levaram os autores a concluir que o atual programa de reforma agrária se justifica apenas para quebrar as tensões sociais e ninguém sabe até quando.

Segundo Carvalho Filho, o agravamento atual da questão agrária deve-se ao fato de que a sociedade brasileira de hoje sofre, além do processo de exclusão típica do capitalismo, o fenômeno da inclusão precária e instável, marginal, gerando uma população de não-cidadãos.

“A questão agrária no Brasil de hoje se confunde com a questão do trabalho e com a questão urbana – terra de trabalho e terra de moradia. Como decorrência, esta questão também se confunde com a questão da cidadania, que engloba, além dos direitos básicos da pessoa humana, a sua inclusão nos mercados. Não há desenvolvimento sem povo”
(Carvalho Filho In: Leite, 2000:197).

2.5. Considerações finais.

Pode-se afirmar que a questão agrária brasileira é fruto de um processo histórico, que vem surgindo e se aprofundando à medida que ocorre a penetração do modo de produção capitalista no campo. Para tanto, e com o objetivo de afastar o trabalhador rural do seu principal meio de produção – a terra – o Estado brasileiro, seja o Império ou a República, encarregou-se, ao longo da história, de criar as condições necessárias para acumulação do capital, que, no campo, está intimamente ligada à posse da terra, condições essas que vão desde as sesmarias e a Lei de Terras de 1850, aos Programas neoliberais dos anos 90, como visto no desenrolar do capítulo.

O campo, no entanto, só passou a ser encarado como um problema ou uma questão, a partir do momento que seu papel junto a um processo mais amplo de modernização nacional passou a ser questionado, ou melhor, quando o campo assumiu funções junto a acumulação do capital nacional, nos anos do Nacional-Desenvolvimentismo, iniciados na década de 30.

Durante todo período desenvolvimentista, as políticas públicas voltadas para o campo foram baseadas em Programas de Colonização e até mesmo deixadas de lado, não causando nenhuma modificação na estrutura de posse da terra. No período subsequente, da Ditadura Militar, fase de crédito fácil e barato e de políticas agrícolas de cunho modernizante, a legislação agrária foi benéfica apenas para os grandes proprietários, sendo os pequenos produtores rurais lembrados só durante os conflitos pela posse da terra. Atingiu-se como resultado do agravamento da concentração fundiária e a instalação de uma profunda miséria no campo brasileiro, uma vez que foi a fase de consolidação do capitalismo no campo, através dos CAI's.

Desde então, a questão agrária vem se avolumando como um dos mais graves problemas nacionais, sofrendo seu maior golpe na Constituição de 1988, que aumentou o fosso entre os proprietários de terra e os sem-terra; e assumindo caráter emergencial nos anos 90, em decorrência do processo de globalização da economia, bem como da adoção dos pressupostos neoliberais pelo Estado brasileiro, quando se passa a dar sustentação acumulação de capital de maneira diferente das décadas passadas, isto é, não mais atuando diretamente como financiador das suas atividades, mas deixando esse agir livremente de acordo com as leis de mercado.

Estando a globalização ligada ao movimento mais amplo do capital mundial, essa tende a agravar as distorções da sociedade brasileira, inclusive no campo, uma vez que apenas a parte mais moderna da agricultura nacional e os CAI's conseguem se integrarem ao mercado mundial, deixando à margem o trabalhador rural brasileiro. Como reflexo da saída do Estado da economia, os conflitos e a violência no campo aumentaram; como aumentaram, também, a concentração das terras e as péssimas condições de vida do homem do campo.

Tendo seus alicerces firmados há 500 anos, hoje, no início do século XXI, o Brasil ainda não conseguiu solucionar sua questão agrária, famílias ainda estão sem terra para plantar ou sem assistência médica, crianças ainda morrem desnutridas e outras, em idade escolar, não estão aprendendo a ler e escrever.

Os Programas de Assentamento não foram suficientes para modificar a estrutura fundiária, porque, no Brasil, funcionam como mera política assistencialista; onde se dá terra, mas não se dá as condições de permanecer nela, e onde são lançados programas e mais programas que não são postos em prática. Essa é a questão agrária brasileira, um problema que transcende o campo e invade as cidades, que assume contornos econômicos, sociais e políticos, que pede solução.

Todo essa discussão acerca da questão agrária é de fundamental importância nesse trabalho de dissertação para mostrar que o estudo de caso do próximo capítulo não se trata de um exemplo isolado no Litoral Sul paraibano, mas de um caso inserido na chamada questão agrária nacional, podendo ser tomado como um exemplo clássico da atuação do Estado e das condições de vida no campo brasileiro, como será mostrado em seguida.

3 – O DESEMPENHO ECONÔMICO NO PROJETO DE ASSENTAMENTO DIRIGIDO MUCATU

Este capítulo apresenta o resultado da pesquisa realizada junto aos agricultores do assentamento emancipado Mucatu, tendo como objetivo averiguar as condições de vida desses agricultores dez anos após a emancipação do assentamento, tendo sempre a seguinte questão de fundo: os agricultores que vivem no assentamento emancipado se encontram em melhores ou piores condições de vida que antes da emancipação?

Para dar uma visão mais ampla acerca do objeto de estudo, antes de se analisar os aspectos específicos de Mucatu, fez-se um breve levantamento da formação do espaço agrário paraibano, por Mucatu estar inserido nessa realidade; dos aspectos físicos do Litoral Sul do estado, onde está localizado o assentamento, e do conflito ocorrido em Mucatu nos anos 70, que culminou com a formação do assentamento em questão.

3.1. Metodologia

Para elaboração desse capítulo foi utilizado o método de pesquisa do tipo primário, com aplicação de questionário na área a ser analisada, conversa com lideranças sindicais e associativas, com participantes do processo de luta pela terra e antigos moradores encontrados na cidade que forma o entorno do assentamento.

O questionário, tendo como objetivo analisar o desenvolvimento sustentável do assentamento emancipado, foi composto por perguntas objetivas e algumas abertas que oferecessem uma visão mais ampla da opinião direta de cada agricultor. O questionário procurou ainda levantar aspectos relacionados à renda, às técnicas aplicadas pelos agricultores, à moradia, produção, relação com os órgãos governamentais envolvidos, etc.

Uma vez elaborado o questionário, a amostra foi calculada seguindo o método estatístico da Amostragem Casual Simples. Esse plano simplificado de amostragem se caracteriza pelo fato de todos os elementos da população terem igual probabilidade de participar da amostra, ou que todas as amostras possíveis de serem extraídas tenham igual probabilidade de serem selecionadas. Recomenda-se a utilização desse plano quando os elementos que constituem a população não apresentarem grande viabilidade para a característica que se pretende analisar. (Silveira Júnior; Zonta; Silva; Machado, 1980: 61)

Segundo o plano de Amostragem Casual Simples, no caso de uma amostra com a população finita, usa-se a seguinte fórmula:

$$N = \frac{N_0}{1 + \frac{N_0 - 1}{N}}$$

E se a população for infinita, utiliza-se:

$$N_0 = \frac{T^2 S^2}{D^2}$$

Onde: S^2 = Desvio Padrão

$D = 0,10$ y (10% do valor da amostra)

$T = 2$ (nº tabelado)

N = população

O Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) Mucatu possui uma grande área de 5.830.000 hectares, compreendendo os municípios de Alhandra, Conde e Pitimbu, perfazendo um total de 185 parcelas. Assim, aplicando o método de amostragem utilizado, obteve-se o seguinte tamanho da amostra:

População = 185 parcelas

Média das áreas = 26,69

Desvio Padrão = 11,15

$$N_0 = \frac{2^2 * (11,16)^2}{7,29} = \frac{2 * (124,53)}{7,29} = 68,33$$

$$N = \frac{68,33}{1 + \frac{68,33 - 1}{185}} = 50,24$$

Então, uma amostra representativa para analisar o desempenho socioeconômico de Mucatu seria uma aplicação de questionários a, aproximadamente, 50 agricultores. O tamanho do assentamento, a não existência de uma equipe de pesquisa e a falta de recursos que possibilitasse o deslocamento na vasta área que compreende os 3 municípios impossibilitou uma pesquisa mais ampla. Decidiu-se, então, por concentrar a pesquisa nas glebas Mucatu e Andreza, localizadas no município de Alhandra, com um total de 78 parcelas.

Somadas as dificuldades encontradas no decorrer da pesquisa, ao se aplicar por volta do 15º questionário, percebeu-se pouca variabilidade entre as informações colhidas, sendo muito parecida a realidade dos diversos agricultores da região, quando aos problemas enfrentados, a produção, o tipo de moradia, etc. Assim, completando um número de 20 questionários interrompeu-se a aplicação destes, ficando com um total de 20 questionários

aplicados ou com 40% da amostra representativa, 25% do total das glebas de Mucatu e Andreza.

Diante de tantas dificuldades para realização da pesquisa numa área tão extensa, pode-se perguntar o porque da escolha do PAD Mucatu para realização da pesquisa. Tal escolha ocorreu da seguinte forma: a proposta do trabalho desde o início foi de estudar o desenvolvimento sustentável em assentamento de reforma agrária que já tivesse passado por todas as etapas de aplicação das políticas públicas, de acordo com o política de assentamento rural de 1987, ou seja, que já tivesse sido emancipado ou saído da tutela do INCRA.

Em visita ao INCRA, no setor de titulação, foi informado que havia 3 PAD's nessa situação no estado da Paraíba: Mucatu, Jaque e Rio Tinto. Desde já, foi colocado pelos técnicos do INCRA que tais projetos eram antigos Projetos de Colonização, desapropriados por razão social, ainda no INCRA – Pernambuco e que não havia estudos socioeconômicos dessas áreas, apenas alguns projetos de implantação. Entre o INCRA – PE e o INCRA – PB extraviou-se os documentos da época.

Mesmo diante dos empecilhos colocados, deu-se continuidade aos estudos em áreas emancipadas, uma vez que o objetivo proposto era ver como tinha funcionado a atuação governamental no projeto. Pela grande riqueza da história da luta pela terra, em plena ditadura militar, com a participação de figuras ilustres da Paraíba: por estar numa região não sujeita a grandes estiagens como o semi-árido; por ser o único projeto a respeito do qual o INCRA disponibilizou alguns dados e por estar emancipado há mais tempo, optou-se por Mucatu como área de pesquisa.

Além do INCRA, órgãos como Emater, que presta assistência na região, foram procurados. Todos, com poucos diagnósticos e pouca disponibilidade de dados, quando não, pouca presença de técnicos.

Pelo fato de a pesquisa não ter alcançado 100% da amostra representativa, os dados colhidos não podem ser estendidos para realidade geral do assentamento emancipado, mas, obviamente, apenas para as glebas Mucatu e Andreza. Também não se pode dizer que a presente pesquisa consiste em um levantamento árduo de dados sobre o antigo PAD Mucatu, podendo representar uma vasta fonte de dados quantitativos da região, porém, apresenta seu valor em ter possibilitado a observação direta da área, com o agricultor, sua história de luta e trabalho na terra, seu modo de ver e sentir a terra como única fonte de subsistência, podendo-se afirmar que, mesmo fugindo das puras análises econômicas, os dados qualitativos ou subjetivos foram de caráter extremamente enriquecedor para o desenrolar do trabalho de dissertação, do ponto de vista do pesquisador.

3.2. Breve histórico da formação do espaço agrário paraibano e do litoral sul.

A conquista do atual território paraibano pelos portugueses só ocorreu quase um século após o descobrimento do Brasil, no final do século XVI, tendo como base a produção açucareira. A exemplo do estado de Pernambuco, a grande motivação para a ocupação das terras paraibanas foi a implantação de um sistema de colonização voltado para atender os interesses da metrópole colonizadora.

O território paraibano era tomado pelos índios Tupi, Cariris e Tarairiús, que viviam em comunidade, dependendo dos recursos naturais para sobreviver. À medida, porém, que os portugueses iam se instalando no novo território, os índios iam perdendo suas terras. Foram os indígenas os primeiros paraibanos a levantarem as bandeiras de luta pela terra.

A partir da primeira metade do século XVII, o território paraibano passou a ser organizado de maneira a servir à grande lavoura de cana-de-açúcar: as primeiras sesmarias foram concedidas pela coroa portuguesa, nas terras às margens dos rios Paraíba, Jaguaribe, Uma, Tibiri e Gramame. A propriedade da terra, assim, desde o início, assumiu um caráter privado, que alicerçava a grande propriedade. As grandes unidades de terras denominadas de Engenhos assumiram o papel de base da economia colonial paraibana.

Os engenhos funcionavam como unidades quase auto-suficientes, uma vez que compreendiam tanto a atividade agrícola quanto todo o processo de transformação da cana-de-açúcar, além de algumas culturas para auto-consumo, como mandioca, fava, feijão, etc. O trabalho nos engenhos se dava da maneira mais artesanal possível, sendo necessária uma grande quantidade de mão-de-obra; de início foi utilizada a mão-de-obra dos nativos e mais tarde dos escravos africanos e dos portugueses assalariados para desempenharem as atividades técnico-administrativas.

Com a expansão da produção aurífera no Centro-Sul do país, a mão-de-obra escrava tornou-se escassa na região Nordeste. Em meados do século XVII dois novos grupos sociais apareceram como mão-de-obra utilizada nos engenhos: os lavradores e os moradores. Os lavradores representavam pequenos agricultores que forneciam cana para o engenho, trabalhando em terra própria ou em pedaços alugados do próprio engenho. Os moradores, por sua vez, eram camponeses sem terra que recebiam do proprietário a autorização para ocupar um pedaço de terra e nele cultivar uma roça de auto-consumo. Com isso, os senhores de engenho conseguiram manter o controle dos meios de produção, recebendo parte dos benefícios e ainda uma renda pelo aluguel da terra (Moreira, 1997: 43). Essas formas de trabalhar conviveram com a escravidão, até a abolição, quando passaram a ser as formas de trabalho predominantes nas lavouras paraibanas.

Além da mudança da base interna da economia colonial brasileira, da cana-de-açúcar para o ouro, a partir da segunda metade do século XIX, o açúcar brasileiro passou a sofrer a concorrência do açúcar de beterraba da Europa e de outros produtores de cana como Cuba e Java, regiões com tecnologias mais avançadas que as aplicadas nas terras brasileiras. Apesar das iniciativas tomadas pelo Estado para assegurar a lucratividade das lavouras de cana, a tendência foi o agravamento da crise.

Como uma tentativa de diminuir os impactos da concorrência internacional, foram instituídos os Engenhos Centrais. Esses correspondiam a uma unidade produtora de açúcar cuja atividade limitava-se à produção fabril, não compreendendo, no entanto, as atividades agrícolas, como nos engenhos. Na Paraíba, a única concessão para implantação de Engenho Central data de 11 de março de 1880, no município de Santa Rita.

A experiência, que já começou enfrentando dificuldades, foi um completo fracasso, na Paraíba e no resto do Brasil. A resistência dos senhores de engenho, temendo se tornarem meros fornecedores, a má utilização do dinheiro público, a irregularidade do fornecimento da cana e a falta de controle de preço da cana foram alguns dos fatores que contribuíram para tal fracasso.

Em 1822, com a suspensão da concessão de sesmarias pela coroa portuguesa, iniciou-se nas terras paraibanas um movimento um pouco inverso do ocorrido até então – a formação de pequenas e médias unidades de produção, com base na ocupação de terras devolutas. Somando-se isso ao processo de crise da lavoura canavieira, ocorre a formação de uma pequena produção de alimentos no litoral paraibano, visto que com a lavoura da cana em crise, maiores parcelas de terra passaram a ser utilizadas na produção de alimentos.

Se por um lado houve essa pequena expansão das lavouras de alimentos, por outro, foi com a decadência dos engenhos que uma nova fase de concentração de terras ocorreu na

Paraíba, no final do século XIX. Muitos dos antigos engenhos foram vendidos a preços muito baixos, sendo comum a compra de vários deles por uma única família, como a família Lundgren, que comprou grande parte dos engenhos do litoral sul paraibano. Com a Lei de Terras de 1850, portanto, a expansão de pequenas e médias propriedades cessou na Paraíba, a exemplo do ocorrido em todo país, conforme o exposto no primeiro capítulo. A concentração de terras predominou definitivamente.

Assim, tomando a região do presente estudo como exemplo, no início do século XX, o litoral sul paraibano estava dividido em poucas fazendas de propriedade de poucas famílias: Fazenda Andreza, Mucatu, Abiaí, Camucim, Timbó, Garapu, Subaumá, entre outras.

Com a falência dos engenhos e o fracasso dos engenhos centrais, a forma encontrada para dar continuidade à reprodução do capital açucareiro foi a instalação de Usinas, estabelecimentos voltados para a produção de açúcar, exercendo também atividades agrícolas.

A introdução dessas usinas na Paraíba não constituiu um resultado espontâneo do dinamismo do setor canavieiro, mas, ao contrário, nasceu apoiada na tutela do Estado, que passou a oferecer grandes financiamentos e benefícios fiscais. No que diz respeito à organização da produção, as usinas representaram um progresso técnico para o setor, promovendo mudanças qualitativas no produto final, com a transformação do açúcar mascavo em açúcar centrifugado. As usinas também viabilizaram mudanças nas relações de trabalho, avançando com o trabalho assalariado no campo.

Em meados do século XX, portanto, o setor açucareiro, agora tendo como base as usinas, passa a enfrentar uma nova crise devido à queda do preço internacional do açúcar e, no estado, a uma enchente no Rio Paraíba, que arruinou muitas lavouras. Tem-se início uma nova fase de concentração de terras. Muitos senhores de engenho que ainda forneciam cana-

de- açúcar para as usinas tiveram suas dívidas executadas pelos usineiros, repassando suas terras a preços irrisórios para esses.

No final dos anos 60, existiam apenas cinco usinas no litoral paraibano: Santa Rita, São João e Santana, em Santa Rita; Santa Helena, em Sapé; e Monte Alegre, em Mamanguape.

3.2.1. A modernização da agricultura paraibana.

Sendo o estado colonizado para servir ao capital mercantil, o setor agrário paraibano vem sendo organizado de acordo com os interesses do capital. Seguindo o movimento ocorrido nas demais regiões do país, na Paraíba, foi a partir dos anos 60, que esse setor se integrou definitivamente ao capital, com o processo de modernização da base técnica da agricultura paraibana.

Antes, porém, é importante lembrar que, como visto no primeiro capítulo, a modernização da agricultura brasileira se deu de forma desigual espacialmente, concentrando-se nas regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste, ficando o Nordeste e, especialmente, a Paraíba em posição bem modesta em relação aos demais estados. Comparando os indicadores da Paraíba com os do país, em 1980, apenas 3,8% dos estabelecimentos paraibanos utilizavam adubo químico, havia na Paraíba menos de 3.000 arados mecânicos para um total de 167.485 estabelecimentos rurais e a área irrigada do estado representava apenas 0,4% da área total dos estabelecimentos rurais (Moreira, 1997:199); porém, fazendo-se uma análise temporal, as modificações internas podem ser observadas.

O número de tratores da Paraíba em 1970 era de 822 unidades, passando para 3.109 em 1980, representando um aumento de 278,2% no uso de tratores. O número de arados mecânicos passou de 659 para 2.275 unidades, no mesmo período. Em 1970, 579 estabelecimentos rurais utilizavam adubos químicos, em 1980 esse número era de 6.000 estabelecimentos. Também aumentou os gastos com defensivos químicos e corretivos de Cr\$ 1.777 milhões para Cr\$ 4.389 milhões, respectivamente. (dados apud Moreira, 1997). Contudo, essas mudanças não ocorreram de maneira uniforme em todo estado, concentrando-se na zona açucareira e nas maiores propriedades.

Em 1980, 32,7% do total dos tratores existentes na Paraíba estavam na Zona da Mata, dos quais 21% no Litoral Sul e em Sapé. Também 32% das colhedeiras estavam na Zona da Mata, bem como 31,3% do total dos arados mecânicos existentes no estado se encontravam na microrregião do litoral Sul.

Esse progresso técnico da agricultura paraibana ocorrido na década de 70, como o exemplo da instalação das usinas, não ocorreu de forma espontânea, mas, só foi possível graças à ação do Estado, com os projetos da SUDENE e, principalmente, o PROÁLCOOL, que causou profundas mudanças no mundo rural paraibano.

Até 1970, o plantio da cana-de-açúcar no litoral paraibano estava restrito às áreas de condições climáticas mais favoráveis, geralmente, na várzea dos rios, nos municípios de Mamanguape, Sapé, Santa Rita, Cruz do Espírito Santo, São Miguel de Taipu, Juripiranga, Caaporã e Pedras de Fogo. A regulamentação dos mercados, os financiamentos e subsídios governamentais, permitindo um aumento na capacidade produtiva do setor industrial, como a instalação de destilarias, levou ao crescimento do setor açucareiro, havendo uma considerável expansão da área de cobertura da cana-de-açúcar no estado.

A partir da década de 70, as lavouras de cana-de-açúcar se estenderam pelas áreas de tabuleiro, chegando ao Litoral Sul, área que, até então, era coberta com o cultivo de coco-da-praia e baía, e onde ocorria o extrativismo da madeira, a pecuária extensiva de gado e a policultura alimentar. O Litoral Sul, que já vinha sendo atingido pelos projetos agropecuários da SUDENE, com o chamado “alargamento dos cercados” (quando muitos moradores perderam suas terras para o gado do proprietário), passou a sofrer os efeitos concentradores do Proálcool.

Segundo Moreira (1997: 107), foi nos anos 70 que houve o rompimento da barreira ecológica. A introdução de mudanças tecnológicas na correção da acidez dos solos do tabuleiro, com a utilização de calcário, viabilizou a expansão das lavouras em direção aos terrenos de tabuleiro do Litoral Sul. Além disso, os preços do açúcar e do álcool estavam compensando os altos investimentos necessários para o cultivo da cana naquela região. As lavouras de cana que estavam concentradas em oito municípios se estenderam por mais de vinte municípios, com destaque para os municípios de Mataraca, Rio Tinto, Lucena, Conde, Alhandra, Pitimbu e Caaporã. Entre 1970 e 1980 foram incorporados mais de 45 mil hectares de terra pela cana-de-açúcar, com um acréscimo de 113,3% na produção, sendo esse acréscimo de 302% na Zona da Mata paraibana.

Todo o processo de modernização da agropecuária paraibana, promovido pelos incentivos do Proálcool, foi responsável não apenas pela modificação da base técnica, pelo aumento da produção de cana-de-açúcar ou pela homogeneização da paisagem rural com essa cultura, mas foi responsável também por profundas mudanças na dinâmica do meio rural paraibano, no uso do solo, no emprego rural e até mesmo no meio físico.

O aumento da produção de cana causou impactos na economia do estado, possibilitando o aumento do valor da produção agrícola, bem como um aumento das taxas de

produtividade da terra (valor da produção por hectares). Entre 1970 e 1980 houve um aumento da participação da cana no valor da produção agrícola paraibana de 16,1% para 27,6%, com isso, houve, na realidade, um aumento da dependência da agricultura paraibana com relação à cana-de-açúcar.

No que diz respeito ao meio ambiente, a cana incidiu fortemente sobre a vegetação natural da Mata Atlântica e de Cerrado dos tabuleiros. A retirada das matas onde havia fontes de água que abasteciam as famílias afetou o abastecimento de água, fazendo com que a população rural fosse buscar água cada vez mais longe.

Uma das características mais marcantes, que apareceu após o processo de modernização na Paraíba, foi a diminuição da população rural, a ritmo cada vez mais acentuado. Em 1950, $\frac{3}{4}$ da população do estado encontrava-se no meio rural; em 1991, apenas 36% da população residia no campo. Além do declínio da taxa de natalidade no meio rural, no bojo desse processo está, basicamente, um intenso êxodo rural, tido como uma das conseqüências do avanço do capitalismo no campo. Outra característica populacional da população paraibana após os anos 70 é o aumento das migrações sazonais, isto é, o deslocamento de trabalhadores do Agreste e do Sertão para Zona da Mata durante os períodos de colheita da cana.

O crescimento da produção canavieira e da pecuária na Zona da Mata interferiu nas lavouras de alimento, diminuindo consideravelmente as áreas cobertas com alimentos e, conseqüentemente, reduzindo a produção de alimentos básicos como o feijão, o milho, a mandioca, etc. Tal produção caiu de 320.268 toneladas, em 1970, para 252.336 toneladas, em 1980.

No que diz respeito ao mundo do trabalho, grandes modificações ocorreram no agro paraibano. À medida que a agricultura se subordina às leis do lucro, necessita reduzir os

custos com mão-de-obra, bem como ajustar as velhas relações de trabalho às novas necessidades de acumulação do capital. Assim, observa-se a retração das formas de trabalho não mais necessárias à reprodução capitalista como a parceria, o morador, etc., purificando-se o caráter capitalista das relações de trabalho do campo, através do aumento do trabalho assalariado. Em 1970, havia 73.833 empregados assalariados no campo paraibano, número que sofreu um acréscimo de 125,6%, atingindo 166.584, em 1980.

Além do aumento do trabalho assalariado, o mundo do trabalho rural foi atingindo com uma redução do PEA agrícola, acompanhando a tendência nacional. Esse movimento vem acompanhado de um decréscimo da participação dos homens no conjunto da mão-de-obra, sobretudo acima de 20 anos; em contrapartida, houve um aumento da participação de jovens e mulheres trabalhando na agricultura paraibana. Situação que reflete o processo migratório por que passam os pais de família, passando as mulheres a proverem o sustento dos que ficam.

No bojo de todo processo de expansão do capital no campo paraibano, encontra-se a crescente concentração fundiária. Nascida baseada na monocultura de exportação, que requeria grandes extensões de terra, a estrutura agrária paraibana foi se recriando nas bases da grande propriedade, aumentando o processo de concentração em proporção direta com o processo de expansão do capitalismo no campo, principalmente, após a introdução do sistema de usinas e da modernização agrícola. Entre os anos sempre analisados, 1970 e 1980, os estabelecimentos com menos de 20 hectares caíram de 169.667 para 167.482 estabelecimentos rurais.

No litoral, nos domínios da atividade canavieira, 14 municípios apresentam índice de Gini igual ou superior a 0,80: os estabelecimentos com mais de 500 hectares têm a maior participação em relação ao número total de estabelecimentos, superior a 60% em sete

municípios. Por outro lado, é no litoral onde encontra-se a menor participação dos estabelecimentos com menos de 50 hectares. (apud Moreira, 1997).

Falando-se de qualidade de vida do trabalhador rural, definitivamente, as transformações ocorridas não contribuíram para melhoria dos padrões de vida dessa população, pelo contrário, gerou e vem se agravando a miséria do estado, que apresenta os piores indicadores sociais do país.

Os assalariados nas lavouras de cana-de-açúcar trabalham, em sua grande maioria (97,3%), sem carteira assinada; realizam jornadas de até 10 horas de trabalho por dia, recebendo por diárias; não recebem qualquer obrigação trabalhista; são alojados em galpões infectos, misturados com os estoques de produtos químicos, na maioria das vezes sem cozinha, banheiro, água encanada, energia elétrica, cama ou qualquer conforto mínimo necessário ao descanso de um trabalhador, convivendo com cobras, escorpiões, etc. Além disso, trabalham sem nenhum equipamento de proteção individual, chegando até a utilizarem recipientes vazios de agrotóxicos como depósito de água.

Na Zona da Mata canavieira os índices de analfabetismo ultrapassam 80%; a expectativa de vida é menos de 50 anos e a renda familiar média é de 40% do salário-mínimo (apud Moreira, 1997:285). A miséria absoluta dessa população ainda se reflete nos baixos níveis de padrão alimentar, pois sua comida resume-se basicamente a feijão e farinha.

Na realidade, toda riqueza gerada com a expansão, seja da cana-de-açúcar, da pecuária ou da fruticultura não foi distribuída, causando a exclusão social de parcela significativa da classe trabalhadora rural, o que pode ser constatado pelo grande número de trabalhadores sem-terra e pelo aumento dos conflitos pela terra da atualidade.

Nesse contexto, a crise que se desenrola no setor sucroalcooleiro da Paraíba desde o final dos anos 80 não causa apenas impactos negativos na economia do estado, mas estende-se

como uma crise social, ou seja, o fechamento das usinas é, sobretudo, devido ao agravamento do problema social por ela própria gerada.

3.3. A zona da mata sul paraibana: caracterização da região.

O Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) Mucatu se localiza na grande unidade espacial da Zona da Mata paraibana, região denominada dessa forma por conta da importância secular da cobertura florestal da Mata Atlântica. Hoje, com a devastação da Mata, tal nome não passa de uma conotação cultural da região, sendo apenas representativo. A microrregião a qual pertence o município de Alhandra, sede da fazenda Mucatu, é a do Litoral Sul Paraibano, situado a 40 Km de João Pessoa, 120 Km de Recife e 115 Km de Campina Grande, principais pólos econômicos de influência nessa região.

Localizada no litoral, inclui-se numa faixa de clima denominada por Koeppen de As' - quente e úmido, com a temperatura variando entre 22 e 28 graus, apresentando entre 1.500 e 2.000 milímetros de chuva por ano. O período de estiagem varia entre dois a quatro meses ao ano. Dependendo da qualidade e da localização da terra, esse período seco representa um obstáculo climático para a agricultura, quando o plantio de culturas de ciclo curto (3 meses) só é possível em áreas de várzea ou com o uso de irrigação. (Alves et.al. 1997)

O quadro natural da microrregião é marcado por três tipos de terrenos: os tabuleiros, as praias e as várzeas. Os tabuleiros são bem drenados, apresentando textura arenosa, elevada acidez e baixo teor de matéria orgânica; as praias são estreitas, limitadas por falecias mortas

com solos arenosos de pouca capacidade de retenção de umidade e baixa fertilidade; as várzeas apresentam vales úmidos oriundos de terrenos aluviais ricos em matéria orgânica.

Nos tabuleiros costeiros, o nível de possibilidade das terras para mecanização varia de acordo com a área, sendo elevado na porção meridional e baixo no seu trecho setentrional. O nível de exigência das terras para aplicação de fertilizantes e corretivos é elevado. Já nas várzeas, o nível de exigência das terras para a aplicação de fertilizantes e de corretivos é médio e o nível de possibilidade de mecanização é baixo.

A microrregião do Litoral Sul é cortada pelas bacias hidrográficas de Camaratuba, Mamaguape, Paraíba, Gramame e Abiaí.

O Litoral Sul da Paraíba tem na agropecuária sua base econômica, estando a grande maioria das suas terras cobertas por lavouras de cana-de-açúcar, seguidas pelo bambu, a segunda cultura mais importante na região, e pelo coco-da-praia. A diversidade cultural fica restrita às áreas de reforma agrária, onde se pratica a policultura alimentar, sendo o inhame a cultura mais comum na região, acompanhado do feijão macassa, da mandioca e macaxeira, do milho e da batata-doce. No que se refere à fruticultura, os produtos mais plantados são: mamão, banana, acerola, maracujá e graviola, culturas geralmente irrigadas. Dentre a criação destacam-se a de gado e de galinhas, criadas soltas no roçado.

Em pesquisa realizada por Alves et.al. (1997), os principais grupos sociais e sistemas de produção encontrados no Litoral Sul da Paraíba foram os produtores capitalistas, os produtores patronais e os produtores familiares.

Os capitalistas apresentam um elevado nível de capitalização, plantando em lavouras de até 8.000 hectares, como os bambuzais, sendo o trabalho realizado pela mão-de-obra contratada, permanente ou temporária. O dono não trabalha na produção, ficando a supervisão

das atividades a cargo de um administrador. Os sistemas de produção capitalistas são organizados a partir da monocultura extensiva, no cultivo da cana, do bambu e do coco.

Os produtores patronais apresentam áreas totais bem menores que os capitalistas, entre 5 e 50 hectares; o trabalho é familiar, podendo ocorrer a contratação de trabalho permanente ou temporário, em períodos de pico de trabalho. Os sistemas de produção são diversificados e intensivos, com o cultivo de inhame, macaxeira, feijão e frutas. Geram maiores níveis de emprego que os capitalistas, que operam com baixa quantidade de mão-de-obra.

Os produtores familiares possuem um nível de capitalização relativamente baixo, possuindo apenas equipamentos manuais; a área utilizada varia entre 1 e 10 hectares. O trabalho é realizado pela família, contratando alguma mão-de-obra temporária nos períodos de pico do trabalho. O sistema de produção é diversificado e intensivo, seguindo os patronais, porém, em menor grau que esses. Em termos de geração de emprego, são os que mais geram empregos por área cultivada em relação aos outros grupos. Todos os produtores patronais e familiares encontram-se em áreas de reforma agrária e uma das características dos patronais é que, a grande maioria, recebeu suas parcelas no final dos anos 70, depois dos conflitos provocados pelos projetos agropecuários da SUDENE.

Os principais espaços de comercialização dos produtos do Litoral Sul são as feiras, os supermercados da capital e do interior e a EMPASA (Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas). A compra é realizada diretamente nas propriedades, feita por intermediários, a preços bem baixos, que repassam os produtos aos canais de comercialização. Praticamente, nenhum agricultor tem acesso à EMPASA, por exemplo. Há uma grande distância entre o preço pago ao produtor e o pago pelo consumidor; o total do lucro fica nas mãos dos grandes intermediários.

Quanto aos aspectos sociais, a microrregião do Litoral Sul apresenta um grande déficit social, principalmente para a população rural, que constantemente é obrigada a se deslocarem por horas a pé para enfrentar as filas dos hospitais municipais e dos postos de saúde; os atendimentos mais graves ainda têm que ser dirigidos à capital, a falta de médicos é constante. A cidade de Alhandra, por exemplo, possui apenas 1 hospital municipal para atender as cidades circunvizinhas e toda Zona rural. Apesar de possuir 25 instituições de ensino de pré-escola e 27 de ensino fundamental, possui apenas 1 escola de nível médio. Apenas 50% das ruas da cidade são pavimentadas e ainda falta energia em 30% da zona urbana, retratando bem a situação dos municípios de pequeno porte do país.

3.4. O projeto de assentamento dirigido Mucatu.

3.4.1. Aspectos gerais.

O PAD Mucatu localiza-se na microrregião do Litoral Sul, anteriormente analisada, nos municípios de Conde, Alhandra e Pitimbu e é formado pelas glebas Mucatu, Andreza e Garapu, ocupando uma área de 5.830 hectares, assim distribuídas: 1.169.400 ha., em Mucatu; 2.460.600, em Andreza e 2.200.000 hectares em Garapu.

O PAD Mucatu limita-se ao norte com as fazendas Pituassu, Capimassu; ao Sul com as Fazendas Abiai e Barra do Grau; ao Leste com a Fazenda Boa Vista e Palmeira e a Oeste

com a Fazenda Timbauba. Distancia-se 40 Km de João Pessoa e 110 Km de Recife, maiores centros consumidores da região. Seu acesso se dá pela BR – 101 e pelas estradas municipais.

Seu solo se caracteriza pela textura pesada, com ph ácido, média fertilidade e grande propensão a encharcamentos. Na gleba Andreza, ressalta-se a ocorrência de mangues. Quanto à cobertura vegetal, destacam-se na área quatro tipos distintos: floresta sub-perenifolia, campos cerrados, vegetação de várzea e vegetação de mangue. A topografia caracteriza-se por três tipos morfológicos distintos: tabuleiros, encosta e várzea. Três bacias hidrográficas drenam as terras do PAD Mucatu: rio Grau, Mucatu e Aterro. O clima, como já mostrado, é do tipo quente e úmido, com chuvas de março a agosto e pluviosidade média anual de 1.200 a 1.700 mm/ano.

3.4.2. A luta pela terra e a implantação do projeto.

Quando os projetos agropecuários da SUDENE e os incentivos do PROÁLCOOL se expandiram no Litoral Sul da Paraíba, os proprietários de terra começaram a expulsar os moradores e reideiros das suas terras, para dar lugar ao gado e à cana-de-açúcar. Estes vendo a terra como única fonte de sobrevivência, passaram a resistir. Essa resistência transformou-se em longos conflitos por terra. Para muitos dos trabalhadores rurais já era claro, desde aquela época, que a expansão das lavouras de cana e dos pastos não teriam outra consequência senão o fim da disponibilidade de terras para a agricultura familiar.

Os conflitos entre os proprietários de terra e seus moradores ou reideiros se agravavam, sendo fato corriqueiro a destruição de casas e roçados dos pequenos agricultores,

para plantar a cana, que uma vez plantada era arrancada pelos trabalhadores. O primeiro desses conflitos ocorreu justamente em Mucatu.

Viviam em Mucatu 174 famílias que trabalhavam como moradores, cultivando lavouras de alimentos e coco-da-praia e morando em casas de palha.

O conflito pela posse da terra em Mucatu teve início em 1975, quando as terras pertencentes ao Sr. Herculano Bandeira Lundgren foram vendidas ao Sr. Luiz Venâncio, que iniciou um processo de expulsão dos antigos moradores da propriedade para expandir as lavouras de cana-de-açúcar e bambu, implantando práticas de cultivo poupadoras de mão-de-obra, tornando desnecessário um grande número de moradores na área.

Quando os moradores de Mucatu começaram a ser ameaçados pelo novo proprietário, resolveram se organizar e procurar a Equipe de Promoção Humana da Arquidiocese da Paraíba. Essa equipe foi formada no início dos anos 70 e era composta por agentes pastorais religiosos e leigos, de formações profissionais diversas, como psicólogos, agrônomos, assistentes sociais, uma médica e uma auxiliar de enfermagem.

O contato dos moradores de Mucatu com a equipe foi realizado através do Sr. Antonio Amâncio, que discutiu com a equipe formas de se defenderem das investidas do novo dono das terras onde moravam. A partir dessa reunião, grupos de moradores e agentes pastorais passaram a se reunirem semanalmente.

Nessas reuniões discutiam-se passagens do Evangelho, o Estatuto da Terra, a situação dos trabalhadores rurais, os problemas da comunidade e as ameaças sofridas. Como resposta do proprietário, a pressão para sair da terra e a violência contra os moradores aumentavam; havia na propriedade a presença da Polícia Federal, Militar e do Exército, o proprietário proibiu a presença de agentes pastorais na fazenda e até à celebração de missas.

*“(...) O Exército, inclusive, chegou a realizar treinamento anti-guerrilha na área, utilizando até tanques de guerra, canhões e armamento pesado”
(depoimento de Gláucia e Genaro Ieno Apud Moreira, 1997:200)*

Segundo Moreira (1997:200), em 08 de junho de 1975, o novo proprietário destruiu o centro social construído pelos moradores com autorização do antigo patrão, também utilizado como capela. Uma semana após a destruição, os agricultores resolveram reconstruí-lo em conjunto com a equipe da Arquidiocese.

Nessa ocasião, em 12 de junho de 1975, Dom José Maria Pires foi convidado para celebrar uma missa no local. O Arcebispo foi barrado por pistoleiros e proibido de celebrar a missa, porém, não recuou, desceu do carro, falou com os pistoleiros, que perplexos, desfizeram a barreira armada, deixando Dom José passar com uma caravana de mais de 17 carros.

Os moradores foram se fortalecendo na luta, acumulando vitórias políticas e jurídicas, até conseguirem a desapropriação da terra. O imóvel Mucatu foi desapropriado por interesse social em 03 de julho de 1976, através do Decreto nº 77.744/76; constando do referido Decreto um total de 5.830 hectares desapropriados, compreendendo os imóveis Mucatu, Garapu e Andreza. As emissões de posse ocorreram entre 23 de agosto de 1976 e junho de 1978.

“Assim que o decreto de desapropriação foi assinado, o Exército realizou na área a Operação Aciso, que consistiu na organização de festas, de atividades com jovens e crianças, de um grande churrasco, de filmes, jogos de futebol, atendimento médico e odontológico. Num desses dias de eventos o comandante da operação disse para Frei Hermano José: ‘Na Paraíba não haverá outro Mucatu’, primeira área desapropriada na Paraíba depois do golpe de 1964 e em plena ditadura militar, não

poderia, na visão dele, contaminar outros trabalhadores. Mas, contaminou” (depoimento de Gláucia e Genaro Ieno Apud Moreira, 1997:203)

A desapropriação, contudo, não foi o fim dos conflitos entre proprietário e moradores. As agressões e a destruição das lavouras de alimentos para plantar bambu e cana continuaram, principalmente, nos imóveis Garapu e Andreza. Em 21 de novembro de 1976, quatro meses após a desapropriação, o agricultor Antonio Ferreira foi morto por um trabalhador da fazenda Andreza, por não permitir que o gado destruísse sua roça.

Na época, o valor total das terras do PAD – Mucatu adquiridas pelo INCRA foi de CR\$ 14.351.954,69, sendo CR\$ 9.155.122,76 relativos ao VTN (valor da terra nua) e CR\$ 5.196.831,93 a benfeitorias.

Desapropriada a área, o INCRA passou a elaborar o projeto de implantação de Mucatu¹. Nesse projeto, adotou-se as seguintes **diretrizes básicas**:

- *O sistema de assentamento era do tipo disperso;*
- *Os parceleiros seriam escolhidos dentre os moradores na área;*
- *Haveria participação direta dos órgãos municipais e ou estaduais nos programas de saúde, educação e habitação;*
- *Utilização dos serviços oferecidos pela cooperativa de Alhandra;*
- *Financiamento da produção através do sistema de crédito oficial;*
- *Reservas florestais em área parcelada mantida sob restrição;*
- *Implantação e emancipação do projeto em 5 anos;*
- *Para efeito de cálculo foram adotados os preços dos insumos e o valor do salário-mínimo vigente na Paraíba em dezembro de 1981.*

¹ Inicialmente, Mucatu foi considerado Projeto de Colonização, mais tarde, com o Plano Nacional de Reforma Agrária, em 1987, passou a ser considerado Projeto de Assentamento Dirigido Mucatu.

De acordo com os documentos apresentados pelo INCRA – PB, o Projeto de Assentamento Dirigido Mucatu tinha por **objetivos fundamentais**:

- *Assegurar a integração socioeconômica do parceleiro no processo de desenvolvimento rural da região;*
- *Propiciar assistência técnica e educativa aos beneficiários e seus dependentes;*
- *Elevação de renda familiar a níveis de pequenos e médios empresários;*
- *Fortalecimento do sistema cooperativista, com vistas à assistências creditícia e comercialização da produção da área.*

Quanto aos objetivos socioeconômicos, mais especificamente, o PAD Mucatu objetivava alcançar no menor prazo os seguintes objetivos:

- *Promover o acesso à terra de expressivo número de pequenos agricultores;*
- *Assegurar a oferta de emprego direto aos seus dependentes;*
- *Exploração das parcelas pelos beneficiários em regime de propriedade familiar;*
- *Outorga imediata de títulos de propriedade;*
- *Promover a integração dos órgãos de desenvolvimento agrário que atuem na região;*
- *Aumento do poder aquisitivo do parceleiro, renda familiar superior a quatro salários-mínimos da região, e conseqüente ampliação do mercado consumidor local;*
- *Aumento da produção de tubérculos com vistas à exportação.*

As principais metas a serem alcançadas, segundo o INCRA, eram:

- *Assentamento de 185 famílias nas três glebas do projeto;*
- *Construção de 100 Km de estradas vicinais;*
- *Restauração do grupo escolar de Mucatu;*
- *Construção de 153 casas pelos parceleiros;*

- *Plantio de 800 hectares de inhame;*
- *Plantio de 1.000 hectares de mandioca;*
- *Plantio de 120 hectares de coqueiro;*
- *Plantio de 125 hectares de cana-de-açúcar;*
- *Plantio de 200 hectares de culturas diversas.*

O assentamento dos parceiros, os trabalhadores rurais envolvidos no conflito pela terra, acompanhou a implantação do plano físico e o levantamento sobre a área. Segundo o INCRA, a equipe técnica responsável pelo projeto procurou manter cada família nas respectivas áreas. Em linhas gerais, foram mantidas as principais atividades agrícolas, em função do clima, solo, mercado e tradição agrícola da região: inhame, mandioca, feijão macassar, coco baia e mamão.

Conforme a potencialidade dos solos, atividade econômica recomendada e a força de trabalho familiar da área, foram consideradas três tipos de parcelas: "A", "B" e "C". As parcelas do tipo "A" possuíam, em média, 27,94 hectares, sendo 60% dessa área destinada ao cultivo de inhame, mandioca, feijão e coqueiro; 20% de reserva florestal: 18% para pastagem e 2% de área social. As parcelas do tipo "B" apresentavam uma média maior de área, 39,11 hectares, em função de uma maior área de reserva florestal (23%), sendo o restante 50% para cultivo de inhame, mandioca, feijão e coqueiro; 25% de pastagem e 2% área social. As parcelas do tipo "C", por sua vez, eram as de maior área média, 58,55 hectares: 40% com as culturas tradicionais da região: inhame, mandioca e coqueiro; 20% pastagem; 38% de reserva florestal e mangue e os 2% de área social. Em resumo:

QUADRO I –
Nº DE PARCELAS TIPO POR GLEBAS.

GLEBA	PARCELA	
	TIPO	Nº
MUCATU	A	33
	B	5
	C	0
SUB TOTAL		38
ANDREZA	A	43
	B	26
	C	2
SUB TOTAL		71
GARAPU	A	66
	B	10
	C	0
SUB TOTAL		76
TOTAL		185

Fonte: Incra – PB

De acordo com o quadro acima, Mucatu é a menor gleba, com 1.121,55 hectares e Andreza a maior, perfazendo um total de 2.396, 51 hectares; no entanto, as melhores terras, do tipo “A”, estão na gleba Garapu, que possui o maior número de parcelas do tipo “A”, 66. Na gleba Andreza é onde se encontram as 2 parcelas com áreas de mangue, numa área de 117 hectares cada.

Da área total do projeto de 5.830 mil hectares², 3.280 ha., ou seja, 56% da área foram destinadas à exploração agrícola, conforme se pode observar a divisão dos tipos de parcelas citados acima. No geral, o PAD – Mucatu apresenta parcelas do tipo “A”, que têm as condições de apresentar um rendimento líquido bem acima das demais, pelo fato de apresentarem pequenas limitações físico-química em seus solos. A menor rentabilidade das parcelas “B” e “C” se deve ao fato da exploração de mamão, de grande rentabilidade, não ter

² A área total de Mucatu apresenta a seguinte utilização: área parcelada, 5.689,06 ha.; áreas comunitárias, 68,72 ha.; áreas de estradas, rios e mangues, 72,22 ha., fazendo o total dos 5.830 hectares.

sido indicada para essas áreas, bem como pelo fato das receitas provenientes da cultura do coco só ocorrerem a partir do 5º ano.

De acordo com o diagnóstico realizado pelo INCRA, no projeto de avaliação, não há grandes limitações de mão-de-obra, capital, mercado e recursos hídricos na área do PAD – Mucatu.

A implantação do plano físico do PAD – Mucatu obedeceu ao seguinte cronograma: gleba Mucatu e Andreza entre 1978 e 1979 e Garapu entre meados de 1979 até o final de 1980. Até o final do exercício de 1981, o projeto já se encontrava devidamente implantado, com seus 185 parceiros assentados e titulados.

3.4.3. Origem dos assentados.

A maioria dos trabalhadores rurais que fez parte da luta pela terra em Mucatu nasceu na região e lá cresceu, trabalhou e constituiu família, vivendo no assentamento há, em média, 45 anos.

O fato de terem construído suas histórias de vida e de luta num mesmo local, leva os moradores de Mucatu a terem uma grande ligação com o local, principalmente para trabalhar; os filhos que casam arrendam outras terras para trabalhar e continuam morando no lote com os pais, mostrando ser o assentamento, realmente, seu meio de vida, não uma atividade alternativa, e alguns vão morar na cidade, mas trabalham todos os dias no lote. Falta de infra-

estrutura, de postos de saúde, de escolas são alguns dos motivos que levam algumas famílias a morarem em Alhandra ou João Pessoa, por exemplo, e virem trabalhar na terra de Mucatu.

Dos entrevistados 80% responderam que já moravam na propriedade antes do conflito e 95% desses trabalhavam na agricultura. A grande maioria vivia como arrendatário, o restante como parceiro ou fixado na usina.

A média de idade dos chefes de família de Mucatu é de 60 anos, e a das mulheres de 47 anos. A grande maioria é casada com famílias de, em média, 5 filhos. Muitos dos primeiros donos dos lotes já faleceram e as terras foram repassadas para os filhos, que se possível, permanecem na região. A média de idade alta dos pais de família não representa um bom indicativo, muitos desses não estão mais em idade produtiva, sem condições de lutar por melhorias nas suas terras e até mesmo no assentamento como um todo, a única saída termina sendo passar a terra para os filhos.

3.4.4. Indicadores econômicos.

Mucatu apresenta, em média, lotes de 26,69 hectares, considerados de bom tamanho se comparados aos dos assentamentos mais recentes.

A principal atividade desenvolvida no PAD- Mucatu é a agricultura. Todos os entrevistados declararam ser essa sua principal atividade, sendo os principais produtos cultivados apresentados na seguinte ordem de classificação: inhame, coco, mandioca, feijão macassar, milho, mamão, macaxeira, batata doce, graviola, acerola, banana e amendoim.

De maneira geral, as culturas permaneceram as mesmas indicadas pelo INCRA no

Projeto de Implantação, aparecendo de novo a fruticultura, principalmente, a graviola e acerola. Quando se perguntou aos agricultores se continuavam produzindo o mesmo que antes da emancipação, em 1991, 90% dos produtores de inhame afirmaram já trabalhar com o produto havia mais de 10 anos; dos que afirmaram produzir frutas, 60% afirmou que passou a exercer essa atividade após 1991, mostrando o caráter emergente da cultura na área do PAD-Mucatu.

A divisão dos lotes entre as diversas culturas é a seguinte:

QUADRO II

Nº médio de hectares por assentado e por produto cultivado.

PRODUTO	Nº DE HECTARES	PRODUTO	Nº DE HECTARES
Inhame	2,35	Milho	0,85
Mandioca	1,72	Mamão	2,40
Coco	1,23	Macaxeira	0,50
Feijão	1,60	Graviola	1,50

Apesar da média de hectares por lote ser de 26 hectares, em muitos deles já existe uma divisão pai e filhos, cada qual com seu próprio roçado. Dai, quando entrevistados, cada um só tinha noção do seu próprio roçado, por isso as áreas cultivadas apresentam-se tão menores em relação ao tamanho total dos lotes. Também ocorre o fato de muitos deixarem parte dos lotes sem nenhuma cultura, pela falta de recursos.

Destaca-se, contudo, como principal característica de Mucatu a grande disparidade entre os diversos lotes, observada pelas receitas agrícolas brutas, refletidas nos aspectos de infra-estrutura, de produção ou comercialização dos lotes visitados, bem como da qualidade

de vida dos que lá vivem. Tal diferenciação se dá em função da localidade do lote, da qualidade da terra, das tecnologias utilizadas e dos produtos cultivados.

Os lotes localizados em Andreza, de terreno plano, apresentam melhores resultados que os de Mucatu, com terreno extremamente acidentado; os lotes onde se utiliza equipamento de irrigação apresentam receitas da agricultura maiores dos que ainda utilizam técnicas rudimentares; e, ainda, os lotes com maior diversificação das culturas alcançaram melhores resultados, principalmente aqueles onde há alguma atividade de fruticultura.

Com uma receita agrícola bruta³ média de R\$ 6.455,45 ao ano, encontrou-se no PAD-Mucatu lotes que obtiveram uma receita de R\$ 360,00, em 2000, cultivando apenas inhame e mandioca, num terreno acidentado e utilizando apenas enxada e mão-de-obra familiar e, lote com receita de R\$ 37.800,00, onde se cultivou inhame e mamão com motores de irrigação em toda área. As piores receitas foram encontradas nos lotes que cultivaram, em 2000, basicamente, o inhame, com técnicas rudimentares.

O inhame ainda é, sem dúvida, o produto predominante. A região possui grande potencial para o cultivo do inhame, a qual chegou até a ser exportadora nos anos 80, através da Cooperativa Mista de Alhandra, porém, alguns problemas fizeram com que esse período de expansão chegasse ao fim.

De acordo com vários depoimentos, a principal dificuldade enfrentada pelos produtores de inhame é a perda dos recursos financeiros destinados ao custeio dessa cultura, bem como a inexistência de assistência técnica. Ocorre que as atividades de órgãos federais e estaduais como Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Emater estão voltadas para fruticultura, por acreditarem na sua maior rentabilidade, por conta do mercado exportador.

³ Os valores utilizados são referentes às receitas agrícolas brutas, porque muitos agricultores não souberam responder, não lembravam, dos seus custos; na realidade, não fazem esse controle, ficando impossível de calcular o custo médio, para se trabalhar com valores mais definidos.

A perda de produtividade da terra em função da queda de nutrientes e as pragas que, em muitos casos, provocam a perda total das lavouras são problemas que os produtores de Mucatu vêm enfrentando. Na falta dos órgãos públicos, os agricultores contratam agrônomos particulares das lojas de produtos agrícolas em Alhandra ou até mesmo os técnicos que prestam serviços nos assentamentos vizinhos. A falta de assistência é gritante na região, a grande maioria dos entrevistados afirmou não aparecer ninguém na área, exceto em época de política.

Quando se perguntou se os agricultores receberam algum tipo de assistência técnica antes da emancipação, tendo que ser perguntado antes de 1991, por não saberem do que se tratava, 70% responderam que não; o restante afirmou ter recebido assistência do INCRA, basicamente, orientação para o preparo do solo, plantio e colheita.

A situação fica mais grave quando se pergunta sobre assistência técnica após a emancipação; apenas um disse ter recebido assistência da Emater, para o roçado de mamão, uma vez por mês; 95% não receberam nenhum tipo de visita ou assistência. A partir dos anos 90, só há assistência para quem recebeu financiamento.

O que mais afetou e afeta os agricultores de Mucatu, no entanto, como toda agricultura familiar brasileira, é a mudança da política de crédito do governo federal; 80% afirmaram ter recebido crédito de custeio do Banco do Brasil antes de 1991, todos para o inhame e outros, além do inhame, para o feijão, mandioca e milho. O crédito de investimento saiu apenas para um agricultor.

Nos anos 80, segundo os agricultores, o crédito era farto, todos os anos pegavam o crédito de custeio do Banco do Brasil, para comprar sementes e insumos. Alguns até contaram que mesmo o crédito sendo para custeio, conseguiram construir casas e até comprar carro com o dinheiro liberado, pois tinham, por exemplo, o financiamento para plantar 10

hectares, plantavam 5 hectares e compravam o carro com o restante do dinheiro e como o preço do inhame estava alto, conseguiam pagar antes do fim do período e não eram submetidos a fiscalizações. Além disso, utilizavam-se dos juros altos da poupança: aplicavam o dinheiro e com os juros faziam o roçado.

Nos anos 90, sem crédito, compram os insumos “fiado”, ficam devendo nas lojas de Alhandra, compram mais caro e quando recebem já é para pagar o que devem. No período de entressafra a situação ainda é pior, pois se endividam até para pagar alimentos e muitas vezes o dinheiro não é suficiente nem para pagar as dívidas. Em Mucatu, 65% dos agricultores entrevistados não receberam crédito e os que receberam foram para a fruticultura, tendo como pré-requisito para liberação do recurso possuírem motor de irrigação.

A racionalidade privada dos órgãos que deveriam promover o desenvolvimento sustentável das regiões desfavorecidas parece gerar mais dificuldades para os agricultores. Ao dar prioridade à fruticultura, os órgãos federais e estaduais, responsáveis pelo financiamento e assistência técnica do setor agrícola, ignoram a tradição da região e o costume dos agricultores, fatores de grande relevância para o bom desempenho de atividades econômicas, principalmente, se levar em consideração as características peculiares do homem do campo, ligado ao aprendizado de “pai para filho” e receoso com relação ao novo. Pois, além das dificuldades de acesso ao crédito, muitos agricultores, ligados à tradição, resistem às novas culturas.

No caso do inhame de Alhandra, os produtores que utilizam tecnologias modernas colocam seu produto mais cedo no mercado, no período da entressafra, alcançando maiores lucros do que aqueles que utilizam técnicas rudimentares, pois não conseguem baixar seus preços, pelos custos de produção serem maiores, e perdem na concorrência com os colegas modernizados. Em 2000, a arroba de inhame foi vendida por R\$ 5,00 pela grande maioria dos

agricultores da região; os irrigados conseguiram vender seu produto por R\$ 9,00, aumento de quase 80%. A presença ou não de equipamentos de irrigação nos lotes é um fator importante que determina as diferenças no interior de Mucatu. As terras irrigadas possuem um potencial bem maior de produção e, em consequência, apresentam receitas agrícolas maiores.

Sendo o inhame um produto de grande aceitação no mercado, conhecendo os agricultores as práticas de cultivo há gerações, por que não capacitá-los tecnicamente e oferece-lhes crédito para melhorar seu desempenho, ao invés de impor-lhes novas práticas?

Nos anos 90, sofrendo os impactos da abertura comercial da economia brasileira, a exportação do produto chegou ao fim, bem como a cooperativa passou a enfrentar problemas internos: não conseguiu ganhar a confiança de todos os agricultores, alguns acreditaram haver desvio de dinheiro por parte dos membros da cooperativa, que vendiam o produto separadamente e não repassavam o dinheiro. Pelos depoimentos colhidos, a Cooperativa faliu, basicamente, por motivos políticos. É importante, no entanto, deixar claro, que um levantamento mais detalhado sobre ascensão e queda dessa instituição não foi realizado na presente pesquisa, deixando apenas registrado o depoimento de alguns agricultores.

A fruticultura é, sem dúvida, uma cultura mais rentável. Comparando-se as receitas obtidas com o mamão, por exemplo, com a receita do inhame e do feijão: em um dos lotes observados, o mamão rendeu R\$ 1.000,00 ao ano; o feijão, R\$ 570,00 e o inhame, por conta das pragas, R\$ 38,00.

A fruticultura, contudo, requer altos investimentos, como os sistemas de irrigação, pouco acessíveis para a grande maioria dos agricultores. Como a assistência técnica, os recursos financeiros estão nas mãos dos fruticultores e daqueles que já possuem as condições básicas para manutenção das lavouras. A racionalidade privada dos órgãos que seriam de desenvolvimento regional concentra, cada vez mais, os recursos e agrava as disparidades.

A atividade pecuária, por sua vez, tem pouca expressão em Mucatu: 40% dos entrevistados não possuem nenhum tipo de animal, outros (20%) disseram que tinham animais, mas não vendiam nem consumiam; porém, a grande maioria (75%) apenas consome os animais. A criação predominante é a de aves, principalmente, de galinhas, seguida da de vaca de cria, bezerro, cavalo de monta, caprinos e bovinos, em menor quantidade.

Dos poucos que venderam algum produto animal, todos o fizeram “na porteira”, com frete pago pelo comprador.

A produção derivada é, basicamente, ovos de galinha, que é em sua totalidade consumida pelas famílias. Não há venda de produtos pecuários no PAD-Mucatu, nem tradição pecuária, os animais de maior porte funcionam, muitas vezes, como um tipo de poupança, sendo vendidos com o objetivo de complementar a renda nos períodos de maior crise, para comprar roupas, sapatos, e até mesmo, alimentos.

Além da renda agrícola e da baixa renda pecuária, a aposentadoria e as pensões são fontes de renda de alta representatividade em Mucatu: 55% dos agricultores declararam ser pensionistas ou aposentados. Entre as esposas, esse número é de apenas 25%, talvez pelo fato delas terem uma média de idade bem menor que a dos esposos.

A renda agrícola, contudo, é predominante entre os moradores de Mucatu. Mesmo quando trabalham fora do lote, exercem atividades agrícolas, com jornada de trabalho de 8 horas. É muito comum, em Mucatu, a contratação de trabalhadores dos lotes vizinhos. Em geral, aqueles que possuem as melhores condições, como já foi mostrado, contratam os que estão sem condições para produzir, tendo que trabalhar para complementar a renda da família.

A grande maioria dos trabalhadores de Mucatu dedica-se às atividades no interior do próprio assentamento (95%). Apenas um único entrevistado declarou trabalhar fora de Mucatu, mesmo assim, exercendo atividade agrícola; o fato da terra herdada ter ficado

pequena para o sustento de todos os irmãos fez com que ele procurasse um lote no assentamento vizinho.

As atividades não-agrícolas são muito raras no interior do PAD-Mucatu: um parceleiro apenas exercia atividade desse tipo, alugando seu caminhão em viagens até o município de Alhandra.

Entre as mulheres, o dia de trabalho de 8 horas é dividido entre as atividades nos roçados e os afazeres domésticos, porém, a grande maioria das esposas exerce apenas atividades do lar. Nenhuma das entrevistadas trabalhava fora e só uma exercia atividade não-agrícola, costurando para famílias vizinhas, como uma forma de complementar a renda familiar.

A maioria dos agricultores de Mucatu vende, em média, 95% da sua produção; os principais produtos comercializáveis são inhame, mandioca, feijão, coco e frutas. Entre os produtos de autoconsumo estão o milho, a macaxeira e o feijão.

A comercialização dos produtos agrícolas ocorre, segundo os agricultores, “na porteira”, ou seja, os atravessadores vêm buscar a produção no próprio assentamento, responsabilizando-se por todos os custos de transporte. A produção é vendida logo após a colheita, não havendo nenhum tipo de armazenamento por parte de quase todos os entrevistados, em função da falta de condições físicas, como galpões e armazéns.

Do total da amostra, quatro agricultores não realizam a venda dos seus produtos da mesma forma que os demais, pois levam sua produção para João Pessoa, para CEASA e para mercadinhos e alguns supermercados. Esses produtores estão entre aqueles que apresentam receita bruta acima da média do PAD-Mucatu; pode-se citar o exemplo de três lotes onde se cultiva o inhame irrigado, que apresentam receita líquida de R\$ 10.500,00; R\$ 15.050,00 e R\$

16.900,00; dos quais dois estão em Andreza, área de melhor terreno do assentamento, e um em Mucatu.

As condições de comercialização, como na produção, evidenciam as duas realidades que há em Mucatu; não se pode dizer que os produtores acima estão muito bem de vida ou quase ficando ricos, mas, com certeza, apresentam melhores condições que os demais: possuem seus próprios caminhões, que lhes oferecem condições para venda direta da produção, diminuindo a distância entre o preço pago ao produtor e o pago pelo consumidor.

A falta de condições de comercialização e armazenamento em Mucatu deixa alguns produtores, aqueles que estão sem as condições adequadas para produzir, dependendo dos atravessadores para realizar sua produção. Nessas condições, os intermediários assumem sua função, e esta torna-se a única forma disponível que os produtores encontram de vender seus produtos sem nenhum custo, caso contrário, não teriam como transportar a produção até os locais de comercialização. Tal situação, no entanto, retrata a forma como foi implantado o assentamento, pois nenhuma atividade comunitária foi incentivada pela INCRA, através da Cooperativa ou da Associação, além de os investimentos terem ficado aquém das necessidades.

Pelo que se pode observar nos documentos fornecidos pelo INCRA, o Projeto de Implantação de Mucatu foi elaborado em 1981 (os documentos foram entregues incompletos e sem nenhuma data). Nesse ano, cinco anos após a desapropriação, o projeto já estava parcelado e os agricultores titulados. Somando-se tal fato ao depoimento dos agricultores, tudo leva a crer que os técnicos do INCRA só permaneceram na área até essa data, mesmo Mucatu passando para Projeto de Assentamento após 1987 que, segundo o INCRA, só foi emancipado em 1991.

Os agricultores não têm a menor noção de que um dia fizeram parte de uma assentamento rural; quando falava-se em assentamento, logo respondiam que eram donos, pois já tinham o título da terra. Assentamentos são, para eles, os atuais, que eles chamam de invasões. Essas evidências indicam que o INCRA, então, permaneceu na área até a divisão e titulação dos lotes, não prestando nenhuma assistência até o que seria a emancipação.

Sem terem noção de que passaram por um Projeto de Colonização para Assentamento, os agricultores de Mucatu jamais poderiam reivindicar qualquer coisa do INCRA, não conheciam seus direitos, bem como, tendo recebido logo o título da terra, passaram a agir individualmente, tomando conta do seu pedaço de chão, sem saber que deveriam ainda estar sob a tutela do INCRA, que deveria prover todo o assentamento de escolas, postos de saúde, estradas, assistência técnica, etc.

De acordo com o próprio documento fornecido pelo INCRA, até o exercício de 1981 não houve nenhum investimento do órgão no PAD – Mucatu (Incr, p. 54) e, praticamente, todas as despesas com implantação se resumiram aos custos com seleção e assentamento, topografia e assistência técnica aos beneficiários, como mostra o quadro seguinte; porém, aí se abriu uma lacuna de 10 anos sem qualquer investimento, até a emancipação. Não houve, pois, qualquer atividade que preparasse os agricultores para “caminharem com as próprias pernas” após a emancipação, como a formação de uma associação que realizasse coletivamente atividades de produção e comercialização, por exemplo, o que teria fortalecido socioeconomicamente os agricultores, como será visto mais adiante.

QUADRO III
CUSTOS DE IMPLANTAÇÃO (CR\$)

ESPECIFICAÇÕES	1979	1980	1981	TOTAL
Seleção e assentamento	270.000	350.000	-	620.000
Topografia	-	498.194	-	498.194
Assistência técnica	380.000	500.000	900.000	1.780.000
TOTAL	650.000	1.348.194	900.000	2.898.194

Fonte: INCRA (valores aproximados)

É comum os agricultores falarem do “tempo do INCRA”. Dizem que na desapropriação a assistência do INCRA foi boa; dos entrevistados, 65% afirmaram ter sido boa, apenas dois não fizeram parte dessa época. Muitos caracterizaram boa a atuação do INCRA pelo fato de terem recebido a terra.

“Era bom, porque eles diziam que iam dá terra para a gente. Era tudo terra da cana e se iam dá pra gente era uma boa”.

“Bom, porque cortou os terrenos e deu para cada um o seu. Não tinha que sair nas segundas para pagar a terra. Todo ele agora trabalha para si mesmo, não vai mais para mata, o INCRA foi bom”.

“Foi bom, porque a gente ficou com a liberdade de trabalhar que no tempo do proprietário não tinha. Depois que eles vieram e financiaram não voltaram”.

“o INCRA mediu a terra, levou o povo para o banco, mas depois o povo ficou sozinho, não recebeu nenhuma orientação, a gente sempre plantou por conta própria.”

Pelo que se pode perceber, o “tempo do INCRA” para eles é até a titulação, em 1981.

O resultado da forma como se deu a atuação do INCRA em Mucatu é que, hoje, após 10 anos da emancipação, ainda se encontram agricultores que declararam não ter condições de vender sua produção, plantando apenas para comer.

Se as devidas condições tivessem sido implantadas em Mucatu, se todos os agricultores tivessem recebido o crédito para equipamentos modernos; se as estradas tivessem sido construídas em todas as áreas do assentamento; enfim, se a atuação do INCRA tivesse sido como rege a Política de Assentamento, respeitando todas as fases de investimentos até a emancipação, talvez os agricultores de Mucatu tivessem condições de produzir e comercializar seus produtos, quem sabe, até coletivamente.

A realidade presenciada em Mucatu serve para mostrar, de certa forma, que o problema da agricultura do Nordeste não é a falta de chuva, como afirma o senso comum. Os problemas do setor agrícola do Nordeste vão muito além das limitações naturais: a região de Mucatu não é seca, no solo de tabuleiro há condições de se implantar técnicas modernas; lá havia todas as condições para que o Projeto de Colonização/Assentamento tivesse dado certo, mas, na realidade, deu certo apenas para alguns, pois não houve um órgão que atuasse forte e corretamente na área, a fim de promover o desenvolvimento equilibrado entre os diversos lotes; pensou-se, apenas, em resolver o conflito social que assumiu grande relevância política e que poderia incentivar outros conflitos.

O maior problema da agricultura do Nordeste e o de Mucatu, especificamente, é, dessa forma, a falta de compromisso e de vontade política das autoridades do país, escondidas sob a desculpa da falta de chuva.

Nos anos 90, os efeitos das mudanças ocorridas no cenário internacional e na economia brasileira podem ser percebidos, claramente, em Mucatu. Acabaram-se as

exportações do inhame, ficando o mercado limitado às feiras do próprio estado, houve a queda do preço dos produtos agrícolas e os agricultores perderam o crédito.

A situação atual de Mucatu é de completo abandono, é o retrato do modelo da agricultura brasileira: vindo num longo caminho dividido por grandes plantações de bambu de um lado e grandes lavouras de cana-de-açúcar do outro, pertencentes ao grupo pernambucano João Santos e à Usina Tabu, respectivamente, chega-se a Mucatu, onde se percebe a mudança de cenário: muitos pequenos lotes com pequenos roçados de alimentos.

Nessa área, agricultores familiares endividados venderam parte dos seus lotes ou os lotes inteiros para pagarem as dívidas; outros arrendam parte do lote para trabalhadores do próprio assentamento; há lotes divididos por herança, super lotados, com várias famílias cultivando o mínimo necessário para sobrevivência. No meio desses lotes, granjas de lazer de famílias da capital, com grandes casas, jardins, churrasqueiras e piscinas nelas trabalhando como caseiro o antigo dono da terra.

Para os que fazem parte dessa realidade:

“A agricultura era graúda, agora, afracou de vez”.

“No começo do real ainda foi bom, mas para o lado da agricultura o mais falido é no tempo de Fernando Henrique. No tempo de João Figueiredo todo mundo pegava dinheiro. Eu queria ter o poder de chegar junto dele e dizer direitinho o que é a agricultura e o que a gente passa aqui”.

“No tempo do cruzeiro era melhor. No tempo do Real é pior, o produto não tem preço. Por causa do desemprego, se todo mundo tivesse trabalho, o nosso produto tinha preço, o pessoal podia comer”.

Como já foi falado anteriormente, os agricultores nunca se viram vivendo num assentamento de reforma agrária, mas na própria terra conquistada. Assentamento para os trabalhadores de Mucatu são as chamadas “invasões”, vistas como um problema para eles, que são os agricultores, que vivem da terra.

“A agricultura acabou e quem acabou com a agricultura foi a invasão de terra. Só é para onde o governo olha”.

“A Emater só vai nos assentamentos e não vem aqui”.

Também reclamam que após essas invasões de terra ninguém quer mais vender o dia de trabalho e falta mão-de-obra para ajudar na lavoura.

“Para a invasão dão dinheiro e eles não trabalham e a gente que trabalha não tem dinheiro”.

Dos entrevistados, 80% afirmavam não ter havido aumento da renda e que estão em piores condições de vida após a emancipação. As principais dificuldades enfrentadas atualmente, apontadas pelos agricultores, foram as seguintes: falta de crédito, baixo preço dos produtos agrícolas, doenças nas lavouras, juros baixos da poupança e juros altos dos empréstimos, falta de assistência técnica, condições precárias das estradas, falta de trabalhadores.

“O governo libera para a agricultura, mas só chega na mão do grande e é o que mais deve. A gente se for lá no banco a dificuldade é grande”.

“O preço do produto é baixo, sem condições de produzir o banco não libera e se tirar não consegue pagar”.

O que foi observado leva a crer que as políticas não foram devidamente aplicadas para a grande maioria dos agricultores de Mucatu e que o assentamento foi emancipado sem os investimentos previstos na Política de Assentamento.

3.4.5. Tecnologia da produção.

O modo de produzir em Mucatu ainda é bastante tradicional e rudimentar, a modernização da agricultura pode ser representada apenas pelo uso do trator, que é utilizado por 65% dos agricultores que compõem a amostra da presente pesquisa. A maioria dos agricultores utiliza tratores alugados, e aqueles que não utilizam é por não terem condições de pagar os aluguéis.

Os problemas enfrentados pelos agricultores na produção são semelhantes àqueles já comentados na comercialização, ou seja, não foram criadas as condições para a produção de forma coletiva através da associação.

Os agricultores de Mucatu seguem o exemplo clássico de muitos dos assentamentos rurais da atualidade no país: não possuem nenhum tipo de organização coletiva. Não há nenhuma forma de planejamento da produção, compra de insumos e, principalmente, de comercialização, coletivamente.

A associação que há em Mucatu é vista como uma mera forma de receber o pouco crédito que ainda há, já que a existência de associações é exigida pelos órgãos que prestam, ou deveriam, prestar assistência aos assentamentos como um dos pré-requisitos para liberação dos recursos. Pelo que se pode perceber, a associação nunca foi pensada como uma forma de

fortalecimento do assentamento, o qual, que de maneira coletiva, poderia alcançar melhores formas de comercialização e de compra dos insumos, por exemplo. Ao contrário, a associação foi pensada apenas como um veículo para conseguir benefícios pessoais.

Segundo uma entrevistada, residente em Mucatu desde a luta pela conquista da terra, *"a antiga associação tinha mais gente, mas na covardia era a mesma"*. Demonstrando todo descrédito que lá existe acerca de uma organização produtiva coletiva.

Nos anos 90, a situação da associação se agravou após brigas internas entre os agricultores. Segundo os depoimentos, a antiga secretária aproveitou-se da associação para eleger-se vereadora do município de Alhandra, rompendo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alhandra, parceleiro de Mucatu com grande influência entre os residentes, dividindo, assim, os agricultores.

Resultado: aqueles que apoiavam a antiga secretária se afastaram e não participam mais nem das reuniões. Numa reunião marcada no terraço de uma casa, pois não há uma sede, apenas quatro agricultores compareceram. Um desses dizendo participar das reuniões, mesmo com pouca gente, porque tinha acabado de receber um motor para irrigação do seu roçado de mamão.

Pode-se afirmar que a associação de Mucatu não tem nenhuma representatividade junto à grande maioria dos agricultores, sendo até mal vistos aqueles que dela fazem parte. É comum escutar: *"o que vale é trabalhar e não participar de associação"*. Numa área dividida em 184 parcelas, apenas 55 parceleiros faziam parte da associação em 1999.

Até mesmo em relação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais se nota certa resistência por parte dos agricultores. Os que participam do sindicato são os aposentados e pensionistas, dizendo fazer parte por causa da aposentadoria. Dos entrevistados, 40% dos chefes de família

não fazem parte do sindicato, sendo maior a rejeição entre as mulheres, apenas quatro das entrevistadas eram sindicalizadas e dessas só uma fazia parte da associação. Foi muito comum a seguinte resposta: “do sindicato sim, mas da associação não”, mostrando o que foi dito anteriormente acerca da associação.

Uma associação atuante poderia ter difundido mais as tecnologias modernas entre os agricultores e não concentrado nas mãos de alguns que têm condições de pagar os aluguéis; até para esses a situação estaria melhor, pois seus custos de produção seriam bem menores.

Para Ramos (2000:184), a prática do trabalho coletivo, que implica em discussões e decisões grupais, é muito difícil para os agricultores, dado o histórico de anos de subordinação, aliado aos baixos níveis de escolaridade. Caberia aos órgãos responsáveis pela implantação e, mais tarde, pela emancipação dos assentamentos, despertarem a consciência sobre a importância do trabalho coletivo entre os assentados, uma vez que este torna-se fator determinante do bom funcionamento do assentamento e de uma melhor qualidade de vida para o homem do campo.

Retomando os aspectos da tecnologia de produção utilizada em Mucatu, equipamentos como o arado de tração animal não têm nenhuma utilização na área, porém, ainda é grande o número de agricultores que utilizam os equipamentos agrícolas mais básicos como a enxada, usada por 100% da amostra.

O uso de defensivo químico é mais generalizado nas lavouras de inhame, feijão e mamão; apenas cinco agricultores não utilizavam nenhum tipo de defensivo antes da emancipação dos assentamentos. Esses mostram ter consciência dos danos causados pelo uso do produto, mas declaram que sem os venenos “não tem renda”.

“Só depois que passou na televisão é que entendi os problemas do veneno, complica a saúde”.

“Vejo na televisão reclamando do veneno, mas se não botar não dá nada”.

O uso do adubo orgânico é menor que do adubo químico, em decorrência do alto preço, R\$ 500,00 a carrada. O adubo orgânico é usado por 65% dos agricultores entrevistados e o químico por 90%, apenas dois agricultores disseram não utilizar nenhum tipo de adubo.

Todos os produtores de mamão utilizam o adubo orgânico e defensivos químicos, que também são bastante utilizados nos roçados de inhame e graviola. É no inhame e no mamão onde também ocorre o maior uso de adubo químico, seguido pelas lavouras de feijão, mandioca, graviola, acerola e banana. A grande maioria utilizava antes da emancipação, exceto os produtores de fruta, por ser uma cultura relativamente nova.

Todos os parceiros que possuem terrenos acidentados (75%) declararam plantar em curvas de nível ou “atravessado”, seguindo as orientações dos técnicos do INCRA, quando atuavam na área; no entanto, apenas um demonstrou preocupação com o desgaste do terreno, dizendo fazer revezamento entre as áreas que utilizava e não utilizava defensivos químicos, e outro afirmou trabalhar com algum tipo de equipamento de proteção.

A semente é própria de todos os agricultores entrevistados. Seis, além da sua própria semente, compra de comerciantes nas feiras e um de outro produtor de fora do assentamento.

As limpas são realizadas em sua maioria mais de quatro vezes ao ano, em 65% dos casos; apenas um agricultor disse só realizar uma limpa ao ano.

Quanto à mão-de-obra utilizada, a familiar é predominante em Mucatu; a contratação de mão-de-obra externa ocorre nos períodos que requerem uma maior quantidade de trabalho, sendo contratados trabalhadores do próprio assentamento. Trabalha-se, em média, quatro pessoas por família e quatro contratados. O dia de trabalho custa R\$ 8,00.

A mão-de-obra familiar é utilizada em todas as etapas do processo produtivo e a externa também, em sua maioria, é contratada para todas as etapas. Apenas três agricultores

contratam mão-de-obra externa para uma etapa só: um na colheita, outro no plantio e o terceiro para o preparo do solo; porém, a contratação só ocorre quando há recursos, caso não tenham dinheiro disponível são os familiares que realizam todo o trabalho, envolvendo as crianças e as mulheres no processo de trabalho.

3.4.6. Qualidade de vida em Mucatu.

Como nos aspectos econômicos, Mucatu também apresenta disparidades quanto a qualidade de vida entre os diversos lotes. Não que existam lotes muitos ricos e outros paupérrimos. Os paupérrimos existem, mas não os muito ricos; existem sim, aqueles que alcançaram melhores padrões de vida que a maioria; padrão de vida que está diretamente relacionado com as condições de produção dos proprietários de cada lote.

O tipo de construção que predomina no assentamento emancipado são pequenas casas de alvenaria, ainda podendo-se encontrar muitas casas de taipa nas áreas mais pobres. Quase metade dos entrevistados (45%) tinha casa de taipa e só construíram suas casas de alvenaria há menos de 10 anos, ou seja, após a emancipação.

Dos 20 parceiros entrevistados, em apenas três lotes foram encontradas cercas, todas construídas após a emancipação e só um tinha garagem, galpão e poço. Uma casa de farinha foi encontrada em um lote, também construída recentemente.

Todos os entrevistados tem acesso à água. A forma mais comum de acesso à água ainda é “carregando na cabeça” dos rios e cacimbas. Uma minoria possui os motores para puxar água até às casas e desses, alguns mantêm seus motores desligados por conta do alto custo com o diesel. Todos os motores passaram a ser utilizados na década de 90, após a implantação das redes de energia elétrica.

Sobre o acesso à água, houve reclamações quanto às nascentes dos rios fiscalizadas pelo IBAMA. Reclamaram por estarem próximos da água e não poderem utilizá-la na plantação.

“O bambu na beira do rio é cortado, porque o homem tem dinheiro e a gente, se for plantar paga multa; onde tem água ninguém pode trabalhar. Tem que pagar o óleo e o motor para ter água e é caro. O que o homem ganha com isso, é tudo dado por Deus?”.

Mais uma vez, percebe-se a ineficiência da atuação dos órgãos públicos frente às atividades do campo brasileiro. Como pode-se, simplesmente, proibir o uso da água numa região que vive da agricultura e que, obviamente, a água é de fundamental importância para manutenção das lavouras? Seguindo a onda da propagação do conceito de sustentabilidade, órgãos como o IBAMA falam constantemente de preservação da natureza em prol do desenvolvimento sustentável, mas esquecem que o conceito de desenvolvimento sustentável está relacionado a um caráter multidimensional, ou seja, abrange os aspectos sociais, políticos, econômicos e ambientais.

Nesse sentido, priorizam os aspectos naturais, preservam a natureza, mas não preservam o homem. Ao invés de impedir o uso da água, os agricultores poderiam ser treinados para utilizá-la de maneira não predatória, pois é do seu próprio interesse deixá-la para as gerações futuras, que continuarão dependendo da terra e da água para sobreviver.

A forma de saneamento mais comum é a fossa: 35% das casas observadas ainda possuem banheiro fora de casa e dois dos entrevistados disseram usar “o mato”, mostrando, mais uma vez, as disparidades que ocorrem no interior do assentamento. Dos banheiros dentro de casa, 63% foram construídos após a emancipação.

Toda região do PAD – Mucatu recebeu energia elétrica do Projeto Cooperar do governo do estado nos anos 90; porém, em algumas áreas, como a região mais baixa de Mucatu, ainda não há energia elétrica e em um lote a energia é puxada do vizinho.

Com a chegada da energia elétrica e as facilidades do crédito ao consumidor do início do Plano Real, o uso de eletrodomésticos se generalizou entre os moradores de Mucatu. Em quase todas as casas encontram-se antenas externas de televisão, além da televisão, os eletrodomésticos mais usados encontram-se na seguinte ordem: Tv colorida e geladeira (em 90% da amostra); fogão a gás (85%); aparelho de som (80%); liquidificador (75%); ferro de passar (70%); ventilador (30%); antena parabólica (10%);. Vídeo cassete e máquina de lavar foram encontrados na casa de um agricultor, que recebeu de presente dos filhos que trabalham em Recife, um como técnico em telecomunicações e outra como professora. Apenas uma das famílias entrevistadas não possui nenhum tipo de eletrodoméstico e duas ainda utilizam fogão a lenha.

Moto e automóveis do tipo utilitário, como pampa e F-4000, a maioria com mais de 10 anos, são os mais utilizados. As motos, no entanto, são de modelos mais novos, quase todas dos anos 90.

As estradas de Mucatu, por sua vez, encontram-se em péssimas condições; há regiões onde não se consegue chegar de carro, pois a estrada foi destruída pelas chuvas e nunca reconstruídas. As piores estradas são as de Mucatu, justamente nas áreas que apresentaram as piores condições econômicas e de qualidade de vida. Percebe-se, então, que um conjunto de fatores é responsável pelas diferenças no interior do assentamento e que um está diretamente relacionado ao outro; porém, todos têm sua origem na inadequação das políticas públicas.

Quanto às condições de educação dos moradores de Mucatu, dentre os chefes de família entrevistados, nenhum tem o primeiro grau completo e 40% declararam, muito

constrangidos, não assinarem nem o nome. As mulheres apresentam grau de instrução melhor que dos respectivos maridos, no sentido de que é maior o número de mulheres com primeiro grau incompleto, 56,25%; 18,75% apenas assinam o nome, e 25% não assinam o nome.

O grau de instrução dos filhos é melhor que dos pais; nas declarações é possível observar a consciência sobre a importância dos estudos dos filhos, quando, geralmente as mães, mostram as dificuldades enfrentadas pelos filhos para estudar, mas dizendo que “tem que ser”, porque “sem estudo é pior”. Muitas crianças andam até 5 Km até chegarem nas estradas de Andreza onde esperam o transporte da prefeitura, de Alhandra que as levam até as escolas, tendo que sair de casa às 10 horas da manhã para assistir aula à tarde, perdendo tempo do descanso, do lazer e das brincadeiras necessários ao bom desenvolvimento de qualquer criança.

Cinco das famílias entrevistadas têm filhos com o segundo grau completo e até um com o terceiro grau completo, mas o pai não soube explicar qual a faculdade do filho. No assentamento só há grupos escolares de ensino fundamental, em condições precárias. Para os alunos de segundo grau, a viagem tem que ser maior, até a escola pública de Alhandra e, por serem as vagas dessa limitadas, às vezes têm que ir para João Pessoa.

Os filhos maiores de idade, principalmente as mulheres, moram fora do assentamento, em Alhandra ou João Pessoa, onde trabalham como técnicos, ambulantes, domésticas, agentes de saúde e funcionário público. As crianças, mesmo estudando, ajudam na agricultura.

Se há escolas de ensino fundamental, mesmo em péssimas condições, não há nenhum posto de saúde em Mucatu. Para ter atendimento médico-odontológico, os agricultores e seus familiares se deslocam até o Hospital Municipal de Alhandra e, nos casos mais graves, até João Pessoa, a 40 Km de Mucatu. A partir dos anos 90, a população de Mucatu conta com a assistência do Programa do Ministério da Saúde, do Agente de Saúde, que consiste num

trabalho de prevenção e orientação junto às famílias rurais, através de visitas domiciliares, quando orientam sobre higiene, alimentação, nutrição, gestação, amamentação, etc.

Mesmo tendo que enfrentar desafios como a influência dos curandeiros frente à população, que muitas vezes acredita mais no poder das rezadeiras que nos medicamentos indicados pelos agentes de saúde, o trabalho dos agentes vem alcançando bons resultados em toda zona rural, principalmente, no combate à mortalidade infantil.

Com a grande maioria dos agricultores trabalhando constantemente com defensivos químicos sem nenhum tipo de proteção apropriada, os trabalhadores de Mucatu estão, freqüentemente, correndo o risco de contraírem doenças comuns nesses casos, como o cansaço crônico, perturbação no sono, poucos dentes ou ausência deles, diarreia, tosse seca, alterações na visão, etc. e não possuem a devida assistência médica.

O assentamento Mucatu, tido de início como Projeto de Colonização e depois como projeto de Assentamento Dirigido, subentendendo-se ter passado por todas as etapas de investimentos previstas pela Política de assentamento de 1987, após dez anos de sua emancipação foi encontrado enfrentando inúmeras dificuldades, relativas a má aplicação das políticas públicas, carente das condições básicas de auto-sustentação.

Enfim, pode-se perceber um grande contraste em Mucatu. Economicamente, são grandes as reclamações quanto aos entraves para produção, comercialização dos produtos e sustento das famílias. No entanto, quanto aos aspectos de qualidade de vida, algumas melhorias foram percebidas após a emancipação; geralmente, devidas aos programas de governo aplicados no meio rural, não as condições deixadas pelo INCRA no ato da emancipação.

Com instalação da energia elétrica, os agricultores passaram a utilizar o motor de irrigação; as facilidades de crédito do Plano Real tornaram possível a aquisição de

eletrodomésticos pela grande maioria dos moradores de Mucatu; e quase metade dos entrevistados (45%) teve condições de construir suas casas de alvenaria com banheiros dentro do casa, o que representa certa elevação da qualidade de vida.

No que diz respeito a saúde e educação, os filhos possuem níveis de instrução maiores que dos pais e Programas como os Agentes de Saúde vem alcançando bons resultados, principalmente, quanto a saúde infantil e queda de mortalidade.

Esse contraste entre as dificuldades de produção de um lado (80% afirmou ter tido queda de renda nos anos 90), e alguma melhoria no padrão de vida do outro, mostra o quanto o meio rural é vulnerável aos impactos da economia nacional e, ainda, como é dependente da presença forte do Estado. Nas áreas em que alguns programas foram implantados, os bons resultados são notórios, bem como, onde foram ausentes, os resultados aparecem na forma de dificuldades para os agricultores.

A carência do meio rural, seja econômica ou social, é tanta, que não basta um programa de Agentes de Saúde, por exemplo. É necessário políticas que somem os diversos aspectos da vida rural, não apenas que supram necessidades imediatas, mas que visem mudanças estruturais de longo-prazo.

Afirmar, contudo, que houve melhoria de qualidade de vida em Mucatu não quer dizer que seus moradores estão vivendo de forma digna. É preciso deixar bem claro que algumas políticas amenizaram certas situações, como a falta de energia elétrica, mas que ainda é pouco, não apenas para realidade restrita de Mucatu, mas para o campo brasileiro.

Mesmo com o descaso por parte dos órgãos públicos houve certas melhorias sociais em Mucatu, o que leva a crer que, caso a atuação dos governos fossem de forma comprometida com o bem-estar rural, caso os investimentos previstos tivessem sido

realizados em Mucatu, o homem do campo estaria, verdadeiramente, produzindo e vivendo em condições dignas de seres humanos.

Certo que sustentabilidade e emancipação são discursos próprios dos anos 90, não podendo ser, até certo ponto, cobrados em Mucatu, mas considerando sua situação de abandono e sendo este um assentamento tido como emancipado, leva as seguintes reflexões:

- 1) Se Mucatu, desapropriado em pleno regime militar, quando o Estado brasileiro atuava diretamente na economia brasileira, depois de emancipado, ficou entregue à própria sorte, sem condições nenhuma de auto-sustentação, qual será o futuro dos atuais assentamentos de reforma agrária do país, submetidos às políticas neoliberais, que dão destaque ao mercado e procuram, ao máximo, retirar os assentamentos o quanto antes da tutela do governo, antecipando sua emancipação?
- 2) Qual será o futuro dos homens do campo que fazem parte dos beneficiários dos atuais programas de reforma agrária, que apenas desapropriam as terras, fortalecendo o mercado fundiário, e cortam verbas de programas como o PROCERA, o PRONERA e o Lumiar?

Mucatu demonstra que fazer reforma agrária não é desapropriar terra, esse é apenas o primeiro passo. Os assentamentos rurais podem ter uma função no desenvolvimento rural sustentável desde que a implantação do assentamento venha acompanhada de políticas de investimento que dêem as condições de auto-sustentação ao assentamento e aos que nele vivem.

O descaso com uma política de reforma agrária sem as devidas políticas agrícolas complementares pode torná-la um mero assistencialismo do governo federal, não contribuindo em nada para a real modificação da estrutura concentrada do campo brasileiro, com o único objetivo de controle dos conflitos sociais.

Mesmo com os vários programas de reforma agrária que vêm sendo implementados ao longo da história, se esses programas continuarem sendo feitos da maneira que ocorreu em Mucatu, pode-se afirmar que a tendência não é o desenvolvimento rural sustentável nem a fixação do homem no campo, mas a reprodução da miséria e da dependência que secularmente marcam o campo brasileiro.

“É preciso pensar a reforma agrária do ponto de vista social, como defende Martins e, assim, abrir a possibilidade de redução da miséria e de integração social de boa parte dos trabalhadores excluídos, em condições mais dignas de sobrevivência. Porém, não se pode parar por aí. É preciso também pensar a reforma agrária do ponto de vista econômico, não apenas das áreas de assentamentos rurais, mas também das milhares de unidades de camponeses de produção espalhadas pelo campo brasileiro. Mas é preciso fazê-lo sobre uma outra perspectiva que não a do grande proprietário, criando condições concretas para que esse desenvolvimento se efetive. Tal medida promoveria a dinamização da economia local, criaria empregos indiretos e beneficiaria uma parcela da sociedade que não está envolvida diretamente com a questão da reforma agrária. Afinal, não é de hoje que sabemos que a reforma agrária é uma luta de todos” (Ieno Neto e Barnat, 1998: 99).

3.5. Considerações finais.

O espaço agrário paraibano teve, desde o início, sua formação vinculada às atividades de acumulação do capital, atividades essas que assumiram um caráter, puramente, capitalista após os anos 60, com a política de modernização da agricultura.

Na Paraíba, a modificação da base técnica ocorreu, basicamente, através dos incentivos do PROÁLCOOL. Com esse programa, as lavouras de cana-de-açúcar que se

encontravam nas áreas favoráveis, nas várzeas do litoral norte, estenderam-se até o litoral sul, pois o uso do calcário na correção da acidez do solo de tabuleiro permitiu a instalação dessa cultura na região.

Essa é a importância que as novas técnicas adotadas a partir dos anos 60 assumem frente ao presente estudo, pois, onde estavam os moradores praticando sua policultura alimentar foram instaladas lavouras de cana-de-açúcar, plantações de bambu e pastos para o gado criado extensivamente. Daí, como uma forma de defesa, os agricultores passaram a resistir às expulsões de terra, seu único meio de sobrevivência.

Pode-se, assim, afirmar que o conflito em Mucatu é um bom exemplo para demonstração da expansão do capital no meio rural, uma vez que esse, ao implantar técnicas poupadoras de mão-de-obra e relações de trabalho puramente capitalistas, expulsa o homem do campo e, em última análise, concentra, ainda mais, as terras.

Além disso, o estudo em Mucatu mostra outra realidade perversa do campo: a atuação ineficiente dos órgãos públicos no meio rural brasileiro.

Ao se analisar a realidade econômica de Mucatu, assentamento emancipado no início dos anos 90, percebeu-se, primeiramente, as diferenças de condições entre os diversos lotes, o que evidencia a forma como as políticas, chamadas de reforma agrária, foram implementadas, isto é, os lotes foram distribuídos e o crédito de custeio oferecido, num primeiro momento; mas, pouca assistência técnica prestada, e poucos investimentos previstos no projeto de implantação realizados.

A atuação dos órgãos federais foi no sentido de sanar um grave conflito rural em plena ditadura militar, e não de criar em Mucatu as condições necessárias para que os agricultores tivessem condições mínimas de sobrevivência. A desapropriação por interesse social foi apenas no sentido de manter a ordem, de não fazer com que o conflito de Mucatu abrisse

precedente para outros e não no sentido de melhorar as condições de saúde, educação, moradia dos trabalhadores rurais e suas famílias.

Como resultado, no fim dos anos 90, a realidade de Mucatu retrata a realidade da agricultura familiar brasileira como um todo: vítimas das políticas neoliberais, do fim do PROCERA, da falta de assistência técnica e de investimentos de infra-estrutura básica, os agricultores de Mucatu se encontram entregues à própria sorte, passando por dificuldades. Caso fossem bem assistidos, poderiam superar esses problemas e ter melhores condições de produção, comercialização e, principalmente, de vida.

Apenas alguns tiveram oportunidade de alcançar condições dignas de vida, o que não significa que estão em ótimas condições; porém, a grande maioria está em pleno estado de abandono. Enfim, a emancipação de Mucatu ocorreu como uma maneira de reduzir os custos que esse representava no orçamento do INCRA, e não por esse já ter alcançado as condições necessárias de auto-sustentação, como rege a Política de Assentamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo a análise realizada no presente trabalho, como já foi lembrado várias vezes, a questão agrária brasileira, que se agravou nos anos 90, é resultado de um processo de concentração da propriedade fundiária, que vem sendo formado há 500 anos; tendo relação direta com o avanço das relações de produção capitalistas no campo. Isso porque, de acordo com esse modo de produção, o requisito básico para acumular capital é afastar o trabalhador do seu meio de produção, para que esse se torne apenas um vendedor da sua força de trabalho. No campo, isso significa afastar o homem da terra e concentrá-la, para daí alcançar os lucros desejados.

Sendo assim, ao longo da história brasileira, as bases para a concentração fundiária vêm sendo firmadas pelo Estado, uma vez que o Brasil já foi colonizado para servir aos interesses do capital mercantil, e assim continuou fazendo com o capital industrial e, nos anos 90, com o capital financeiro. Esse aspecto pode ser percebido através de inúmeras legislações e Programas lançados pelos governos brasileiros que, se dizendo de reforma agrária, beneficiaram apenas alguns privilegiados que detinham o poder econômico e político.

O primeiro desses programas foi lançado ainda no Brasil Império, a Lei de Terras de 1850, quando a única forma de aquisição das terras passou a ser a compra. Interessante lembrar que essa Lei foi lançada no mesmo ano do fim do tráfico negreiro; como estava na iminência dos negros se tornarem livres, o Estado brasileiro logo tomou as providências para que esses não tivessem acesso às terras onde trabalhavam.

Com o advento da República, o processo de concentração das terras continuou. Nos anos da República Velha se instalou a chamada Ditadura do Latifúndio, um dos momentos

de pico da formação do latifúndio no Brasil, com o controle total das terras nas mãos da oligarquia rural.

Até os anos da República Velha, no entanto, o campo não era visto como um problema, a concentração das terras e a pobreza do seu povo ainda não tinham representado nenhum entrave para o capital nacional. Com a crise de 1929, o Brasil se viu obrigado a mudar seu padrão de desenvolvimento, pois o mercado mundial não se encontrava em condições de absorver a produção agroexportadora do país.

Assumindo o Brasil um novo padrão de desenvolvimento voltado para a modernização nacional, o campo brasileiro passou a assumir funções junto ao novo projeto nacional; suas estruturas passaram, então, a ser vistas como um problemas – surgindo, daí, a chamada questão agrária.

Foi, então, quando se procurava explicar as causas do atraso da agricultura, nos anos 50 e 60, que se desenvolveu o primeiro grande debate acerca dos problemas do campo: os adeptos da tese feudal defendiam que o atraso do campo era em decorrência dos seus resquícios feudais e do latifúndio e os adeptos da tese do subdesenvolvimento capitalista viam o baixo poder aquisitivo da população do campo como principal causa do atraso, pois essa impediria a formação de um mercado interno.

Mesmo com todo esse debate ocorrendo entre os teóricos de esquerda, nos anos do nacional desenvolvimentismo, as políticas públicas voltadas para o campo foram baseadas em Programas de Colonização, que trataram de preencher os espaços vazios e não de distribuir as terras já concentradas.

Após 1964, todo o debate de esquerda foi encerrado e qualquer proposta de reforma agrária vista como subversão. A teoria da modernização ganhou espaços entre os tecnocratas do governo militar, e passou a influenciar as novas políticas para o campo, baseadas na mudança da base técnica.

Pode-se dizer que, após a Velha República, foi nos anos da ditadura militar que ocorreu um segundo momento de pico da formação do latifúndio nacional. As políticas agrícolas de modernização da base técnica foram concentradas nas grandes propriedades, às quais eram destinados o crédito fácil e barato e os subsídios governamentais. Com a formação dos CAI's, a agricultura se tornou, definitivamente, um ramo da indústria e as relações capitalistas de produção passaram a predominar no campo.

Como legado dessas políticas e da forma como foram aplicadas, os trabalhadores que viviam como moradores ou arrendatários foram expulsos das terras, passaram a migrar para as cidades, e os que optaram por permanecer no campo, já ficaram submetidos ao trabalho temporário, migrando sempre em busca de trabalho.

Em meados dos anos 80, com o fim da ditadura militar e da repressão, a questão agrária voltou a tomar espaço no debate nacional e novos movimentos sociais de trabalhadores rurais foram organizados, como uma resposta do homem do campo ao descaso em relação às suas péssimas condições de vida. No Programa Nacional de Reforma Agrária, de 1987, e na Constituição, de 1988, mais uma vez, o latifúndio ganhou todo respaldo do estado e saiu vitorioso. Os programas, mesmo num governo civil, continuaram se afastando em muito dos seus objetivos e privilegiando apenas alguns.

É nos anos 90, no entanto, que a questão agrária assume um caráter emergencial, como reflexo de todo processo de formação do latifúndio, avanço do capitalismo no campo e, por outro lado, expulsão do trabalhador rural das suas terras e falta de condições de produção na agricultura familiar. As mudanças ocorridas no cenário mundial e nacional só vieram a agravar tal situação; o campo brasileiro, a partir, principalmente, de 1997, entra em ebulição, com um número de invasões de terras e conflitos pela posse da terra nunca antes visto.

Em resposta, o governo federal lançou uma série de programas de cunho neoliberal para diminuir a tensão social no campo, com destaque, para o Programa de Assentamento Rural, que realizou o maior número de desapropriações e assentamentos de terras da história do país, mas que em nada modificou a estrutura fundiária, extremamente, concentrada. Mesmo assumindo o discurso de reduzir as atividades que interferissem diretamente na economia, o Estado continuou dando respaldo ao latifúndio, porém, não mais incentivando as atividades do capital, mas deixando-o agir livremente, de acordo com as leis de mercado.

Nessa realidade dos anos 90, percebe-se Mucatu como um exemplo da atuação dos órgãos públicos no meio rural brasileiro. Tido como Projeto de Colonização e, depois de 1987, como Projeto de Assentamento, Mucatu foi emancipado em 1991, sem que os investimentos previstos tivessem sido realizados. Com isso, apenas alguns produtores se encontram em condições de produzir e comercializar seus produtos, mesmo passando por dificuldades, e outros em total abandono.

Dependentes dos recursos financeiros oferecidos pelo governo, os agricultores apontam como principal dificuldade o corte do crédito nos anos 90, visto que perderam os recursos do PROCERA e não têm acesso ao PRONAF, frente a todas as dificuldades para a liberação desses recursos, vistas no segundo capítulo.

Com problemas de falta de nutrientes do solo e pragas, os produtores não recebem assistência técnica de órgãos como a Emater, que mesmo tendo escritório no município de Alhandra, atende apenas os agricultores que receberam algum financiamento, a minoria; além de enfrentarem problemas como as péssimas condições das estradas, a distância das escolas, dos postos de saúde, etc. Dessa forma, as dificuldades enfrentadas pelos agricultores de Mucatu aparecem como uma amostra sucinta da realidade da agricultura

familiar brasileira e permitem que os seguintes questionamentos sejam feitos acerca dos programas de reforma agrária lançados nos anos 90:

1º) os assentamentos dos anos 90 vêm sendo implantados sem que haja nenhuma modificação de posse da terra. Tudo leva a crer que se não houver conflito não há assentamento, não passando de mero assistencialismo do governo federal, como também foi feito em outras épocas. Resolve-se o problema de imediato. O conflito social, que tanto perturba, acaba, não se mexe com a estrutura fundiária e ainda o governo compra as terras, valorizando-as. Sai ganhando, mais uma vez, o proprietário de terra.

2º) levando-se em consideração que Mucatu passou de Projeto de Colonização para Assentamento e, nos anos 90, foi encontrado enfrentando inúmeras dificuldades, pergunta-se: qual será o futuro dos assentamentos dos anos 90, regidos por políticas neoliberais e já submetidos a cortes do orçamento do INCRA, ao fim do PROCERA, do LUMIAR, etc?

Aqui não cabe responder tais questionamentos, apenas se pretende deixar como reflexão para futuros estudos. O que cabe como conclusão desse trabalho é que Mucatu demonstra que reforma agrária não é distribuição de terras, como vem sendo feito. Programas de Assentamento não significam reforma agrária. Essa, além da terra, deve vir seguida de políticas agrícolas que dêem as devidas condições de produção, comercialização e de vida aos agricultores. Em Mucatu, a terra foi distribuída e titulada como uma forma de sanar o conflito social, em plena ditadura militar, mas não foram seguidas as fases previstas na Política de Assentamento; foi emancipado apenas como uma maneira de tirar a responsabilidade do INCRA, sem que a maioria dos que lá vivem tivesse condições de auto-sustentação. Sem ser acompanhada das devidas políticas agrícolas, a desapropriação não passa de política assistencialista.

Não se pode pensar num projeto mais amplo de desenvolvimento nacional enquanto o homem do campo continuar na miséria. Os assentamentos podem contribuir para um

projeto de desenvolvimento rural, mas só se acompanhados de políticas que permitam sua auto-sustentação após a emancipação, caso contrário, o cenário do campo brasileiro continuará sendo de conflitos, violência contra o trabalhador rural e miséria dos homens do campo e das suas famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. "Agricultura familiar e capitalismo no campo". In: STÉDILE, J. P. (org.) *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1994

AGRA, N. G. *Agricultura brasileira: situação atual e perspectiva de desenvolvimento*. Série Debates, nº 118. Campina Grande: Mestrado em Economia Rural e Regional, maio/2000.

ALMEIDA, J. & NAVARRO, Z. "Reconstruindo a Agricultura: idéias e ideais na perspectiva de desenvolvimento rural sustentável". In: *Da Ideologia do Progresso à Idéia de Desenvolvimento (rural) Sustentável*. Porto Alegre: ed. da UFRGS.

ALVES, A. F.; MOREIRA, E.; DUQUÊ, C.; BAINVILLE, S. *Agricultura familiar em áreas de reforma agrária: estudo de caso na Zona da Mata paraibana*. Projeto UFT/BRA/036. FAO/INCRA. Set/1997. In: www.incra.gov.br

ALVES, F. *Direito agrário: política fundiária no Brasil*. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

BELIK, W. "Agroindústria e reestruturação industrial no Brasil: elementos para uma avaliação". In: RAMOS & REYDON (orgs.). *Agropecuária e agroindústria no Brasil*. Campinas: ABRA, 1995.

BERGAMASCO, S. M. & CARMO, M. S. do. *Reforma agrária dá certo? O (in) sucesso dos assentamentos de trabalhadores rurais*. In: ABRA, nº 1, vol. 21, janeiro/abril, 1991.

BITTENCOURT, G. A . (coord.) *Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Projeto Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília, 1998. In: www.incra.gov.br

BRASIL. MIRAD/INCRA. *Política de Assentamento*. Brasília, 1987.

BRASIL. Ministério Extraordinário de Política Fundiária/ INCRA. *Projeto Casulo*. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério Extraordinário de Política Fundiária/ INCRA. *PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária: manual de operações*. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério Extraordinário de Política Fundiária/ INCRA. *I Censo da Reforma Agrária do Brasil*.

BRASIL. Ministério Extraordinário de Política Fundiária/ INCRA. *Mudanças legais que melhoraram e apressaram as ações da reforma agrária*. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério Extraordinário de Política Fundiária/ INCRA. *A reforma agrária no Brasil 1995 – 1998*. Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. *PRONAF: construindo as instituições do desenvolvimento rural*/ Maria da Graça Attuch (coord.). Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário/INCRA. *Banco da Terra*. In: www.incra.gov.br.

BRASIL. Ministério Extraordinário de Política Fundiária/ INCRA. *A nova reforma agrária* (versão preliminar). Brasília, 1999.

BRASIL. Presidência da República. *Reforma agrária: compromisso de todos*. Brasília, 1997.

BRUM, A. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Petrópolis/ RJ: Vozes; Ijuí/RS: Ed. Unijui, 1998.

CÂMARA NETO, A. F. "O processo de modernização da agricultura". In: OZÓRIO, A. L. (coord.). *Biotecnologia e agricultura: perspectiva para o caso brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1984.

CARVALHO FILHO, J. J. de. "Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a nova reforma agrária". In: LEITE, S. (org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: ed. UFRGS, 2001.

CARVALHO FILHO, J. J. *A nova reforma agrária de FHC*. IN: ABRA, nº 1,2,3, vol. 28 e 29. janeiro/agosto, 1999.

CASTRO, A. B. *7 ensaios sobre a economia brasileira*. vol. I. Rio de Janeiro: Forense – universitário, 1988.

CASTRO, C. de & MARTINE, G. "Introdução: o que o Brasil tem haver com a biotecnologia?" In: MARTINE, G.; CASTRO, C. *Biotecnologia e sociedade: o caso brasileiro*. Campinas: ALMED, 1985.

CORDEIRO, A. et. Alii. *A insustentabilidade do modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro*. In: Subsídios à Formulação de Diretrizes Ambientais para o Desenvolvimento Agrícola Brasileiro. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1996.

DEMBO, D. ; DIAS, C. & MOREHOUSE, W. "Impactos sociais da privatização da biotecnologia nos países em desenvolvimento". In: MARTINE, G. & CASTRO, C. *Biotecnologia e sociedade: o caso do Brasileiro*. Campinas: ALMED, 1985.

EHLERS, E. "O ideal da sustentabilidade". In: EHLERS, E. *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. São Paulo/SP: Livros da Terra, 1996.

ESTATUTO DA TERRA. Coleção Saraiva de Legislação. São Paulo: Saraiva, 1999.

FERNANDES, B. M. "Brasil: 500 anos de luta pela terra". In: ABRA, nº 1,2,3, vol. 28 e 29, janeiro/agosto, 1999.

GERMER, C. "O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária." In: STÉDILE, J. P. (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1994.

GONÇALVES NETO, W. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960 – 1980*. São Paulo: Hucitec.

GRANZIROLI, C. H. (coord.). *Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária* (versão preliminar). Projeto BRA/022. FAO/INCRA. Dezembro, 1992.

GRAZIANO NETO, F. “Recolocando a questão agrária”. In: STÉDILE, J. P. (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1994.

GUIMARÃES, J. “Os sem terra e a democracia”. In: *Artigos Reforma Agrária*. 2001. www.mst.org.br.

IENO NETO, G. & BARNAT, T. (coords.). *Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba*. João Pessoa: Unitrabalho/UFPB, 1998.

INCRA/PNUD. *Projeto Lumiar*.

INCRA. *Projeto Casulo: diretrizes básicas de implementação*. Brasília, 1999.

INCRA. *Projeto de Assentamento Dirigido Mucatu*. João Pessoa. S/ data.

KAGEYAMA, A. “A questão agrária brasileira: interpretações clássicas”. In: ABRA, nº , vol. 23, setembro/dezembro, 1993.

LEMOS, M. B. "Organização agroindustrial, entrada em tecnologia e liderança de mercado: o caso brasileiro". In: RAMOS, P. & REYDON, B. P. (orgs.). *Agropecuária e agroindústria no Brasil*. Campinas: ABRA, 1995.

LINHARES, M. Y. & SILVA, F. C. T. *Terra prometida: uma História da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOURENÇO, F. A. *A questão agrária*. In: www.gip.org.br 2000.

MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. Rio de Janeiro: vozes, 1990.

MOREIRA, E. & TARGINO, I. *Capítulos da geografia agrária da Paraíba*. João Pessoa: ed. Universitária/UFPB, 1997.

MOREIRA, E. *Por um pedaço de chão*, vol. 1. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1997.

MULLER, G. "São Paulo – o núcleo do padrão agrário moderno". In: STÉDILE, J. P. (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.

NEAD. *Projeto Cédula da Terra: reforma agrária com participação da comunidade*. In: www.nead.gov.br/cedula.

OLIVEIRA, A. U. "O campo brasileiro no final dos anos 80". In: STÉDILE, J. P. (org.) *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1994.

PACHECO, M. E. L. "O joio e o trigo na defesa da reforma agrária". In; STÉDILE, J. P. (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.

RAMOS, G. C. *Olhai os assentamentos rurais do campo na Paraíba: estudos socioeconômicos do Cajá 1990-1999*. Dissertação de Mestrado. Campina Grande/PB. UFPB, 2000.

RAMOS & REYDON (orgs.). *Agropecuária e agroindústria no Brasil*. Campinas: ABRA, 1995.

ROMEIRO, A. R. "Reforma agrária e distribuição de renda". In: STÉDILE, J. P. (ORG.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFGRS, 1994.

RUSSO, O. *A nova reforma é velha e não é reforma*. In: Artigos Reforma Agrária. www.mst.org.br. Abril, 2001.

SANDRONI, P. "A questão agrária e o socialismo: notas sobre problemas econômicos e políticos". In; STÉDILE, J. P. (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.

SANTOS, R.F. dos. "Análise crítica da interpretação neoclássica do processo de modernização da agricultura brasileira". In: SANTOS, R. F. dos. *Presença de viéses de mudança técnica da agricultura brasileira*. São Paulo: USP/IPE, 1986.

SILVA, J. G. da. *A globalização da agricultura*. 1999.

SILVA, J. G. da. "Urbanização e pobreza no campo". In: RAMOS & REYDON (orgs.). *Agricultura e agroindústria no Brasil*. Campinas: ABRA, 1995.

SILVA, J. G. da. *O novo rural brasileiro* (versão preliminar). In: Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Aracaju, 1996.

SILVA, J. G. da. *Por um novo paradigma agrário*. In: ABRA, nº 2, vol. 23. maio/agosto, 1993.

SILVA, J. G. da. *O que é questão agrária*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SILVA, J. G. da. "O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária". In: STEDILE, J. P. (org.) *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1994.

SILVA, José Gomes da. *Buraco negro: a reforma agrária na constituinte de 1987 - 88*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SILVA, José Gomes da. *A reforma agrária na virada do milênio*. Maceió/AL: ADUFAL, 1997.

SLVA, José Gomes da. "A reforma agrária no Brasil". In: STÉDILE, J. P. (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.

STÉDILE, J. P. & FERNANDES, B. M. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

STÉDILE, J. P. *De que programa agrário precisamos?* In: ABRA, nº 2, vol. 23, maio/agosto, 1993.

STÉDILE, J. P. *A questão agrária no Brasil*. Coordenação Wanderley Loconte. São Paulo: Atual, 1997.

STÉDILE, J. P. *As forças armadas e a reforma agrária*. In: Artigos Reforma Agrária. 2001. www.mst.org.br.

STÉDILE, J. P. "A questão agrária e o socialismo". In: STÉDILE, J. P. (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1994.

SUMMA, G. *A mão à direita: um dos dedos deveria resolver a questão agrária. Não deu? chamem a polícia*. In: Artigos Reforma Agrária. 2001. www.mst.org.br.

TEIXEIRA, G & HACKBART, R. *Um novo pacote anti-reforma agrária*. In: Artigos Reforma Agrária. maio 2000. www.mst.org.br.

VEIGA, J. E. da. "Fundamentos do agrorreformismo". In: STÉDILE, J. P. (ORG.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: ed. da Universidade/UFRGS, 1994.

VILELA, S. L. de O. *Qual política para o campo brasileiro? (do Banco Mundial ao PRONAF: a trajetória de um novo modelo?)*. In: Anais do XXXV Congresso de Economia e Sociologia Rural. Natal/RN, 1997.

UFCV